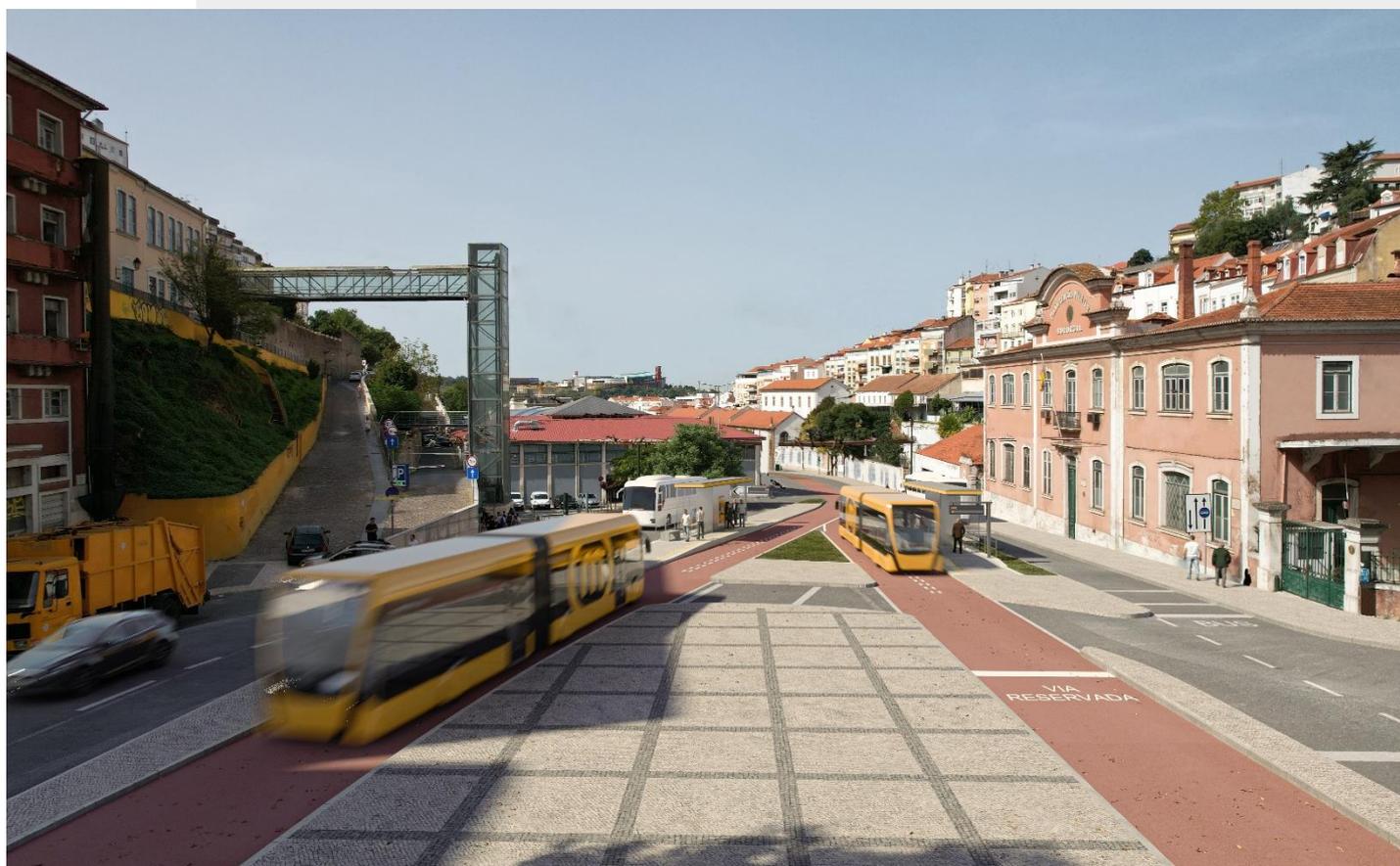


FEVEREIRO 2023

# Relatório & Contas de 2022

Aprovado em Conselho de Administração em 7 de fevereiro 2023



# ÍNDICE

Mensagem do Presidente .....	7
Relatório de Gestão .....	10
1. Enquadramento .....	11
<b>1.1</b> Apresentação da Empresa .....	11
<b>1.2</b> Missão, Visão e Valores .....	11
<b>1.3</b> Principais Acontecimentos Ocorridos .....	13
2. Atividade da Empresa .....	17
<b>2.1</b> Efeitos e impactos da COVID-19 .....	17
<b>2.2</b> Preparação da Operação .....	17
2.2.1 Autocarros e Postos de Carregamento .....	17
2.2.2 Postos de Transformação .....	18
2.2.3 Parque de Material e Oficinas .....	18
2.2.4 Sistema de Bilhética .....	19
2.2.5 Processos de Licenciamento da Infraestrutura e da Exploração .....	20
2.2.6 Dimensionamento e Descrição Funcional dos Recursos Humanos das Áreas Operacionais .....	21
2.2.7 Plano de Operação Preliminar do SMM .....	21
<b>2.3</b> Intervenção na Baixa de Coimbra .....	21
<b>2.4</b> Apoio na Realização das Infraestruturas .....	23
2.4.1 Projetos de infraestruturas .....	23
2.4.2 Auditoria de Segurança Rodoviária .....	24
2.4.3 Sistemas de Telemática e Sistema de Apoio à Exploração .....	24
<b>2.5</b> Serviços Rodoviários Alternativos ao Ramal da Lousã .....	25
2.5.1 Enquadramento .....	25
2.5.2 Procura e Oferta .....	25
2.5.3 Qualidade do serviço .....	27
<b>2.6</b> Articulação com Entidades Externas .....	28
<b>2.7</b> Análise do Grau de Cumprimento do Plano de Atividades .....	30
3. A Empresa e os seus Colaboradores .....	34
<b>3.1</b> Estrutura Orgânica .....	34
<b>3.2</b> Recursos Humanos .....	35

4.	A Empresa e os seus Acionistas.....	37
4.1	Estrutura Acionista .....	37
4.2	Composição dos Órgãos Sociais.....	37
4.3	Cumprimento das Obrigações Legais .....	38
5.	Desempenho Económico e Financeiro .....	39
5.1	Investimento.....	39
5.2	Exploração .....	42
5.3	Situação Patrimonial.....	45
5.4	Resultados .....	48
5.5	Proposta de Aplicação dos Resultados.....	49
6.	Eventos Subsequentes .....	50
6.	Contas do Exercício .....	52
A.	Subsistema de Contabilidade Financeira .....	52
A.1	Contas do Exercício.....	52
A.2	Notas às Demonstrações Financeiras.....	52
B.	Subsistema de Contabilidade Orçamental .....	52
B.1	Contas do Exercício.....	52
B.2	Notas às Demonstrações Orçamentais.....	52
	Subsistema de Contabilidade Financeira .....	53
A.1.	Demonstrações financeiras .....	53
	Balanço .....	53
	Demonstração de resultados por naturezas.....	54
	Demonstração de fluxos de caixa .....	55
	Demonstração das alterações no património líquido de 2022 .....	56
A.2.	Anexo às Demonstrações Financeiras.....	57
	Subsistema de Contabilidade Orçamental .....	77
B.1.	Demonstrações Orçamentais .....	78
1.1.	Demonstrações previsionais.....	78
1.1.1.	Orçamento plurianual .....	78
	Orçamento plurianual por rubrica - Receita.....	79
	Orçamento plurianual por rubrica – Despesa .....	80
1.2.	Demonstração de Relato Individual .....	81

1.2.1. Demonstração de desempenho orçamental .....	81
1.2.2. Demonstração de execução orçamental da receita .....	83
1.2.3. Demonstração de execução orçamental da despesa .....	85
B.2. Anexo às demonstrações orçamentais .....	86
2.1. Alterações orçamentais da receita .....	86
2.2. Alterações orçamentais da despesa .....	87
2.3. Operações de tesouraria .....	87
2.4. Contratação administrativa .....	88
2.5. Transferências e subsídios .....	90
2.6. Outras divulgações .....	90
Data e assinatura .....	91
Certificação legal das Contas .....	92
Relatório e Parecer do Fiscal Único .....	93
ANEXO I .....	98
Cumprimento das Orientações Legais .....	99
1.    Objetivos de Gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento .....	100
2.    Gestão do Risco Financeiro .....	103
3.    Limite de crescimento do endividamento .....	104
4.    Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) .....	105
5.    Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito das recomendações do acionista 106	
6.    Remunerações/Honorários .....	108
6.1    Mesa da Assembleia Geral .....	108
6.2    Conselho de Administração .....	108
6.3    Fiscal Único .....	110
7.    Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do EGP .....	112
8.    Despesas não documentadas ou confidenciais .....	113
9.    Relatório sobre Remunerações .....	114
10.   Plano de Gestão de Risco e Infrações Conexas .....	115
11.   Contratação Pública .....	116
12.   Sistema Nacional de Compras Públicas .....	118
13.   Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais .....	119
14.   Contratação de Estudos, pareceres, projetos e consultoria .....	124

15.	Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.....	126
16.	Tribunal de Contas .....	127
17.	Plano para a Igualdade .....	128
18.	Elaboração e divulgação da demonstração não financeira .....	129
19.	Informação divulgada no site do Setor Empresarial do Estado (SEE) a 31 de dezembro de 2021	130
20.	Quadro Resumo .....	131

## Índice de Figuras

Figura 1 - Nº de Passageiros nos Serviços Alternativos, por mês .....	26
Figura 2 - Nº de Passageiros nos Serviços Alternativos, por ano.....	26
Figura 3 – Evolução do Nº de Reclamações Recebidas nos Serviços Alternativos .....	27
Figura 4 – Distribuição do Teor das Reclamações Recebidas em 2021 e 2022.....	28
Figura 5 – Organigrama da Metro-Mondego S.A.....	34

## Índice de Quadros

Quadro 1 - Quadro de pessoal da MM .....	35
Quadro 2 – Ações de Formação com participação de colaboradores da MM .....	36
Quadro 3 - Investimento .....	39
Quadro 4 – Implementação da 1ª Fase (Serviços Alternativos) .....	40
Quadro 5 - Resultados (antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos) .....	42
Quadro 6 – Outros FSE da Estrutura .....	43
Quadro 7 - Outros Fornecimentos e Serviços Externos .....	43
Quadro 8 – Custos com Pessoal .....	44
Quadro 9 – Situação Patrimonial.....	45
Quadro 10 – Desagregação do Ativo Fixo Tangível em Curso .....	45
Quadro 11 – Ativo Fixo Tangível.....	46
Quadro 12 – Passivo Corrente.....	46
Quadro 13 – Património Líquido.....	47
Quadro 14 – Apuramento de Resultados.....	48
Quadro 15 – Resultados.....	49

# Mensagem do Presidente

Numa perspetiva global, 2022 ficou marcado por uma conjuntura bastante adversa com o reaparecimento de um intenso teatro de guerra na Europa, que gerou impactos de grande escala, desde a dimensão humanitária, com milhões de ucranianos a sofrerem enormes perdas e privações resultantes da invasão de que foram vítimas, à dimensão geoestratégica, forçando os países a reduzir a sua dependência externa relativamente aos recursos energéticos, e passando também pela dimensão económica, contribuindo para o reaparecimento em força do fenómeno da inflação.

No plano da empresa, o ano de 2022 foi, sem qualquer margem para dúvidas, um dos períodos da história do Sistema de Mobilidade do Mondego [SMM] em que se registou uma atividade mais intensa:

- Iniciou-se em junho a execução do contrato de fornecimento do sistema de bilhética, em articulação entre a Metro Mondego [MM] e a Câmara Municipal de Coimbra;
- Foi consignada a empreitada da Linha do Hospital, pela Infraestruturas de Portugal [IP], no mês de julho;
- Em setembro foram consignadas, também pela IP, as empreitadas da ligação entre Portagem e Coimbra B e dos Abrigos das estações;
- A execução do contrato de fornecimento e manutenção dos autocarros e dos sistemas de carregamento ocorreu em novembro, após a concessão do respetivo visto prévio pelo Tribunal de Contas;
- No final do ano a MM outorgou os contratos das empreitadas do Parque de Material e Oficinas [PMO] e dos Postos de Transformação.

Acrescem a estas empreitadas e fornecimentos, os contratos anteriormente outorgados para a execução de outras componentes do SMM, nomeadamente as empreitadas da Baixa de Coimbra, da responsabilidade da MM, e das infraestruturas do Troço suburbano, entre Serpins e o Alto de São João, da responsabilidade da IP.

Em síntese, podemos afirmar que estão neste momento em curso todas as grandes empreitadas e fornecimentos necessários para a operação do sistema, envolvendo uma dimensão financeira da ordem dos 150 milhões de euros.

Este conjunto de contratos de investimento em execução obriga a uma grande articulação entre as diversas entidades envolvidas, quer porque a colocação em serviço do SMM exige a disponibilidade de todas as componentes necessárias à

exploração (infraestruturas, veículos, sistemas técnicos, PMO, bilhética e abrigos), quer pela necessidade de conjugar esforços para garantir as condições necessárias à execução dos diversos contratos em vigor, bem como para minimizar o transtorno causado à população pelas diversas intervenções em curso. Neste quadro, têm sido intensas e profícuas as relações com os principais atores envolvidos, desde logo com a IP, mas também com as Câmaras Municipais de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã.

Escrevia o P. António Vieira que “*para falar ao vento bastam palavras, para falar ao coração são necessárias obras*”. Estamos crentes que, com a progressiva concretização destas intervenções, os habitantes da região de Coimbra começam finalmente a acreditar neste projeto, que é de importância vital para a qualidade de vida da população, para o desenvolvimento do território e para a sustentabilidade global.

Porém, não deverão ser desvalorizadas as tarefas que ainda temos pela frente, as quais vão ser exigentes, de dimensão apreciável e portadoras de alguma complexidade.

Desde logo porque será necessário dar início ao processo de contratação dos recursos humanos necessários à operação do sistema, entre os quais se contam os motoristas, os reguladores, e o pessoal de vendas. Também porque ainda terão que ser lançados diversos concursos, igualmente essenciais para a colocação em serviço do SMM, entre os quais se contam os relativos à manutenção das infraestruturas, à limpeza e conservação dos veículos, à fiscalização dos passageiros, à concessão de publicidade e às telecomunicações. Igualmente relevante é o caminho que será necessário percorrer para oferecer uma tarifa intermodal comum, condição *sine qua non* para maximizar o impacto do SMM na mobilidade regional. A tudo isto ainda acresce o esforço que terá que ser desenvolvido para promover a identificação da população com este projeto, ultrapassando o passivo de credibilidade que ainda subsiste, resultante de 20 anos de promessas por cumprir.

Numa palavra, sem falsas modéstias acreditamos que muito já foi feito, mas muito mais ainda está por fazer.

Por isso se revela fundamental agradecer a todos quantos têm sido essenciais a percorrer connosco este caminho, pedindo-lhes que, no futuro, continuem a dedicar o mesmo empenho e colaboração que evidenciaram no passado. Aqui fica, por isso, o nosso testemunho de gratidão:

- Aos diversos fornecedores e empreiteiros pelo esforço evidenciado na superação dos problemas que sempre surgem na execução dos contratos em vigor;
- Aos colaboradores da MM, pela dedicação e competência sempre evidenciada em todos os momentos deste longo, e por vezes penoso, percurso;

- À IP, pelo seu contributo essencial para este projeto, pelo esforço que lhe tem continuamente dedicado e pelo contínuo espírito de colaboração demonstrado;
- Aos Municípios de Coimbra, de Miranda do Corvo e da Lousã, pela estreita colaboração sempre registada, não apenas na sua qualidade de acionistas, mas sobretudo enquanto responsáveis pelo ordenamento dos respetivos territórios e representantes das populações;
- À população afetada, pela compreensão e capacidade de sacrifício que tem demonstrado, não escamoteando os incómodos que ainda irão subsistir durante algum tempo;
- Ao Governo, em particular às Tutelas sectorial e financeira, pelo apoio político e económico sempre concedido ao projeto, sem o qual será manifestamente impossível a sua concretização.

A todos agradecemos a colaboração, mas também de todos dependemos para a concretização deste projeto, no qual sinceramente acreditamos.

Coimbra, fevereiro de 2023

# Relatório de Gestão

# 1. Enquadramento

## 1.1 Apresentação da Empresa

A Metro-Mondego, S.A. [MM], é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, constituída por escritura pública a 20/05/1996. De acordo com os Estatutos, constantes do anexo II ao Decreto-Lei n.º 10/2002, de 24 de janeiro, as participações dos acionistas da Metro-Mondego no seu capital social compreendem o Estado, que detém a maioria do Capital Social (53%), os Municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã (com 14% cada), a Infraestruturas de Portugal, S.A. (2,5%) e a CP - Comboios de Portugal, E.P.E. (2,5%).

Através do Decreto-Lei n.º 10/2002, alterado pelos Decreto-Lei n.º 226/2004 2004, de 6 de dezembro, e Decreto-Lei n.º 21/2022, de 4 de fevereiro, o Estado atribuiu à MM a concessão, em regime de serviço público, da exploração de um sistema de transporte de tipo metro ligeiro de superfície nos municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã, designado Sistema de Mobilidade do Mondego [SMM]. Segundo o mesmo diploma, compete à Infraestruturas de Portugal, S. A. [IP] o desenvolvimento dos procedimentos necessários à realização de projetos técnicos e assessoria à gestão e coordenação, de expropriações, de empreitadas (infraestrutura base do troço entre Coimbra B e Serpins, sistemas de telemática e de apoio à exploração e de paragens, sinalética e mobiliário urbano), de fiscalização das mesmas e ainda da candidatura a financiamento de fundos europeus estruturais e de investimento. À MM passou a caber supervisionar o SMM e assegurar a sua exploração comercial.

A solução de transporte adotada pela MM, o *Metrobus*, que se configura como um sistema de transporte rodoviário em infraestrutura dedicada e assegurada por veículos elétricos adaptados a essa infraestrutura, sendo económica e socialmente mais vantajosa, assegura o aproveitamento racional do canal ferroviário existente, para além de permitir uma integração sustentável em meio urbano.

Durante a fase de construção das infraestruturas a MM é também responsável pelos Serviços Rodoviários Alternativos ao Ramal da Lousã.

## 1.2 Missão, Visão e Valores

A Missão da MM é subsidiária da ambição que presidiu à sua criação e que, genericamente, pode ser equacionada pela importância de suprir necessidades de mobilidade na área geográfica dos municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã

afirmando-se, por esta via, como um instrumento decisivo para melhorar a qualidade de vida das populações abrangidas. Em concreto, a Missão da MM agrega as seguintes dimensões:

- Implementar e explorar o SMM na área geográfica dos municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo, otimizando a utilização dos recursos afetos ao projeto;
- Promover a mobilidade sustentável, colocando os meios disponíveis e o conhecimento acumulado ao serviço da região, dos seus habitantes e visitantes, incentivando ativamente a implementação de soluções inovadoras em matéria de mobilidade, de oferta de serviços urbanos integrados e de proteção do ambiente;
- Assegurar a manutenção e renovação da infraestrutura, com elevadas condições de segurança, interoperabilidade e de continuidade do serviço público;
- Contribuir para a Inclusão Social e para a igualdade entre mulheres e homens de forma eficaz e coerente.

A Visão da MM pondera o impacto da sua atividade num horizonte de longo prazo e projeta três perspetivas entendidas como necessárias para que esse futuro possa ser alcançado:

- Ser uma organização inovadora, interagindo com as populações e assegurando de modo eficaz a implementação e a exploração do SMM, visando alcançar elevados padrões de qualidade de serviço público;
- Ser um parceiro das autarquias e dos demais agentes no desenvolvimento de um sistema de transportes integrado, que contribua para a melhoria das acessibilidades e do desenvolvimento económico e social, bem como para as condições de coesão territorial e de qualificação urbana;
- Participar, juntamente com os diversos atores económicos, sociais e académicos, no desenvolvimento sustentável, de melhoria da qualidade de vida e de aumento da atratividade da região.

A MM pauta as suas ações tendo como referência os seguintes Valores:

- Serviço Público de elevada qualidade com foco nas pessoas e salvaguarda da igualdade e não discriminação entre mulheres e homens;
- Transparência e integridade em todas as intervenções e relações com partes interessadas;

- Rigor e responsabilidade no cumprimento das tarefas profissionais;
- Espírito de equipa, procurando a orientação para objetivos comuns, valorizando a partilha de conhecimento, o mérito e a equidade;
- Sustentabilidade, promovendo a mobilidade ecológica e a qualidade de vida através da adoção das melhores práticas do sector e da consciencialização ambiental interna e externa;
- Inclusão, desenvolvendo soluções de mobilidade que permitam a todos deslocarem-se conforme as suas necessidades, independentemente da sua condição física, social ou género.

### 1.3 Principais Acontecimentos Ocorridos

Em 2022, a MM prosseguiu de forma decisiva o caminho traçado para concretizar a ambição do projeto do SMM. Do conjunto dos principais acontecimentos que marcaram o exercício findo em 31 de dezembro, assumem um destaque particular as consignações de todas as grandes empreitadas de infraestruturas necessárias para que, uma vez concluídas, estejam reunidas as condições materiais para dar início à operação do SMM. Numa dimensão institucional justifica igualmente um amplo destaque a publicação do Decreto-Lei n.º 21/2022, que procede à alteração das Bases de Concessão da Metro Mondego, S.A.

Foi igualmente possível neste período dar continuidade à aposta nas pessoas e nas condições de trabalho da empresa, com uma política ativa de promoção da conciliação entre as atividades profissionais e a vida pessoal, bem como dar sequência aos processos que visam a contratação de novos colaboradores.

Apresentam-se nos parágrafos seguintes algumas das datas que assinalam momentos particularmente relevantes da atividade da MM no decurso do ano transato.

A **3 de janeiro** têm início as obras em ambiente urbano no território do município de Coimbra, em particular na zona de São José e do Parque Manuel Braga, integradas na empreitada do troço Alto de S. João-Portagem.

A **31 de janeiro** é aprovada, em reunião do executivo da Câmara Municipal de Coimbra, o Relatório Final do Concurso Público para o Fornecimento, Instalação, Colocação em Serviço e Manutenção do Sistema de Bilhética e do respetivo contrato.

A **4 de fevereiro** é publicado em Diário da República n.º 25/2022, Série I, o Decreto-Lei n.º 21/2022, em que o Estado atribuiu à MM, em exclusivo, a implementação, supervisão e manutenção da infraestrutura de um sistema de transporte público de passageiros em modo rodoviário em sítio próprio, nos municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã, designado sistema "Metrobus", aprovando, em simultâneo, as bases da concessão por via do Decreto-Lei n.º 10/2002, de 24 de janeiro.

A **17 de fevereiro** é adjudicado, à FBA - Ferrand, Bicker & Associados, Lda., a prestação de serviços de conceção (reformulação) do sítio web da Metro-Mondego, S.A.

A **3 de março** é aberto o segundo Concurso Público Internacional para o Fornecimento de Autocarros Elétricos para Transporte Urbano de Passageiros, Equipamentos de Carregamento e Serviços de Manutenção.

A **4 de março** entra em vigor o novo Contrato de Prestação de Serviços Alternativos de Transporte Rodoviário de Passageiros ao Ramal da Lousã entre Serpins e Coimbra, adjudicado à ETAC - Empresa de Transportes António Cunha, S.A., na sequência assinatura do respetivo contrato a 21 de outubro de 2021 e da emissão do Visto Prévio do Tribunal de Contas, a 3 de março de 2022.

A **23 de março** é adjudicado à Grupo Criativa - Agência WebDesign, Marketing Digital, Comunicação e Publicidade, a produção e criação de conteúdo gráfico para as redes sociais.

A **30 de março** é aberto o Concurso Público para a "Empreitada Geral de Construção do Parque de Material e Oficinas (PMO) do Sistema de Mobilidade do Mondego"

A **31 de março** é adjudicada à Logowords a produção e colocação de outdoors com imagens 3D do projeto do SMM, com uma antevisão do desenho final das obras em curso localizadas em São José (Praça 25 de abril) e Parque Verde da cidade (início da Avenida da Lousã).

A **1 de abril** é publicada a RCM n.º 36/2022, com a reprogramação dos valores de investimento que previstos na RCM n.º 56/2021, de 14 de maio, relativos à Aquisição e Manutenção dos Veículos e empreitada do PMO.

A **18 de abril** é aberto o concurso público “Empreitada de Execução de Postos de Transformação para o Sistema de Mobilidade do Mondego”.

A **22 de abril** foi divulgado o Plano para o Reforço da Estrutura Arbórea da Cidade de Coimbra.

A **26 de maio** é adjudicada a prestação de serviços para a produção de vídeo institucional do SMM, à Colorama – Produção Audiovisual.

A **9 de junho** é emitido, pelo Tribunal de Contas, o Visto Prévio do contrato para o Fornecimento, Instalação, Colocação em Serviço e Manutenção do Sistema de Bilhética.

A **18 de junho** a MM promove um apontamento musical nos estaleiros da Obra na Baixa de Coimbra (Via Central) aberto ao público, no âmbito do Festival Sons da Cidade e em colaboração com a Associação Ruas.

A **22 de julho** é realizada a consignação da Linha do Hospital, numa cerimónia no Salão Nobre da Câmara Municipal de Coimbra, com a presença do Senhor Primeiro Ministro, António Costa, e do Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação, Pedro Nuno Santos.

A **22 de julho** é aplicada uma lona decorativa no estaleiro da Av. Fernando Namora, no âmbito de uma prestação de serviços para a conceção gráfica (adjudicada à empresa de comunicação Garra) e respetiva produção e colocação (adjudicada à empresa Logowords).

A **9 de setembro** é aberto o concurso de Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra das Empreitadas Geral e Complementar de Construção do PMO e Empreitada de Execução dos PT.

A **8 de setembro** é adjudicada uma assessoria para configuração de imagem dos abrigos e autocarros Sistema de Mobilidade do Mondego, à empresa Almadesign - Conceito e Desenvolvimento de Design, Lda.

A **22 de setembro** é feita a consignação, pela IP, da empreitada de construção do troço Portagem-Coimbra B, ao consórcio constituído pelas empresas Ramalho Rosa Cobetar, Sociedade de Construções, S.A. e a Contratas y Ventas, S.A.U. (Convensa).

A **22 de setembro** é realizada consignação, pela IP, da empreitada de fornecimento dos abrigos e mobiliário urbano para as estações do Metrobus, à empresa Ambienti D' Interni.

A **22 de setembro** é realizada a assinatura do Protocolo de Cooperação sobre o Sistema de Mobilidade do Mondego, entre a Câmara Municipal de Coimbra, a Metro Mondego e a Infraestruturas de Portugal.

A **13 de outubro** a MM participa no evento Portugal Smart Cities Summit 2022 com a uma intervenção integrada numa Smart Talk sobre o “O futuro da mobilidade em Coimbra”.

A **11 de novembro** é emitido, pelo Tribunal de Contas, o Visto Prévio ao contrato da “Empreitada de Execução de Postos de Transformação para o Sistema de Mobilidade do Mondego”.

A **15 de novembro** é emitido, pelo Tribunal de Contas, o Visto Prévio ao contrato da “Empreitada Geral de Construção do Parque de Material e Oficinas (PMO) do Sistema de Mobilidade do Mondego”.

A **21 de novembro** inicia funções na MM uma nova colaboradora no Departamento Administrativo e Financeiro.

A **23 de novembro** é concedido, pelo Tribunal de Contas, o Visto Prévio ao contrato do Concurso Público Internacional para o Fornecimento de Autocarros Elétricos para Transporte Urbano de Passageiros, Equipamentos de Carregamento e Serviços de Manutenção.

## **2. Atividade da Empresa**

### **2.1 Efeitos e impactos da COVID-19**

A pandemia COVID-19 provocada pelo vírus SARS-Cov-2, declarada no início de 2020, tem vindo desde o seu início a afetar de forma expressiva a atividade da empresa, tendo sido dedicada particular atenção quer aos impactos económicos quer aos funcionais que dela decorreram.

Não obstante o início do exercício de 2022 ter sido marcado pela imposição de um regime de teletrabalho obrigatório, este foi limitado ao decurso da primeira semana de janeiro. De facto, após este período mais crítico, foi-se assistindo progressivamente ao regresso à normalidade não tendo sido registada a ocorrência episódios de restrições adicionais ao longo do ano. Deste modo, o exercício de 2022 é caracterizado por uma recuperação significativa de alguns dos impactos negativos por COVID-19 acumulados nos exercícios anteriores. Neste domínio, poder destacar-se que, em 2022, as receitas dos Serviços Alternativos superaram os melhores registos passados (fora do período Pandemia), confirmando a recuperação dos efeitos e impactos resultantes da COVID-19.

### **2.2 Preparação da Operação**

Com o objetivo de preparar a entrada em operação do SMM, em 2022 a empresa deu continuidade a um conjunto de atividades visando a futura disponibilização de ativos operacionais do sistema (veículos elétricos e respetivos sistemas de carregamento de baterias, PMO e Sistemas Técnicos e Bilhética), a instrução dos processos de licenciamento da infraestrutura e de exploração, o dimensionamento e descrição funcional dos recursos humanos das áreas operacionais e o desenvolvimento de um plano de operação preliminar do SMM (definição dos serviços de veículos e de motoristas necessários para cumprir os horários previstos das circulações). Estas atividades são apresentadas em maior detalhe nos pontos seguintes.

#### **2.2.1 Autocarros e Postos de Carregamento**

Em maio de 2021, a MM lançou um concurso público com publicidade internacional para o fornecimento de autocarros elétricos a baterias, postos de carregamento de baterias e respetivos serviços de manutenção. Este procedimento integra o fornecimento de 35 veículos articulados, com cerca de 18 metros de comprimento, com opção de aquisição de até 5 veículos adicionais do mesmo tipo, incluindo também os

postos de carregamento de baterias e os serviços de manutenção durante o período de vida útil do material circulante (15 anos). Este concurso veio a ser extinto em março de 2022, sem haver lugar a qualquer adjudicação, devido à exclusão de todas as propostas.

Em março de 2022, a MM lançou um novo concurso público com o mesmo objeto, do qual resultou a adjudicação, em julho de 2022, à empresa Energia Fundamental, representante em Portugal dos autocarros do fabricante chinês Zhong Tong Bus. A execução do contrato teve início em novembro de 2022, mês em que foi concedido o visto do Tribunal de Contas na sequência de processo de fiscalização prévia. A receção do primeiro autocarro está prevista para dezembro de 2023 e o fornecimento dos 35 autocarros está prevista ficar concluída em abril de 2024.

De forma a garantir a coerência e harmonia entre elementos do sistema de transporte, incluindo o exterior dos veículos, interior dos veículos e estações (equipamentos de bilhética e estações), a MM contratou em 2022 à empresa Almadesign uma assessoria para a configuração da imagem do SMM, contemplando definição de cores ou esquemas de pintura dos revestimentos.

## **2.2.2 Postos de Transformação**

De modo a permitir a alimentação elétrica dos postos de carregamento rápido, a instalar nas estações terminais das circulações do SMM, cujo fornecimento será realizado pelo fornecedor dos autocarros elétricos, procedeu-se ao lançamento do concurso público para a empreitada de execução dos Postos de Transformação (PT) em 14 de abril de 2022. A execução do contrato teve início em novembro de 2022, mês em que foi concedido o visto do Tribunal de Contas na sequência de processo de fiscalização prévia.

Está prevista a execução de todos os Postos de Transformação durante o ano de 2023, com exceção de Coimbra B, garantindo assim a existência de condições técnicas para a colocação em serviço dos postos de carregamento de baterias nos prazos previstos pelo empreendimento.

## **2.2.3 Parque de Material e Oficinas**

Com a publicação, em maio de 2021, da RCM que permitiu a contratação dos estudos e projetos para a instalação do PMO do SMM em Sobral de Ceira, foi possível, a partir dessa data, proceder à elaboração dos respetivos estudos de engenharia e ambientais,

incluindo o desenvolvimento do projeto de execução, o projeto de expropriações e o estudo de enquadramento ambiental destas instalações.

Concluída a fase de elaboração e revisão dos estudos e projetos atrás referidos, foi lançado, em março de 2022, o concurso público para a empreitada geral de construção do PMO, tendo a adjudicação ocorrido em julho e sido obtido o visto do Tribunal de Contas em 15 de novembro de 2022.

Paralelamente foi contratada a prestação de serviços de apoio ao procedimento de expropriação das parcelas de terreno necessárias à execução da empreitada do PMO. Esta prestação de serviços teve como objetivo a obtenção da Declaração de Utilidade Pública (DUP) dos terrenos a expropriar, que foi publicada a 23 de novembro de 2022, tendo sido posteriormente desencadeados os procedimentos necessários à aquisição das parcelas necessárias para o PMO. Estima-se que as parcelas fiquem disponíveis no início de fevereiro de 2023, permitindo assim a consignação da empreitada em data próxima.

Em setembro de 2022, foi ainda lançado o concurso público para aquisição de serviços de assessoria, fiscalização e coordenação de segurança em obra, para a empreitada geral e complementar do PMO, que foi adjudicada em dezembro de 2022, estando previsto que o contrato respetivo seja outorgado no início de 2023.

## **2.2.4 Sistema de Bilhética**

Visando a obtenção de financiamento para a aquisição do Sistema de Bilhética interoperável do SMM, a MM e o Município de Coimbra celebraram, em dezembro de 2020, um Protocolo de modo a permitir a inscrição deste investimento no Plano Operacional Centro 2020. O Município de Coimbra candidatou e obteve aprovação para o financiamento deste investimento pela União Europeia, através do Programa Operacional referido [Eixo 9 - Reforçar a rede urbana (CIDADES)], assegurando o desenvolvimento do procedimento de contratação pública, cujo lançamento foi realizado em março de 2021. Por seu lado, a MM assumiu a responsabilidade pelo acompanhamento técnico da implementação do sistema bem como pelo financiamento da contrapartida nacional, estimada em 15% do investimento. Estão incluídos nesse fornecimento o sistema central de bilhética, as Máquinas Automáticas de Venda de Títulos [MAVT], os validadores a instalar nas estações, os equipamentos de fiscalização portáteis e os equipamentos de venda presencial, bem como a manutenção durante os primeiros 5 anos de operação do sistema.

A adjudicação deste fornecimento foi concretizada pelo Município de Coimbra em janeiro de 2022. A execução do contrato iniciou-se em junho de 2022, mês em que foi concedido o visto do Tribunal de Contas na sequência de processo de fiscalização prévia. A entrega e receção provisória dos equipamentos de bilhética será realizada até final de junho de 2023, de modo a ser compatível com o prazo definido pela Entidade Gestora do PO Regional do Centro para final da operação, estando prevista a instalação dos mesmos apenas em 2024, no momento em que estiverem disponíveis as instalações necessárias para os albergar (na generalidade localizadas nos abrigos das estações).

## **2.2.5 Processos de Licenciamento da Infraestrutura e da Exploração**

Um dos aspetos imprescindíveis para a entrada em operação do SMM é o licenciamento da atividade de prestação de serviços de transporte e de gestão e exploração da infraestrutura. Este licenciamento tem enquadramento nas competências atribuídas ao Instituto de Mobilidade e Transportes [IMT]. Sendo o SMM um sistema do tipo *Bus Rapid Transit* [BRT], portanto inovador em Portugal, e contendo especificidades muito particulares no seu troço suburbano, por ser operado em via única, é fundamental desenvolver uma interação intensa com o IMT para a definição dos pressupostos do processo de licenciamento.

No início de 2022 foi concluída, com o apoio de uma assessoria especializada, a etapa inicial de definição e desenvolvimento do Sistema Integrado de Segurança do SMM, como previsto nas Bases de Concessão, a implementar para o ciclo de vida do projeto, incluindo a elaboração de elementos preliminares a integrar no Manual de Exploração do Sistema.

Foi realizado em dezembro de 2022 um contacto com o IMT, por intermédio do seu Presidente, para definição de uma metodologia para condução do processo de licenciamento, aguardando-se a avaliação da proposta apresentada pela MM de desenvolvimento do mesmo e dos elementos preliminares já produzidos. Está prevista para 2023 a realização de contactos periódicos com o Instituto, para estabilização dos pressupostos de desenvolvimento e acompanhamento do desenvolvimento e implementação dos conteúdos, que se prolongará até à entrada em serviço do *Metrobus*, prosseguindo a sua aplicação na fase de operação do sistema.

## **2.2.6 Dimensionamento e Descrição Funcional dos Recursos Humanos das Áreas Operacionais**

Em 2022 foi atualizado, com o apoio de uma assessoria da KB Consulting, o dimensionamento e descrição funcional dos recursos humanos das áreas operacionais da MM que será necessário na fase de operação do SMM que se iniciará em 2024. Este trabalho permite suportar as atividades de preparação da operação a realizar em 2023 e 2024, designadamente o recrutamento e formação de recursos humanos.

Concretamente o trabalho realizado incluiu: (i) Definição da orgânica, funções e dimensionamento dos recursos humanos das áreas ligadas à operação, manutenção, apoio ao cliente e segurança da MM; (ii) Calendarização do recrutamento e formação de pessoal da área de operação, tendo em conta a orgânica definida e os prazos previstos de entrada em serviço do SMM.

## **2.2.7 Plano de Operação Preliminar do SMM**

Em 2022 foi desenvolvido, com o apoio de uma assessoria da TRENMO Engenharia, um plano de operação preliminar do SMM, que é um elemento fundamental para a preparação da operação do sistema. Este plano de operação consiste na definição dos serviços a realizar pelos veículos e motoristas de forma a cumprir as frequências e horários previstos das circulações do SMM. A criação do plano permitiu designadamente rever o número de motoristas, o número de veículos.km e os custos de produção respetivos, sendo estes elementos de base para o dimensionamento do quadro de pessoal e a orçamentação da operação do sistema.

O plano de operação produzido tem um carácter preliminar, devendo ser objeto de uma revisão final antes da entrada em serviço do SMM, após conhecer os valores finais de todos os parâmetros de base, designadamente após a receção dos autocarros e da medição dos tempos de percurso reais.

## **2.3 Intervenção na Baixa de Coimbra**

Em 2022 foi dada continuidade aos trabalhos da "Empreitada de desconstrução/demolição, construção e reabilitação dos edifícios para a abertura do canal do Sistema de Mobilidade do Mondego na Baixa de Coimbra (Parcelas 22, 23, 25, 26, 27, e 33)", a par dos serviços de gestão, assessoria, fiscalização e coordenação de segurança correspondentes, admitindo-se que os mesmos possam ser concluídos até ao final de 2023. Considerando que os trabalhos desta empreitada registam um atraso

de aproximadamente 1 ano, foram publicadas novas portarias, n.º 759/2022 e 760/2022, que autorizam a MM a assumir os encargos plurianuais dos contratos referentes à empreitada até finais de 2023.

Esta obra está dividida em duas fases. A primeira inclui a intervenção nos edifícios da Rua Nova e parte poente dos edifícios da Rua da Sofia, tendo-se já concluído a parte poente dos edifícios da Rua da Sofia e prevendo-se a conclusão dos edifícios da Rua Nova em março de 2023. A conclusão parcial da primeira fase permitiu que a farmácia Luciano e Matos, que se localizava no edifício da Praça 8 de Maio, se mudasse para a parte poente dos edifícios da Rua da Sofia, mantendo o seu funcionamento durante a execução da empreitada. Com esta alteração temporária das instalações da farmácia iniciou-se a segunda fase, com os trabalhos de desconstrução da restante parte dos edifícios na Rua da Sofia e permitindo a intervenção no edifício da Praça 8 de Maio e a construção do "edifício ponte".

Para cumprimento de Estudo de Integração Urbana (EIU) do SMM para o troço Av. Aemínium – Rua da Sofia, aprovado pela CMC a 27/07/2009 e pela DRCC a 22/10/2009, e vertido para o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana, Coimbra Baixa, aprovado a 02/04/2013 CMC, que prevê a demolição do corpo tardoz da denominada "Casa Aninhas", edifício propriedade da CMC e contíguo ao "edifício ponte", foi celebrado com a Autarquia a 11/05/2022 o "Protocolo de Colaboração Relativo ao Arranjo Urbanístico da Avenida Central" através do qual foi decidido demolir o corpo tardoz da "Casa Aninhas" pois, que quer a CMC quer a MM "reconhecem o mais elevado interesse à qualificação deste novo espaço urbano, cuja relevância decorre da proximidade a uma área classificada como Património da Humanidade bem como de, num futuro próximo, vir a constituir-se como um dos principais pontos de acesso à zona central da cidade Coimbra" e que "existe interesse em articular, espacial e temporalmente, todas as intervenções a efetuar no espaço envolvente à estação "Câmara Municipal" do SMM, evitando a execução de obras sucessivas naquele espaço e os prejuízos inerentes ao aumento de custos daí decorrentes e à geração de incómodos para os utilizadores da área envolvente;"

Na sequência do referido protocolo a MM contratou uma prestação de serviços para a elaboração do projeto de demolição e remate da "Casa Aninhas", e após aprovação do mesmo pela DRCC e CMC, prevê-se que os trabalhos decorram durante o primeiro semestre de 2023 de modo a permitir a conclusão da fachada tardoz, virada à futura praça de estação "Câmara Municipal".

Paralelamente, e no que respeita às parcelas sobrantes contíguas ao Canal do SMM na Baixa, durante o ano de 2021 foram abertos procedimentos para a venda das parcelas sobrantes contíguas ao Canal do SMM na Baixa, tendo-se, no âmbito dos mesmos, lavrado a escritura referente à alienação de duas unidades em 2021 e outras duas unidades em 2022, restando ainda na posse da empresa duas unidades das quais uma já tem contrato de promessa de compra e venda. Estima-se que este processo esteja concluído em meados de 2023.

## **2.4 Apoio na Realização das Infraestruturas**

Em 2022 a MM deu continuidade às tarefas necessárias à implementação da solução Metrobus do SMM, que incluem uma intensa colaboração com a IP no acompanhamento das empreitadas e fornecimentos em curso que, no final do ano de 2022 se desenvolviam em toda a extensão do SMM, em conformidade com o Protocolo de Colaboração celebrado com esta entidade. Apresentam-se, nos pontos abaixo algumas das principais atividades desenvolvidas.

### **2.4.1 Projetos de infraestruturas**

Na sequência da solicitação da Câmara Municipal de Coimbra (CMC) para a realização de ajustes dos Projetos de Execução do SMM, nomeadamente no troço Portagem – Coimbra B (Beira Rio), na Praça 25 de Abril e nas Ruas D. João III e Rua General Humberto Delgado, a MM, em articulação com a IP, realizou estudos preliminares, nomeadamente sobre a geometria da curva entre a R. D. João III e Rua General Humberto Delgado, tendo posteriormente contratado à empresa “Engimind” a realização de uma análise da inserção do canal do SMM na Rua General Humberto Delgado, de modo a evitar uma penalização da mobilidade pedonal na referida rua, otimizando, em simultâneo, aspetos relacionados com a segurança da circulação de pessoas. Deste estudo resultaram diversas propostas de ajuste do projeto, sendo a mais relevante a de redução de uma das vias entre a rotunda ACIC e a rotunda Artur Paredes. Foram ainda produzidas propostas de otimização da programação dos sistemas semafóricos, nomeadamente na rotunda da ACIC, de modo a reduzir o impacto da implementação do canal do SMM na circulação rodoviária. Na sequência destes estudos, a CMC aprovou a proposta apresentada para a Rua General Humberto Delgado, tendo a IP assumido posteriormente a adaptação dos projetos de execução para incorporação das alterações na empreitada em curso.

Tendo em conta que a definição dos limites de velocidade mais adequados é um domínio de importância fundamental, quer para a segurança, quer para a velocidade

comercial do SMM, a MM teve uma participação ativa no acompanhamento da atualização dos limites de velocidade constantes do projeto de sinalização dos vários troços da infraestrutura do SMM, que a IP tem vindo a realizar em 2022. Entre outros aspetos, esta atualização tem em conta os limites propostos no estudo de definição de limites de velocidade nos atravessamentos rodoviários e pedonais realizado em 2021 pela MM.

## **2.4.2 Auditoria de Segurança Rodoviária**

A IP contratou uma Auditoria de Segurança Rodoviária aos projetos de infraestruturas dos vários troços da rede do SMM, cujo trabalho se iniciou em setembro de 2021 e se tem desenrolado ao longo de 2022. A MM colaborou com a IP no acompanhamento dos trabalhos dos Auditores, particularmente no que se refere ao tratamento de questões de segurança que dependem também das características dos autocarros e do modelo de operação do SMM, e acompanhou os ajustes aos projetos de infraestruturas realizados pela IP na sequência de recomendações feitas nos relatórios de auditoria.

## **2.4.3 Sistemas de Telemática e Sistema de Apoio à Exploração**

Em 21 de Setembro de 2021, após a publicação da Portaria de Extensão de Encargos nº 250/2021, de 29 junho, foi celebrado um Acordo de Constituição de Agrupamento de Entidades Adjudicantes entre a IP e MM, com base no qual a primeira suportará os encargos com o fornecimento e instalação dos Sistemas de Telemática e do Sistema de Apoio à Exploração [SAE] e a MM suportará os encargos com a manutenção dos sistemas referidos pelo prazo de 5 anos. Nessa sequência, foi lançado em 24 de setembro de 2021 o concurso público de Conceção/Construção dos Sistemas de Telemática Gerais, Posto de Comando Central (PCC) e Manutenção do Sistema de Mobilidade do Mondego. O contrato foi outorgado em 29 de setembro de 2022, encontrando-se atualmente em curso o processo de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, esperando-se que a obtenção do respetivo visto seja realizada em fevereiro de 2023.

## **2.5 Serviços Rodoviários Alternativos ao Ramal da Lousã**

### **2.5.1 Enquadramento**

Em 2022 a MM deu continuidade à operação dos Serviços Rodoviários Alternativos ao Ramal da Lousã, mantendo-se o seu quadro de funcionamento. Assim, para além do acompanhamento geral, apoio ao cliente e reclamações, pagamento dos défices de exploração e gestão e manutenção da infraestrutura de apoio, a MM assumiu também a gestão do contrato e a fiscalização da prestação dos Serviços Alternativos que, responsabilidade que, até 2021, foram asseguradas pela CP. Igualmente, em 2022 manteve-se a aplicação do Protocolo de Colaboração entre a CP e a MM, que tem por objeto regular as condições em que a CP vende, por conta da MM, títulos de transporte para os Serviços Alternativos, bem como as condições de cedência de utilização de equipamentos para o mesmo fim.

No seguimento da submissão, no dia 02/11/2021, do atual contrato a fiscalização prévia do Tribunal de Contas [TC], ao abrigo do disposto nos artigos 44.º e ss. da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação vigente, o TC solicitou à empresa esclarecimentos e o envio de elementos adicionais, protelando a data de início do contrato resultante do Concurso Público. Neste contexto, a empresa necessitou de encontrar uma solução assegurar a continuação dos Serviços Alternativos, tendo entendido que a melhor opção, para dar continuidade à operação os serviços de transporte em causa após o dia 18/12/2021, passava pela contratação do operador rodoviário selecionado no concurso público referido. Em sequência, depois de obtidas as autorizações necessárias para o efeito, foi celebrado um contrato, por um período máximo de três meses, com início a 18/12/2021, cuja cessação ocorreu assim que foi obtido o visto prévio do TC ao contrato que resultou do concurso público, ou seja, a 04/03/2022.

### **2.5.2 Procura e Oferta**

Em 2022, a recuperação dos efeitos da pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2 foi muito significativa, admitindo-se que estes já não se fizeram sentir significativamente nos Serviços Alternativos.

## Nº de passageiros

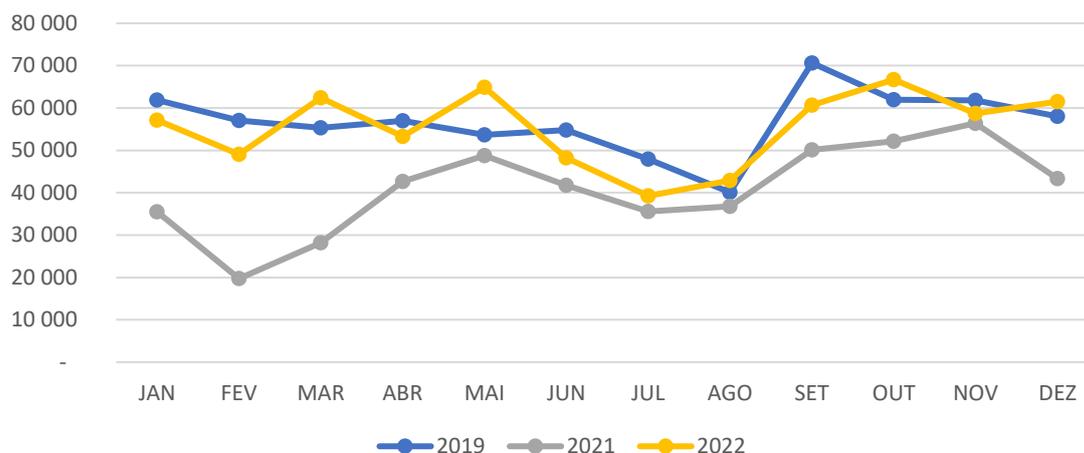


Figura 1 - Nº de Passageiros nos Serviços Alternativos, por mês

Como se pode observar na Figura 1, os valores mensais de passageiros transportados em 2022 foram consideravelmente superiores se comparados com igual período de 2021, tendo-se, inclusive, verificado uma aproximação aos valores pré pandemia, com alguns meses a registarem valores superiores aos de 2019.

O ano terminou com um aumento de 35% do número total de passageiros transportados relativamente a 2021, e com valores semelhantes aos registados em 2017, 2018 e 2019 (cf. Figura 2).

## Nº de passageiros

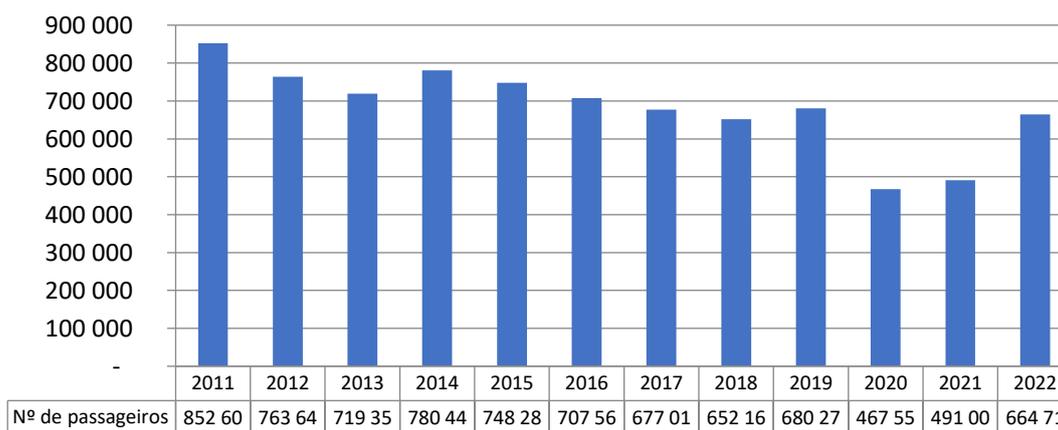


Figura 2 - Nº de Passageiros nos Serviços Alternativos, por ano

Em 2022 continuou em vigor o Programa de Apoio à Redução Tarifária [PART], que reduz em 30% o encargo para os passageiros com assinaturas mensais, conforme estabelecido no "Protocolo de Execução para implementação do Programa de Apoio

à *Redução Tarifária*” celebrado entre a empresa e a Comunidade Intermunicipal – Região de Coimbra [CIM RC], cujo objeto é operacionalizar a aplicação do PART nos Serviços Alternativos, e no “*Contrato Interadministrativo de Delegação e Partilha de Competências*” outorgado entre a CIM RC (Autoridade Regional de Transportes) e o Estado (Autoridade de Transportes da MM). A aplicação deste programa tem beneficiado de modo muito relevante os utilizadores dos Serviços Alternativos, com cerca de 70% dos passageiros dos Serviços Alternativos a recorrerem à assinatura mensal através deste programa.

### 2.5.3 Qualidade do serviço

O tratamento das reclamações continuou a ser efetuado ao abrigo das Normas de Procedimento estabelecidas, e que visam garantir uma gestão transparente e eficaz, com definição das responsabilidades da MM, sem prejuízo das cometidas ao operador rodoviário e à CP. Na Figura 3, é possível observar que o número de reclamações recebidas aumentou, contrariando a trajetória decrescente que vinha acontecendo, mas mantendo-se num valor aceitável se comparado com os observados antes da entrada deste operador em setembro de 2018.



Figura 3 – Evolução do Nº de Reclamações Recebidas nos Serviços Alternativos

Como a Figura 4 permite perceber, houve em 2022 um aumento considerável das reclamações devido a atrasos nas partidas dos autocarros, o que pode ser explicado pelas obras do SMM que têm obrigado a condicionamentos de trânsito (o mais significativo em Meiral, concelho da Lousã, devido à construção de uma passagem superior rodoviária), perturbando assim o normal funcionamento do serviço.

É igualmente relevante dar nota que os conteúdos das reclamações recebidas podem ser considerados espectáveis neste tipo de serviço, ou seja, para além das reclamações por atrasos referidas no parágrafo anterior, as outras reclamações respeitam a situações pontuais relacionadas com a conduta dos motoristas e algumas falhas não previstas na operação.

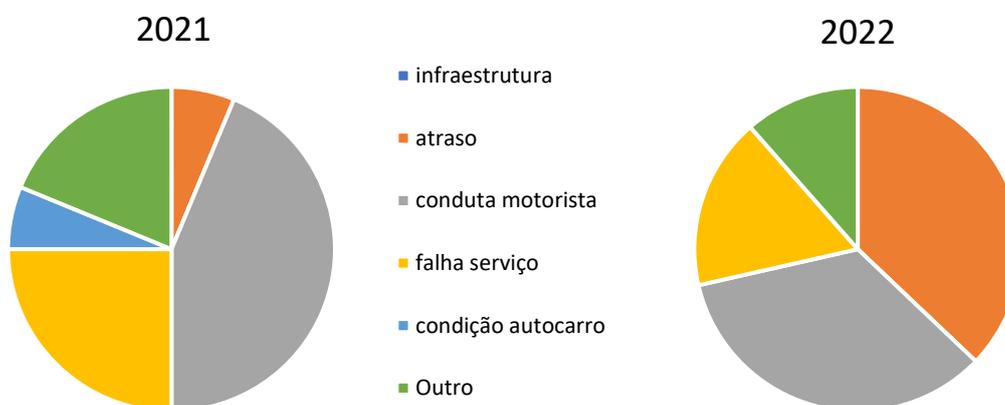


Figura 4 – Distribuição do Teor das Reclamações Recebidas em 2021 e 2022

## 2.6 Articulação com Entidades Externas

No decurso de 2022 foram consolidadas as colaborações de natureza institucional com várias entidades relevantes para o MM ou para a colocação em serviço do SMM. Trata-se, obviamente, de um conjunto extenso de entidades, merecendo destaque pela frequência dos contactos efetuados, para além da IP, os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra [SMTUC], as Câmaras Municipais de Coimbra [CMC], Miranda do Corvo [CMMC] e Lousã [CML], a Comunidade Intermunicipal de Coimbra [CIM RC], a Comissão de Coordenação da Região Centro [CCDRC], o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra [CHUC], o Instituto da Mobilidade e dos Transportes [IMT], as Secretarias de Estado do Orçamento, do Tesouro e das Finanças, e o Ministério das Infraestruturas.

O processo de implementação do SMM está profundamente dependente destas interações. Em primeiro lugar, coloca-se, naturalmente, a colaboração com as Tutelas para obtenção das autorizações necessárias ou para o cumprimento dos procedimentos legais estabelecidos. Também de grande intensidade e relevância é a colaboração com a IP associada à execução dos projetos e das infraestruturas do sistema. Igualmente merecedora de destaque a colaboração com as autoridades de transporte (Estado, CIM RC e CMC) e com os operadores, visando a disponibilização a breve prazo de um sistema intermodal na região. Merecem também aqui referência às entidades financiadoras (Estado e CCDRC), os municípios (CMC, CMMC e CML), estes

Últimos quer como representantes das populações quer enquanto gestores do território, e as entidades da Administração Central com competências específicas (e. g., IMT, AMT).

Embora seja uma atividade pouco visível, trata-se de um processo central na vida da empresa, na medida em que a procura das soluções mais adequadas e a promoção dos consensos necessários são aspetos essenciais para que a preparação da operação do SMM evolua de forma célere e construtiva.

Na medida em que as operações urbanísticas, relativas a intervenções em infraestruturas ou em edifícios, efetuadas na zona envolvente ao canal do SMM implicam a articulação com diversas entidades, a empresa tem vindo a ser solicitada a emitir pareceres, sendo o contacto com a MM realizado diretamente pelos interessados, pelos municípios ou, mais frequentemente, através da plataforma do Sistema de Informação do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação [SIRJUE].

Em 2022, os pareceres relativos a intervenções na envolvente da rede do SMM foram emitidos em articulação com a IP, com exceção dos relativos a expansões futuras do SMM que envolveram apenas a MM. Em termos globais, no exercício em análise a empresa analisou e respondeu a 20 pedidos de parecer via plataforma SIRJUE e 1 pedido de informação de particulares.

Atendendo ao impacto cada vez mais intenso da execução das obras no quotidiano da população, foi desenvolvido em 2022 um procedimento normalizado de análise e encaminhamento das reclamações, visando garantir um adequado acompanhamento e controle das mesmas. A metodologia estabelecida com as diversas entidades envolvidas, em particular com a IP e com a CMC, consiste em encaminhar todos os contactos para um único canal, gerido pela MM, que regista, analisa, recolhe informação adicional, se necessário, e responde ao reclamante. O número de reclamações recebidas neste âmbito ascendeu a 110, registando-se um tempo médio de resposta de cerca de uma semana e meia.

## 2.7 Análise do Grau de Cumprimento do Plano de Atividades

A análise ao grau de cumprimento dos objetivos inscritos no Plano de Atividade e Orçamento para 2022 [PAO 2022] é um modo de sublinhar a relevância dos progressos conseguidos no decurso do exercício em apreço. Adicionalmente, é particularmente relevante dar nota que este exercício permite simultaneamente avaliar a possibilidade de alguns dos atrasos registados poderem vir a implicar ajustamentos, nomeadamente no caminho crítico inscrito no cronograma para início da operação do sistema. Muito em particular, para estes espera-se que, com redobrado esforço da empresa e cooperação de todas entidades envolvidas, em 2024 seja finalmente possível assegurar a plena concretização do SMM.

O PAO 2022 estabelecia metas para diversos domínios, conforme se refere nos parágrafos seguintes, nos quais é analisado o grau de cumprimento das mesmas.

No domínio 1 (*Atividades correntes*) assume especial destaque a concretização da admissão de apenas um novo colaborador durante o ano de 2022 (dos quatro inscritos no PAO 2022). Importa, no entanto, dar nota que, embora não tenham sido concluídos em 2022, foram iniciados 4 processos de recrutamento que deverão permitir a concretização do necessário reforço em recursos humanos da empresa, em 2023. De notar que em 2023, dada a proximidade temporal relativamente ao projetado início da operação do SMM, este crescimento terá necessariamente que assumir uma expressão relevante. Por dificuldades administrativas foi adiada a aquisição da viatura de todo o terreno para 2023. As pessoas na MM são um ativo precioso e a promoção do seu bem-estar, alinhamento organizacional e motivação, justificam uma cuidada atenção. Neste âmbito incluem-se também as preocupações com o aumento das competências, a promoção da Igualdade de género, a divulgação dos princípios e valores do Código de Ética e Conduta da MM e do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão em vigor na empresa, ações que, em conjunto com o reforço das condições materiais de trabalho, se considera terem sido genericamente concretizadas de acordo com o planeado.

No domínio 2 (*Interfaces e Integrações Funcionais*) os objetivos traçados podem ser considerados como cumpridos, fruto de uma consolidada articulação entre os serviços técnicos da empresa com os departamentos competentes para a gestão de espaços urbanos das três autarquias (Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã). Em concreto, foi possível continuar a garantir uma boa utilização desses espaços assegurando eficazmente a sua gestão e manutenção.

No domínio 3 (*Abertura do Canal do Sistema de Mobilidade do Mondego na Baixa de Coimbra – Desconstrução, construção e reabilitação dos Edifícios*) os objetivos traçados no PAO 2022 consideram-se parcialmente cumpridos, tendo em consideração os atrasos sofridos no desenvolvimento da empreitada, conforme detalhadamente se relata no ponto 2.3 deste Documento (Intervenção na Baixa de Coimbra).

No domínio 4, com a designação *Estudos, Projetos e Concursos*, a resposta aos objetivos traçados foi idêntica à registada em exercícios anteriores, destacando-se a continuidade de boa colaboração com as Autarquias de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã. A empresa continuou a atribuir prioridade máxima às tarefas relativas à implementação da solução Metrobus para o projeto SMM, incluindo a colaboração com a IP nos aspetos relativos às infraestruturas, em conformidade com o Protocolo de Colaboração celebrado com esta entidade, já anteriormente referido. Como tarefas bem sucedidas e objetivos cumpridos, destacam-se (i) a conclusão do procedimento de contratação da aquisição dos veículos elétricos e sistemas de carregamento de energia; (ii) a conclusão dos procedimentos de contratação da empreitada de construção do PMO e dos serviços de fiscalização e coordenação de segurança respetivos; (iii) a conclusão do procedimento de contratação do fornecimento do sistema de bilhética do SMM, em parceria com a CMC; (iv) a conclusão do procedimento de contratação da empreitada de execução dos Postos de Transformação do SMM; (v) colaboração com a IP na conclusão do procedimento de contratação para aquisição dos Sistemas de Telemática e SAE, através de agrupamento constituído para este efeito; (vi) colaboração com a IP no desenvolvimento de projetos de alterações e das empreitadas de infraestruturas rodoviárias, de integração urbana e dos abrigos e mobiliário urbano das paragens, incluindo a realização de reuniões com os municípios; (vii) consolidação do modelo de organização da operação do SMM, com a realização do dimensionamento e descrição funcional dos recursos humanos das áreas operacionais da MM; (viii) elaboração de um plano de operação preliminar, contemplando a definição dos serviços a realizar pelos veículos e motoristas na fase de operação do SMM.

Finalmente, como tarefas ainda em curso, para além das atividades de gestão contratual das empreitadas e fornecimentos acima mencionadas, refere-se: (a) atividades, promovidas em conjunto pela CIM-RC, CMC, MM e CP - Comboios de Portugal, de preparação da criação de uma entidade para a gestão dos sistemas de bilhética e tarifário intermodais na região de Coimbra, designada por A-GIT; (b) continuação da preparação de conteúdos do Sistema Integrado de Segurança [SIS] e Manual de Exploração do SMM, tendo em vista a obtenção das autorizações para a entrada em serviço e licenciamento da atividade de transporte; (c) consolidação do

modelo de financiamento e gestão da operação do SMM; (d) consolidação dos projetos de articulação e otimização da integração urbana do SMM na cidade de Coimbra; (e) execução da primeira fase e desenvolvimento de fases futuras do plano para o reforço da estrutura arbórea da cidade de Coimbra.

No domínio 5, *Serviços Rodoviários Alternativos*, estão incluídas tarefas que devem ser consideradas como cumpridas, nomeadamente as relacionadas com o apuramento e pagamento dos encargos decorrentes da gestão, acompanhamento e realização dos Serviços Alternativos, a manutenção, limpeza e melhoria das condições de funcionamento (incluindo abrigos), e também os suportes de comunicação (horários de bolso, cartazes para abrigos, etc.) e o apoio ao cliente.

Finalmente, no domínio 6, *Comunicação e Marketing*, considera-se que, com o desenvolvimento das obras de construção do SMM, a MM entrou numa nova fase em que a estratégia de Comunicação e Marketing e a sua implementação apresentam um papel acrescido e imprescindível. Para esta aspiração, foram cumpridos os objetivos inscritos no PAO 2022 com destaque para: (i) Elaboração e implementação de um Plano de Comunicação de obra, que inclui um conjunto de ações e medidas de Divulgação e Acompanhamento das obras do SMM, com a ambição de antecipar e prevenir conflitos e perturbações com maior impacto no dia-a-dia das populações; (ii) Desenvolvimento de conteúdos multimédia, imagens 3D e vídeo institucional, demonstrando os benefícios potenciais do SMM ao nível da integração urbana; (iii) Promover e credibilizar a MM e o SMM, utilizando a decoração de estaleiros de obra e a colocação de outdoors em locais intervencionados, priorizando o reforço das relações institucionais e com os media; (iv) a realização de reuniões e visitas para esclarecimentos à população e aos meios de comunicação social; (v) Entrada em funcionamento do novo sítio institucional na internet da empresa, para cumprimento de forma eficaz e moderna dos seus atuais objetivos: divulgação e promoção do SMM, apoio aos Serviços Alternativos e informação institucional; (vi) Elaboração do Plano de Comunicação para as Redes Sociais da empresa, por forma a projetar e sustentar a imagem institucional da MM, reforçando a sua credibilidade junto da opinião pública, promovendo o transporte público e a mobilidade sustentável, credibilizando e promovendo o SMM, gerindo o impacto das obras do SMM com o partilhar de informação com transparência e rapidez, informando e comunicando com os passageiros dos Serviços Alternativos; (vii) a realização de algumas ações de marketing e comunicação como, por exemplo, a elaboração do Plano de Merchandising, que inclui a aquisição e alguma distribuição dos seus materiais, a participação na iniciativa do Município de Coimbra para a Semana Europeia da Mobilidade e a participação do Festival Sons da Cidade, iniciativa da Associação RUAS (entidade gestora do bem

“Universidade de Coimbra – Alta e Sofia”, classificado como Património Mundial da UNESCO em 2013).

## 3. A Empresa e os seus Colaboradores

### 3.1 Estrutura Orgânica

A MM é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando, portanto, o setor público empresarial, cujo regime geral consta do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, com as alterações introduzidas pelas Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro e Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro. Os atuais Órgãos Sociais da MM foram eleitos para o mandato do triénio 2019 a 2021 em Assembleia Geral de Acionistas a 24 de julho de 2019, sendo o Conselho de Administração composto por um Presidente, um Vogal com funções executivas e uma Vogal com funções não executivas.

Durante o ano de 2022 foram implementadas mudanças na macroestrutura organizacional, o que permitiu a criação da Direção de Operações e o Gabinete de Qualidade, Ambiente e Segurança. Esta reorganização deve ser interpretada, por um lado, em função da importância que a preparação para a entrada em operação passou a ter e, por outro, da prioridade que deve ser atribuída às questões relacionadas com a segurança e as atividades relacionadas com a obtenção das autorizações necessárias para a entrada em serviço e licenciamento da empresa para a operação.

A Estrutura Orgânica em vigor na MM em 2022 é apresentada na Fig. 5.

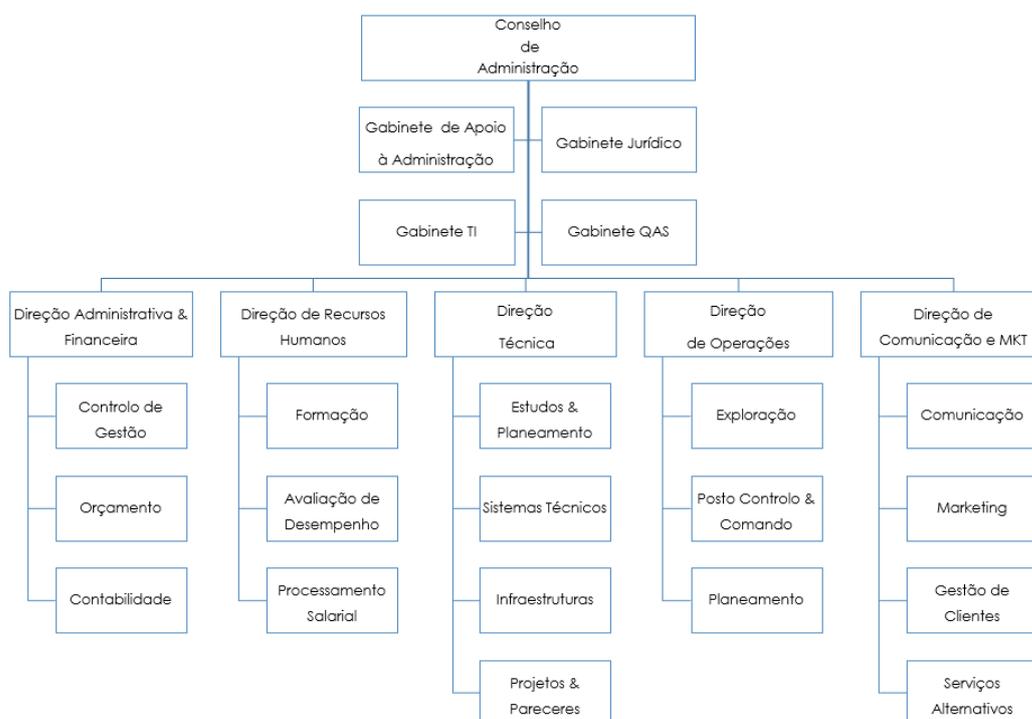


Figura 5 – Organograma da Metro-Mondego S.A.

## 3.2 Recursos Humanos

A motivação e dedicação dos colaboradores foi mais uma vez determinante para os progressos alcançados. Em 2022 foram prosseguidas as medidas que visam potenciar o desenvolvimento pessoal e profissional, promover a diversidade e a inclusão, bem como procurar assegurar a segurança e bem-estar dos colaboradores da empresa. Alicerçada numa conduta ética e de rigor profissional, beneficiando do entusiasmo e iniciativa de todas e todos, 2022 foi mais um ano de aprofundamento da estratégia de valorização do trabalho em equipa e de desenvolvimento das competências dos recursos humanos da MM, salvaguardando-se o princípio de que, para podermos ser bem-sucedidos, é fundamental assegurar, de modo omnipresente, um saudável equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.

Em 2022, foi prosseguida uma estratégia que ambiciona criar um ambiente de trabalho assente na riqueza de perfis, com foco na singularidade, e que tem como catalisador o desenvolvimento pessoal e profissional de cada pessoa, assegurando que todos se sentem respeitados, valorizados pelas suas competências e que têm confiança na organização.

No final de 2022, a empresa empregava 18 colaboradores, representando um incremento de 6%, face ao ano anterior. Em relação à idade média dos colaboradores, observa-se um decréscimo de 2% face ao ano anterior. Esta diminuição, deve ser interpretada como um resultado visível da política de revitalizar os quadros efetivos da MM através da contratação de quadros mais jovens.

O reforço da dotação de recursos humanos tem que ser sublinhado como uma componente fundamental para que a empresa possa ter sucesso na sua missão, conforme amplamente exposto nos Planos de Atividade e Orçamento dos últimos exercícios, esperando-se que, em sintonia com os investimentos em curso e o projetado início da operação, seja possível prosseguir com as admissões planeadas.

Quadro 1 - Quadro de pessoal da MM

Descrição	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2010
Efetivo Total 1	18	17	13	11	11	12	13	20
Excluindo administração não executiva	17	16	12	10	9	10	11	16
Idade Média	45	46	49	49	50	50	48	40
Média Trabalhadores	15	13	10	10	11	12	12	15
Contratados a termo	0	0	0	0	0	0	0	0
Quadros Técnicos	100%	100%	100%	100%	100%	77%	70%	75%

1 - inclui Conselho de Administração (3 membros)

Na medida em que se antecipa que o futuro seja caracterizado por uma maior rapidez e pela constante mudança, aprender a aprender surge como competência a fomentar dentro das organizações. Neste contexto, a arquitetura de formação é uma ferramenta

essencial para o desenvolvimento de todos os colaboradores, bem como para conseguir responder eficazmente aos desafios da implementação do projeto do SMM. Desta forma, a estratégia da MM na área formação tem como principais objetivos aumentar a digitalização dos processos de formação e a oferta formativa ao nível de novas competências profissionais e, por outro lado, potenciar a autoaprendizagem.

Em 2022 foram concretizadas ações de formação e programas de desenvolvimento, com participação de todos os colaboradores, conforme se pode perceber a partir da informação disponibilizada no Quadro 2.

Quadro 2 – Ações de Formação com participação de colaboradores da MM

Formação 2022	Entidade	Recursos
EPDAP - Repositório de Regulação e Plataforma de Serviços	Centro de FormaçãoData Protection Officer Service Desk	2
Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço e Decreto-Lei n.º 65/2021	Centro Nacional de Cibersegurança	2
Webinar Eficiência Energética por Todos e para Todos!	Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros	1
Webinar: Igualdade de gênero hoje para um amanhã sustentável	UIIP	2
Webinars on Bus Fleet Decarbonisation	JASPERS Networking Platform	1
Plano de comunicação MM	Metro Mondego S.A.	13
Prestação de Contas-plataforma eContas	Tribunal de Contas	2
A contabilidade de gestão no SNC-AP	OCC	1
IT-TRANS 2022	UIIP	1
Filedoc - funcionamento	Metro Mondego S.A.	14
TRIBUNAL DE CONTAS – A SUBMISSÃO DE CONTRATOS A FISCALIZAÇÃO PRÉVIA	Capacitar – Academia de Formação	2
AcingGov	Metro Mondego S.A.	14
Veículos Híbridos e Elétricos – Intervenção em Segurança	O CEPRA – Centro de Formação Profissional da Reparação Autor	1
Filedoc - fluxograma Ticket	Metro Mondego S.A.	2
Filedoc - fluxograma Ticket	Metro Mondego S.A.	2
Funcionamento novo Site MM	Ideias Concertadas	2
Teambuilding(RE)CONSTRUIR EQUIPA	Dynargie	15
Casos práticos de SNC-AP	OCC	1
Formação de Formadores/as para obtenção de especialização em Igualdade d	Profiforma	1
Contratação Pública	Metro Mondego S.A.	14
Encerramento de Contas 2022.	OCC	1
European Land Registry Association	European Land Registry Association	1
Registrar Contratos no Portal BASE	IMPIC	5
Formação InJob área de Manutenção Metro do Porto	Metro do Porto	1
Palestra Motivacional	Metro Mondego S.A.	15

## 4. A Empresa e os seus Acionistas

### 4.1 Estrutura Acionista

A Metro-Mondego, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando, portanto, o setor público empresarial, cujo regime geral consta do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, com as alterações introduzidas pelas Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro e Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro. Em 2020 não se registaram alterações na estrutura acionista da empresa.

### 4.2 Composição dos Órgãos Sociais

Os órgãos sociais não registaram qualquer alteração em 2022, permanecendo de acordo com a deliberação da Assembleia Geral [AG] de 24 de julho de 2019, com a seguinte composição:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:	<i>Presidente:</i> Luís Miguel Correia Antunes
	<i>Vice-Presidente:</i> Prof. Doutor António Miguel Costa Batista
	<i>Secretária:</i> Dra. Sónia Serrano Pujalrás
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:	<i>Presidente:</i> Eng.º João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana
	<i>Vogal (executivo):</i> Prof. Doutor Eduardo Jorge Gonçalves Barata
	<i>Vogal (não-executiva):</i> Dr.ª Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo
FISCAL ÚNICO:	<i>ROC efetivo:</i> Dr. José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC n.º 833) (em representação de Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados)
	<i>ROC Suplente:</i> Dr. João Manuel Rosa Lopes (ROC n.º 1029)

## 4.3 Cumprimento das Obrigações Legais

A Metro Mondego preparou e apresentou para o exercício de 2022 o Plano de Atividade e Orçamento 2022-2024 [PAO 2022-2024], formalmente submetido na Plataforma de Sistema de Recolha de Informação Económico-Financeira do Setor Empresarial do Estado [SIRIEF], em 13 de setembro de 2021<sup>1</sup>.

Posteriormente, com a Lei nº 12/2022, de 27 de junho – Lei de Orçamento de Estado [LEO], foi preparada uma versão revista do Plano de Atividades e Orçamento 2022-2024, incorporando os ajustamentos decorrentes da subvenção de Orçamento de Estado atribuída (documento submetido em Plataforma SiRIEF a 6 de setembro).

Finalmente, no âmbito das instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2021 (transmitidas pelo ofício da Direção Geral do Tesouro e Finanças com a referência SAI\_DGTF/2022/359, de 20 de janeiro de 2022), em particular no que diz respeito à divulgação do cumprimento das orientações legais, apresenta-se no Anexo I deste Relatório e Contas uma recensão individualizada completa.

---

<sup>1</sup> Em 24 de fevereiro, com base no Relatório de Análise nº 30/2022 da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), de 16 de fevereiro, referente ao PAO 2022-2024, foi exarado o Despacho nº 225/2022-SET, de Sua Exa. o Senhor Secretário de Estado do Tesouro, referindo o seguinte:

*“(…) Atento o presente Relatório de Análise (RA), concedo a autorização para:*

- a) A contratação de 5 trabalhadores, nos termos constantes do RA;*
- b) O aumento dos Gastos com Pessoal, nos termos do RA, limitando o valor dos Gastos com Pessoal em 2022 a 899 644,13€;*
- c) O aumento dos Encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel, limitando os encargos em 2022 a 45 307 euros.*

*Nestes termos, considero que a proposta de PAO está em condições de ser aprovada, mas apenas no respeitante ao ano de 2022, atenta a necessidade de esclarecimento da evolução futura da performance financeira da empresa.”*

## 5. Desempenho Económico e Financeiro

### 5.1 Investimento

No Quadro 3 é apresentado, com discriminação por grandes rubricas, o Investimento realizado em 2022 (adições de imobilizado com inclusão do valor de inventários e sem capitalizações), propondo-se uma análise com referência aos valores inscritos no Plano de Atividades e Orçamento 2022 (PAO 2022), bem como os valores executados em 2022.

Quadro 3 - Investimento

	2022	2022	2021	Desvio
	PAO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	
Equipamentos Fixos e de Funcionamento	127 250	71 005	18 805	-56 245
Comunicação e Marketing	20 000	10 500	9 239	-9 500
Implementação da 1ª fase	1 611 160	1 588 114	1 251 206	-23 046
Libertação da Baixa de Coimbra	2 026 279	890 703	758 157	-1 135 576
Empreitada de Construção PMO	1 363 603	169 317	271 652	-1 194 286
Material Circulante	720 000	296 719	0	-423 281
Assessorias e estudos	399 996	95 519	176 226	-304 477
<b>Total</b>	<b>6 268 288</b>	<b>3 121 879</b>	<b>2 485 286</b>	<b>-3 146 409</b>

A leitura dos valores inscritos no Quadro 3, permite assinalar dois aspetos fundamentais. Em primeiro lugar, os níveis de Investimento executados estão alinhados com a trajetória de crescimento da atividade da MM, tendo por horizonte o início da operação do SMM. Porém, a comparação entre os valores orçamentados e executados revela uma taxa de execução de 49,8%, bastante inferior ao projetado. Importa referir que para este diferencial muito contribuíram sobretudo, mas não exclusivamente, duas limitações verificadas em 2022. Em primeiro lugar destacam-se os atrasos verificados na publicação da RCM que autorizou os investimentos estruturais, o que ajuda a explicar, conseqüentemente, uma dilação muito expressiva na consignação da empreitada de construção do PMO (Empreitada 1) e na adjudicação do fornecimento do material circulante. Por outro lado, também contribuíram de forma relevante para os desvios em análise, os atrasos verificados na execução da empreitada da Baixa de Coimbra (conforme melhor se detalha no ponto 2.3 deste Relatório).

No que respeita a cada uma das grandes rubricas inscritas no Quadro 3, e relativamente aos “Equipamentos Fixos e de Funcionamento” assinala-se uma execução abaixo do previsto (55,7%), circunstância que decorre, em larga medida, do adiamento, para 2023, da aquisição de uma viatura todo terreno, inicialmente projetada para 2022, bem

como os processos de recrutamento que foram iniciados, mas não concluídos em 2022, com a conseqüente prolação dos encargos associados.

No que concerne à rubrica designada como “Implementação da 1ª fase”, que reporta, no essencial, à imobilização do défice de exploração dos Serviços Alternativos, os valores executados estão em linha com os previstos. Finalmente, no que se refere a eventuais contingências inerentes à pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2, dá-se nota do seu progressivo levantamento, o que é relevante para interpretar evolução positiva da receita com a prestação destes serviços de transporte, i.e., como se detalha no Quadro 4, a receita esperada foi ultrapassada, tanto na componente da receita via PART, como nas receitas decorrentes da venda dos restantes títulos de transporte.

Quadro 4 – Implementação da 1ª Fase (Serviços Alternativos)

	<b>2022</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Desvio</b>
	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	<b>2022/2021</b>
Receitas PART	<b>120 000</b>	<b>135 917</b>	<b>99 755</b>	<b>36,3%</b>
Receitas Serviços Alternativo:	<b>600 000</b>	<b>678 626</b>	<b>157 120</b>	-
Despesa				
Serviços Alternativos	<b>1 611 160</b>	<b>1 588 114</b>	<b>1 251 206</b>	<b>26,9%</b>
Operação	1 596 160	1 577 550	1 237 934	27,4%
Manutenção	15 000	10 564	13 272	-20,4%

A rubrica Estudos e Assessorias, que continua a ter uma importância significativa nos investimentos realizados, registou em 2022 uma execução acentuadamente inferior ao valor orçamentado (apenas 23,8%). A análise crítica deste diferencial deve ter em conta, no essencial, os atrasos já referidos anteriormente, que encadeiam com outras ações (e.g., consultoria da sinalética para as estações, segurança e licenciamento do sistema ou realização de estudos e projetos em parceria com outras entidades).

Os trabalhos contratados foram os seguintes:

- Assessoria jurídica especializada em matéria de contratação pública e contencioso pré-contratual.
- Produção de Imagens 3D para apresentação pública das integrações urbanas do SMM
- Coordenação de segurança em projeto tendo em vista a preparação do procedimento de contratação da empreitada de fornecimento e construção dos Postos de Transformação para alimentação elétrica das estações de carregamento dos veículos do SMM
- Projeto de Execução para a via distribuidora principal adjacente ao Parque de Material e Oficinas (PMO)
- Imagem gráfica e paginação do relatório e contas

- Prestação de serviços de expropriações para a execução da empreitada de construção do Parque de Material e Oficinas (PMO) do Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM)
- Adaptação e atualização de levantamento topográfico no quarteirão da Casa Aninhas.
- Desenvolvimento de conteúdos gráficos e digitais para as redes sociais
- Produção e colocação de outdoors para apresentação pública das integrações urbanas do SMM
- Adaptação do Projeto de Execução da Via Distribuidora adjacente ao Parque de Material e Oficinas (PMO) do Sistema de Mobilidade do Mondego
- Desenvolvimento do manual de identidade para a fase de obras do Sistema de Mobilidade do Mondego [SMM]
- Elaboração do PSS e coordenação de segurança em projeto para a empreitada dos PT's
- Análise de uma solução alternativa para a inserção urbana do canal do SMM na Rua General Humberto Delgado, em Coimbra
- Assessoria à configuração da imagem do Sistema de Mobilidade do Mondego - lançamento de procedimento de contratação
- Assessoria à elaboração do plano de operação preliminar do Sistema de Mobilidade do Mondego - lançamento de procedimento de contratação
- Adaptação das redes de dados informáticos, telecomunicações e elétricas no piso 2 da sede da Metro Mondego, S.A.
- Projeto de Arquitetura da Praça da "Estação Câmara"
- Assessoria Jurídica Especializada em Matéria Laboral
- Fornecimento e Manutenção de Hardware e Software (Firewall)
- Fornecimento e Manutenção de Equipamentos de Bilhética para a Estação do Alto de S. João.
- Suporte e manutenção do site institucional da Metro Mondego
- Levantamento topográfico no quarteirão da "Casa Aninhas" ou futura estação "Câmara de Coimbra" do Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM)
- Contratação de "serviços relacionados com telecomunicações móveis"
- Prestação de serviços para elaboração de projeto de demolição e remate da "Casa Aninhas"
- Assessoria à preparação da operação do Sistema de Mobilidade do Mondego
- Prestação de serviços de implementação do reforço da estrutura arbórea – Cidade de Coimbra – Solum
- Prestação de serviços de produção de vídeo institucional.

## 5.2 Exploração

O processo de apuramento dos resultados e o seu confronto com os valores inscritos no PAO 2022, bem como os apurados na execução no exercício precedente, é apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 - Resultados (antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)

	2022	2022	2021	2022/2021
	PAO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	VARIAÇÃO
Variações nos Inventários de produção	2 011 279	852 250	762 602	11,8%
Trabalhos para a própria entidade	1 008 447	861 070	732 553	17,5%
Fornecimentos e serviços externos	2 282 010	1 044 257	904 560	15,4%
Empreitada	1 827 902	794 573	610 821	30,1%
Fiscalização	45 648	56 147	56 147	0,0%
Assistência Técnica	137 729	1 531	95 634	-98,4%
Outros FSE da Estrutura <sup>1</sup>	270 730	192 006	141 958	35,3%
Gastos com o pessoal	780 397	702 311	617 133	13,8%
Outros rendimentos e ganhos	884 262	411 667	238 604	72,5%
Outros gastos e perdas	3 580	4 268	3 540	20,6%
	838 001	374 152	208 526	-

<sup>1</sup> Detalhados no Quadro 6

Genericamente, os valores inscritos no Quadro 5 permitem perceber variações positivas face ao ano anterior em todas as componentes (com exceção da componente “Assistência Técnica”), embora generalizadamente significativamente abaixo dos valores projetados no PAO 2022.

A rubrica *Varição nos Inventários de Produção*, que corresponde aos gastos com os contratos diretamente associados à empreitada da Baixa de Coimbra (Empreitada, Fiscalização e Assistência Técnica) confirma esta análise apresentando uma variação positiva face ao ano anterior (11,8%), embora significativamente abaixo dos valores projetados no PAO 2022. Para este diferencial concorreram de modo relevante as condicionantes já detalhas no ponto 2.3 deste Relatório.

No âmbito de uma análise dos valores inscritos no Quadro 5 merece igualmente destaque o incremento na componente “*Outros FSE da Estrutura*” em cerca de 35,3%. Para uma interpretação mais proficiente desta evolução, apresenta-se, no Quadro 6, uma desagregação de acordo com as suas principais subcomponentes.

Quadro 6 – Outros FSE da Estrutura

	<b>2022</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022/2021</b>
	PAO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	VARIAÇÃO
Electricidade	10 200	7 655	4 161	84,0%
Combustíveis <sup>1</sup>	14 689	7 222	5 240	37,8%
Material de Escritório	2 600	586	2 086	-71,9%
Rendas e Alugueres	57 599	54 490	47 725	14,2%
Despesas Representação	3 300	2 097	1 648	27,3%
Comunicação	8 280	6 890	4 421	55,8%
Seguros	4 000	1 839	2 114	-13,0%
Deslocações e Estadas	9 890	6 017	3 896	54,5%
Conservação e Reparação	12 300	2 462	5 411	-54,5%
Publicidade e Propaganda	63 968	45 945	1 447	3074,9%
Outros <sup>2</sup>	87 484	56 802	63 809	-11,0%
<b>Total</b>	<b>274 310</b>	<b>192 006</b>	<b>141 958</b>	<b>35,3%</b>

<sup>1</sup> Inclui consumo de eletricidade em deslocação automóvel (1,224,08 €)

<sup>2</sup> Detalhados no Quadro 7

O Quadro 6 permite, por um lado, confirmar que em 2022, assistimos à tendência esperada do incremento de atividade da empresa, associada ao crescimento do investimento e à progressiva diluição das limitações decorrentes da pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2. Por outro lado, para além do aumento de custos que diretamente são suportados pelo aumento de atividade e crescimento do número de colaboradores contratados, registaram um aumento relativo significativo os custos com publicidade, nomeadamente os relacionados com as ações de divulgação do projeto, incluindo comunicações junto das pessoas e instituições mais diretamente afetadas pelas perturbações com origem nas muitas obras em curso.

No Quadro 6, justificam também referência os custos que integram a componente “Outros”, e.g., os honorários do Revisor Oficial de Contas [ROC], os custos com a Informática e com o Licenciamento de software (Renovações), cujo detalhe se disponibiliza no Quadro 7.

Quadro 7 - Outros Fornecimentos e Serviços Externos

	<b>2022</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022/2021</b>
	PAO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	VARIAÇÃO
ROC	12 014	11 743	11 743	0,0%
Informática	15 000	14 780	14 600	1,2%
Licenciamento SW (Renovações)	42 600	18 152	26 666	-31,9%
Outros	17 870	12 127	10 800	12,3%
<b>Total</b>	<b>87 484</b>	<b>56 802</b>	<b>63 809</b>	<b>-11,0%</b>

A redução registada, face à execução em 2021, de 11%, é em grande medida explicada pelos encargos com a migração de dados de gestão documental do anterior software para o atual e da adaptação do ERP para permitir a emissão de

faturas eletrónicas, e cujo atraso da entrada em funcionamento acabou por não refletir custos no exercício de 2022. Os honorários do Revisor Oficial de Contas [ROC], respeitam os montantes convencionados na AG da sociedade de 2019. Quanto à rubrica “Licenciamento de software (Renovações)” esta integra as renovações e o suporte aos programas de contabilidade (ERP) e gestão documental, a adaptação do ERP para permitir a emissão de fatura eletrónica, a migração de dados de gestão documental do anterior *software* para o atual, as aplicações de engenharia (e.g. *autocad*), entre outros (e. g. registo e manutenção do domínio WEB, plataforma de email, filtros *anti-spam*).

Os encargos associados a custos com Pessoal em 2022 são apresentados no Quadro 8.

Quadro 8 – Custos com Pessoal

	<b>2022</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
	PAO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO
Orgãos Sociais (1)	205 258	205 020	200 823
Pessoal (2)	576 673	497 291	416 310
(efeito 4 admissões 2021)			39 024
(efeito 4 admissões 2022)	58 225	5 163	0
Encargos proc. recrutamento <sup>1</sup>	-	600	4 730
<b>Total (1)+(2)</b>	<b>781 931</b>	<b>702 311</b>	<b>617 133</b>

<sup>1</sup> Inclui custos de recrutamento iniciados no exercício de 2022.

A leitura dos valores inscritos no Quadro 8 deve ter em conta que em 2022 ainda não foi desbloqueado o regulamento de carreiras, que aguarda apreciação pela tutela financeira desde 2019. A rubrica dos Custos com o Pessoal regista um acréscimo, face ao ano anterior, de 13,8% que, no essencial, reflete a execução de um ano completo de 4 admissões durante o ano de 2021, a que acresce o efeito (marginal) de uma nova admissão no decurso de 2022. Não obstante esta variação positiva, o valor executado é inferior ao previsto (89,8%), o que se explica fundamentalmente como consequência de as admissões previstas para este ano não terem ocorrido conforme projetado.

No que se refere a outros rendimentos e ganhos, para além do reconhecimento de proveitos na mesma proporção das amortizações do exercício, destaca-se a venda extraordinária de duas parcelas sobranes (com uma receita agregada de 349 300 €) e cujo impacto positivo é determinante para o resultado do exercício.

Por último, os “Outros gastos e perdas” encontram-se em linha com o ano anterior, englobando impostos, taxas e acertos relativos a anos anteriores, com importância relativa residual.

## 5.3 Situação Patrimonial

A Metro Mondego apresenta um Ativo Líquido de 60,77 milhões de euros.

Quadro 9 – Situação Patrimonial

	2022	2021
<b>Ativo não corrente</b>		
Ativos Fixos tangíveis	49 611 979	47 697 050
Propriedade de Investimento	192 516	192 516
Ativos Intangíveis	19 213	24 773
Outros Ativos financeiros	1 709	687
Diferimentos	421	0
<b>Ativo corrente</b>		
Inventários	1 958 632	1 106 382
Clientes, contribuintes e utentes	187 621	201 422
EOEP	49 540	84 616
Outras contas	174 052	0
Diferimentos	29 183	11 591
Caixa e DB	8 544 918	6 064 314
<b>Total</b>	<b>60 769 784</b>	<b>55 383 350</b>

Importa ter em consideração que, na rubrica Ativos Fixos Tangíveis, o *investimento em curso* representa 99,8% desse item (49 510 043€, cf. Quadro 10) e agrega todo o investimento anteriormente realizado, ou seja, inclui estudos, projetos, assessorias, expropriações (aquisições e indemnizações), demolições, défices anuais dos serviços rodoviários alternativos e capitalização parcial dos custos de funcionamento (gastos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos diretamente imputáveis ao projeto, cf. Quadro C.6 e Nota 4.3 do Anexo às Contas do Exercício).

Quadro 10 – Desagregação do Ativo Fixo Tangível em Curso

	2022	2021
Capitalizações	15 814 823	14 953 753
Marketing	144 412	133 912
Planeamento	975 718	975 718
Implementação 1ª Fase	14 445 031	13 671 460
Operacionalização do Sistema	7 401	7 401
Implementação 2ª Fase	14 637 217	14 482 027
Imobilizações anteriores a 2004	2 765 010	2 765 010
Assessoria e Estudos	720 432	624 913
<b>Total</b>	<b>49 510 043</b>	<b>47 614 193</b>

No Quadro 11 infra, é possível concluir que o valor remanescente do Ativo Fixo Tangível se resume a equipamento básico, equipamento de transporte (2 viaturas), equipamento de escritório, equipamento informático (hardware e software), i.e.,

equipamentos necessários ao funcionamento da atividade da empresa, na sua maioria totalmente depreciados, a que acresce um terreno (propriedade de investimento). O investimento nas obras de remodelação e adaptação das instalações da nova sede é objeto de depreciação ao longo do período de vida útil do contrato de arrendamento.

Quadro 11 – Ativo Fixo Tangível

	2022			2021		
	ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES	ATIVO LÍQUIDO	ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES	ATIVO LÍQUIDO
Edifícios e Outras Construções	126 424	50 570	75 854	76 171	15 234	60 937
Equipamento básico	3 562	3 562	0	9 461	9 461	0
Equipamento de transporte	45 965	43 840	2 126	45 965	43 067	2 899
Equipamento administrativo	197 450	173 494	23 956	265 129	246 675	18 454
Outro ativo tangível	534	534	0	5 944	5 377	567
<b>total</b>	<b>373 935</b>	<b>271 999</b>	<b>101 936</b>	<b>402 671</b>	<b>319 814</b>	<b>82 857</b>

Em 2022 assinala-se o abate de equipamentos obsoletos, avariados e sem uso e totalmente amortizados.

No que concerne ao Ativo Corrente, a rubrica "Inventários" é composta por bens e trabalhos em curso no âmbito da empreitada de construção dos edifícios A1 e A2 na Baixa de Coimbra (1 958 632 €).

Ao nível do Passivo Corrente, a evolução relativamente ao ano anterior é pouco expressiva, conforme ilustra o Quadro 12 infra.

Quadro 12 – Passivo Corrente

	2022	2021
Fornecedores	5 625	4 204
Adiantamentos de Clientes	144 000	0
Estado e O E publicos	94 384	32 180
Financiamento Obtidos	0	0
Fornecedores de Investimento	554	1 378
Outras Contas a Pagar	72 187	64 055
Diferimentos	0	0
<b>Total</b>	<b>316 749</b>	<b>101 816</b>

Na leitura do Quadro 12 destaca-se que na componente "Adiantamentos de Clientes" está contabilizado um adiantamento a título de sinal, prestado à MM, relativo ao contrato promessa de venda de uma parcela sobrança, cuja escritura se espera que venha a ocorrer no primeiro trimestre de 2023.

Em Estado e Outros Entes públicos consta o imposto a pagar em 2023 de 75.299,86 € (deduzido do pagamento por conta de 5.784) devido aos resultados positivos obtidos em 2022.

Não se registam pagamentos em atraso nem dívidas vencidas a fornecedores, dando-se pleno cumprimento aos prazos de pagamento definidos.

Quanto ao Património Líquido, a evolução também segue um registo de continuidade face aos anos anteriores, como se apresenta no Quadro 13.

Quadro 13 – Património Líquido

	2022	2021
Património/Capital	1 075 000	1 075 000
Reservas	9 654	9 654
Resultados Transitados	-765 816	-923 533
Outras v. Património Líquido	46 373 432	42 571 895
Resultado Líquido	239 226	157 717
Total	46 931 496	42 890 733

A leitura relativa à acumulação de resultados transitados negativos, deve ser enquadrada no contexto atual da fase de projeto em que o SMM se encontra, nomeadamente a circunstância de a obtenção de receitas relevantes apenas estar prevista no após o início da operação. Contudo, a “venda de parcelas sobrantes” têm contribuído para a melhoria destes resultados permitindo o apuramento, em 2021 e 2022, de resultados líquidos positivos.

O item Outras Variações no Património Líquido corresponde aos subsídios ao investimento, provenientes de dotações do Orçamento de Estado, cujo reconhecimento em resultados é efetuado numa base sistemática no mesmo montante dos gastos com as depreciações e amortizações dos ativos com os quais se relaciona.

No que concerne ao cumprimento do art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais, a MM cumpre com o preceituado, evidenciando um Património Líquido de 46,93 milhões de euros.

Por último, importa referir que enquanto concessionária exclusiva, em regime de serviço público, da implementação, supervisão e manutenção da infraestrutura, assim como da exploração do Sistema de Mobilidade do Mondego, ao abrigo do contrato de concessão atualizado pelo Decreto-Lei n.º 21/2022 e, por se tratar de uma entidade com fins lucrativos e sujeita à aplicação do Código das Sociedades Comerciais, não obstante o seu principal acionista ser o Estado, a mesma está constituída pelo regime previsto na legislação aplicável ao Setor Público Empresarial (Decreto Lei 133/2013 de 3 de outubro) dispondo de independência patrimonial e financeira face aos seus acionistas, estando dessa forma afastada a exclusão de aplicação da IFRIC 12 de acordo com o seu §4.

No entanto, atendendo a que nesta data não estão ainda reunidas as condições para que seja efetuada a passagem para o domínio da MM, dos ativos relacionados com as infraestruturas que estão a ser construídas pela IP – Infraestruturas de Portugal, uma vez que ainda não estão concluídas, a adoção da IFRIC 12 só poderá ser objeto de aplicação plena depois da sua receção pela empresa, necessariamente em momento anterior ao início da operação do SMM, que se estima poder acontecer no exercício de 2024.

## 5.4 Resultados

O resultado operacional obtido neste exercício (EBITDA), de 374 173 €, decorre sobretudo do diferencial entre o valor da venda de 2 unidades das parcelas sobranes da Baixa de Coimbra, efetuadas no exercício de 2022, no montante de 349 300 €, o qual foi superior aos gastos não capitalizados, que integram os “Outros Gastos e Perdas” e a percentagem não capitalizada de FSE e Gastos com Pessoal, e se cifraram em 33 247 €.

Quadro 14 – Apuramento de Resultados

	2022	2021
FSE's	-192 006	-141 958
Gastos c/ Pessoal	-702 311	-617 133
sub-total	-894 317	-759 091
Trabalhos para a própria entidade	861 070	732 553
sub-total	-33 247	-26 538
Custos Empreitada+Fiscalização	-852 250	-762 602
Variação inventários Produção	852 250	762 602
sub-total	-33 247	-26 538
amortizações/depreciações	-59 626	-36 673
proveitos reconhecidos por imputação de subsídio ao investimento	269 439	36 673
sub-total	176 566	-26 538
Outros rendimentos - O. Gastos [78-68]	137 960	198 391
Imposto s/ rendimento [T.A.]	-75 300	-14 135
Total	239 226	157 717

Quadro 15 – Resultados

	2022	2022	2021	2021/2020
	PAO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	VARIAÇÃO
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) (A)	838 001	374 173	208 526	79,4%
Amortizações/Depreciações (B)	-54 962	-59 626	-36 673	62,6%
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT) [(A)-(B)]	783 039	314 547	171 853	83,0%
Resultado antes de impostos (EBIT) (C)	783 039	314 526	135 179	-
Imposto s/ rendimento do período	-184 972	-75 300	-14 135	432,7%
Resultado Líquido	598 067	239 226	121 044	97,6%

É importante notar que as vendas de ativos, ocorridas em 2022, correspondem a operações extraordinárias que contribuem para um resultado positivo, mas não constituem atividade corrente da empresa, embora ainda devam repetir-se nos próximos exercícios.

Finalmente, no que se refere ao imposto sobre o rendimento, este reflete o imposto sobre resultados positivos deduzido dos prejuízos fiscais, acrescidos da derrama e tributação autónoma (e.g., deslocações e estadas, combustíveis, despesas de representação, manutenção e combustíveis).

## 5.5 Proposta de Aplicação dos Resultados

A exploração do exercício de 2022 saldou-se por um resultado líquido positivo de 239 226,21 € (duzentos e trinta e nove mil, duzentos e vinte e seis mil euros e vinte e um cêntimos), o qual se propõe que seja levado à conta de Resultados Transitados para cobertura de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

## 6. Eventos Subsequentes

A informação consolidada neste Relatório e Contas 2022 da MM oferece uma visão completa do estado atual da empresa e projeto do SMM, permitindo ainda uma avaliação crítica do seu desempenho no exercício, bem como assinalar as dificuldades e oportunidades que possam, a cada momento, condicionar a sua atividade no período em apreço.

Não são conhecidos quaisquer eventos subsequentes que possam influenciar a apresentação e interpretação das demonstrações financeiras reportadas ao fecho do exercício de 2022.

Assinalam-se, contudo, eventos ocorridos nos primeiros meses de 2023 com relevância para o projeto do SMM, de que são exemplos (i) A apresentação à população do projeto do Parque Material e Oficinas (PMO) do Sistema de Mobilidade do Mondego, na Junta de Freguesia de Ceira; (ii) O início da execução da primeira fase do Plano de Reforço da Estrutura Arbórea na zona da Solum, da cidade de Coimbra; (iii) a entrada ao serviço de um novo colaborador, afeto ao Departamento Técnico; e (iv) A consignação das empreitadas do Parque de material e Oficinas e dos Postos de transformação do Metrobus.

**O Conselho de Administração**

**Presidente** Eng.º João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana

**Vogal Executivo** Professor Doutor Eduardo Jorge Gonçalves Barata

**Vogal Não Executiva** Dr.ª Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo

# **Contas do Exercício**

## **A. Subsistema de Contabilidade Financeira**

### **A.1 Contas do Exercício**

### **A.2 Notas às Demonstrações Financeiras**

## **B. Subsistema de Contabilidade Orçamental**

### **B.1 Contas do Exercício**

### **B.2 Notas às Demonstrações Orçamentais**

# Subsistema de Contabilidade Financeira

## A.1. Demonstrações financeiras

### Balanço

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2022 (2)	31/12/2021 (1)	Variação % (1)-(2)
<b>ATIVO:</b>				
<b>Ativo não corrente:</b>				
Ativos fixos tangíveis	4	49.611.979,35	47.697.049,83	4,01%
Propriedades de investimento	5	192.516,29	192.516,29	-
Ativos intangíveis	3	19.212,84	24.772,63	-22,44%
Diferimentos	11.3	420,92	1.965,31	-78,58%
Outros ativos financeiros	11.8	1.709,00	687,03	148,75%
		<b>49.825.838,40</b>	<b>47.916.991,09</b>	<b>3,98%</b>
<b>Ativo corrente:</b>				
Inventários	6	1.958.632,42	1.106.382,05	77,03%
Clientes, contribuintes e utentes	11.1	187.620,82	201.421,67	-6,85%
Estado e outros entes públicos	11.7	49.539,98	84.615,67	-41,45%
Outras contas a receber	11.2	174.176,53	-	-
Diferimentos	11.3	29.182,54	9.625,19	203,19%
Caixa e depósitos bancários	1.5	8.544.918,26	6.064.314,40	40,90%
		<b>10.944.070,55</b>	<b>7.466.358,98</b>	<b>46,58%</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>60.769.908,95</b>	<b>55.383.350,07</b>	<b>9,73%</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO:</b>				
Património / Capital	1	1.075.000,00	1.075.000,00	-
Reservas		9.654,04	9.654,04	-
Resultados transitados	13.5	(765.816,06)	(923.533,42)	-17,08%
Outras variações no Património Líquido	8	46.373.432,05	42.571.895,42	8,93%
Resultado líquido do período	13.5	239.226,21	157.717,36	51,68%
<b>Total do Património Líquido</b>		<b>46.931.496,24</b>	<b>42.890.733,40</b>	<b>9,42%</b>
<b>PASSIVO:</b>				
<b>Passivo não corrente:</b>				
Outras contas a pagar	11.4	13.521.788,37	12.390.800,64	9,13%
		<b>13.521.788,37</b>	<b>12.390.800,64</b>	<b>9,13%</b>
<b>Passivo corrente:</b>				
Fornecedores	11.5	5.625,30	4.203,68	33,82%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	11.6	144.000,00	-	-
Estado e outros entes públicos	11.7	94.383,64	32.179,82	193,30%
Fornecedores de investimentos	11.5	553,50	1.377,60	-59,82%
Outras contas a pagar	11.4	72.061,90	64.054,93	12,50%
		<b>316.624,34</b>	<b>101.816,03</b>	<b>210,98%</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>13.838.412,71</b>	<b>12.492.616,67</b>	<b>10,77%</b>
<b>Total do Património Líquido e do Passivo</b>		<b>60.769.908,95</b>	<b>55.383.350,07</b>	<b>9,73%</b>

## Demonstração de resultados por naturezas

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	31/12/2022 (2)	31/12/2021 (1)	Varição % (1)-(2)
Varição nos inventários da produção	6	852.250,37	762.601,98	11,76%
Trabalhos para a própria entidade	4.3	861.070,21	732.552,51	17,54%
Fornecimentos e serviços externos	13.2	(1.044.256,67)	(904.559,70)	15,44%
Gastos com o pessoal	12	(702.310,75)	(617.133,22)	13,80%
Outros rendimentos e ganhos	8	411.667,19	238.604,24	72,53%
Outros gastos e perdas	13.3	(4.268,36)	(3.539,96)	20,58%
<b>Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>374.151,99</b>	<b>208.525,85</b>	<b>79,43%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3.3/4.2	(59.625,92)	(36.673,34)	62,59%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>314.526,07</b>	<b>171.852,51</b>	<b>83,02%</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>314.526,07</b>	<b>171.852,51</b>	<b>83,02%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	13.1	(75.299,86)	(14.135,15)	432,71%
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>239.226,21</b>	<b>157.717,36</b>	<b>51,68%</b>

## Demonstração de fluxos de caixa

Rubricas	(Montantes expressos em Euros)	
	31/12/2022	31/12/2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Pagamentos a fornecedores	(1.077.308,13)	(864.921,77)
Pagamentos ao pessoal	(704.356,85)	(594.810,56)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>(1.781.664,98)</b>	<b>(1.459.732,33)</b>
Pagamento/recebimento de Imposto s/ o rendimento	<b>(11.822,65)</b>	<b>(5.376,21)</b>
Outros recebimentos/pagamentos	310.525,29	401.426,45
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>(1.482.962,34)</b>	<b>(1.063.682,09)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos fixos tangíveis	(1.766.491,06)	(2.089.501,85)
Ativos intangíveis	(29.043,99)	(7.057,86)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Ativos fixos tangíveis	444.453,29	271.475,66
Outros ativos	-	955,98
Subsídios ao investimento	5.314.647,96	4.714.647,96
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>3.963.566,20</b>	<b>2.890.519,89</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	-	-
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		
	<b>2.480.603,86</b>	<b>1.826.837,80</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	6.064.314,40	4.237.476,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8.544.918,26	6.064.314,40
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>		
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>6.064.314,40</b>	<b>4.237.476,60</b>
- Equivalentes de caixa no início do período	-	-
- Variações cambiais de caixa no início do período	-	-
<b>= Saldo da Gerência Anterior</b>	<b>6.064.314,40</b>	<b>4.237.476,60</b>
De execução orçamental	6.032.916,94	4.224.183,64
De operações de tesouraria	31.397,46	13.292,96
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>8.544.918,26</b>	<b>6.064.314,40</b>
- Equivalentes de caixa no fim do período	-	-
- Variações cambiais de caixa no fim do período	-	-
<b>= Saldo para a gerência seguinte</b>	<b>8.544.918,26</b>	<b>6.064.314,40</b>
De execução orçamental	8.486.330,29	6.032.916,94
De operações de tesouraria	58.587,97	31.397,46

## Demonstração das alterações no património líquido de 2022

*(Montantes expressos em Euros)*

Rubricas		Capital/ Património Realizado	Reservas Legais	Resultados Transitados	Outras variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Total do Património Líquido
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	1	<b>1.075.000,00</b>	<b>9.654,04</b>	<b>(923.533,42)</b>	<b>42.571.895,42</b>	<b>157.717,36</b>	<b>42.890.733,40</b>	<b>42.890.733,40</b>
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>								
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	2	-	-	157.717,36	3.801.536,63	(157.717,36)	3.801.536,63	3.801.536,63
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3					<b>239.226,21</b>	<b>239.226,21</b>	<b>239.226,21</b>
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	4=2+3					<b>-</b>	<b>4.040.762,84</b>	<b>4.040.762,84</b>
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO</b>	6=1+2+3	<b>1.075.000,00</b>	<b>9.654,04</b>	<b>(765.816,06)</b>	<b>46.373.432,05</b>	<b>239.226,21</b>	<b>46.931.496,24</b>	<b>46.931.496,24</b>

## A.2. Anexo às Demonstrações Financeiras

### **Nota 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras**

#### 1.1. Designação da entidade e período de relato

A Metro-Mondego, SA [MM] é uma sociedade anónima, constituída a 20 de maio de 1996. O capital social é representado por 1.075.000 ações, com valor nominal de € 1,00, encontrando-se realizado na totalidade. A MM é, assim, uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando o sector empresarial do Estado cujo regime geral consta do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto.

O Decreto-Lei n.º 10/2002, de 24 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 226/2004, de 6 de dezembro, aprovou os Estatutos da MM e as respetivas Bases da Concessão.

A MM possui o código de classificação orgânica 5904 e está sob a tutela sectorial do Ministério das Infraestruturas e Habitação.

As demonstrações financeiras de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 7 de fevereiro de 2023 e é opinião do Conselho de Administração que estas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição financeira e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras podem ser consultadas na sede da MM sita na Rua de Olivença, n.º 11 – 1.º andar, 3000-306 Coimbra.

#### 1.2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos, mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovado pelo Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer o uso de estimativas, pressupostos e juízos de valor no processo de determinação das políticas contabilísticas a apresentar pela entidade com impacto significativo no valor contabilístico dos seus ativos, assim como nos rendimentos e gastos no período de reporte.

As áreas que envolvem a utilização de estimativas com maior efeito nas demonstrações financeiras, são explicitadas na Nota 4.

### 1.3. Derrogações das disposições do SNC-AP

Foram aplicados os requisitos das NCP relevantes para a entidade, exceto quanto ao requisito do § 34 da NCP 8 – Propriedades de Investimento.

O SNC-AP estabelece tratamentos contabilísticos para as entidades públicas, que habitualmente são considerados como sujeitos ativos dos impostos estatais e/ou municipais e não como sujeitos passivos. Neste seguimento, não está previsto neste normativo um tratamento específico para o reconhecimento de impostos correntes e diferidos.

A MM é sujeito passivo do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas [IRC], atendendo a que se trata duma sociedade anónima, classificada como Entidade Pública Reclassificada [EPR].

Assim, tratando-se do reconhecimento de impostos correntes e diferidos, não existindo qualquer tratamento contabilístico em qualquer das NCP do regime geral do SNC-AP, a entidade optou por aplicar supletivamente a seguinte Norma Contabilística de Relato Financeiro [NCRF] do SNC do setor empresarial: NCRF 25 – Imposto sobre o rendimento.

Enquanto concessionária exclusiva, em regime de serviço público, da implementação, supervisão e manutenção da infraestrutura, assim como da exploração do Sistema de Mobilidade do Mondego, ao abrigo do contrato de concessão atualizado pelo Decreto-Lei n.º 21/2022 e, por se tratar de uma entidade com fins lucrativos e sujeita à aplicação do Código das Sociedades Comerciais, não obstante o seu principal acionista ser o Estado, a mesma está constituída pelo regime previsto na legislação aplicável ao Setor Público Empresarial (Decreto Lei 133/2013 de 3 de outubro) dispondo de independência patrimonial e financeira face aos seus acionistas, estando dessa forma afastada a exclusão de aplicação da IFRIC 12 de acordo com o seu §4.

No entanto, atendendo a que nesta data não estão ainda reunidas as condições para que seja efetuada a passagem para o domínio da MM, dos ativos relacionados com as infraestruturas que estão a ser construídas pela IP – Infraestruturas de Portugal, uma vez que ainda não estão concluídas, a adoção da IFRIC 12 só poderá ser objeto de aplicação plena depois da sua receção pela empresa, necessariamente em momento anterior ao início da operação do SMM, que se estima poder acontecer no exercício de 2024.

#### 1.4. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos presentes nas demonstrações financeiras são, na sua totalidade comparáveis com as demonstrações financeiras do exercício anterior.

#### 1.5. Caixa e depósitos bancários

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários, em 31 de dezembro de 2022, apresenta o seguinte detalhe de valores de caixa e seus equivalentes, sendo que não existem saldos de caixa ou seus equivalentes indisponíveis para uso:

Quadro C.1 – Desagregação de caixa e depósitos

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos bancários	8.543.918,26	6.063.314,40
Caixa	1.000,00	1.000,00
<b>Total de caixa e depósitos bancários</b>	<b>8.544.918,26</b>	<b>6.064.314,40</b>
Equivalentes de caixa	0	0
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>8.544.918,26</b>	<b>6.064.314,40</b>

#### **Nota 2 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

As políticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras são as que a seguir se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos de relato apresentados.

##### 2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

###### 2.1.1. Ativos intangíveis

A entidade reconhece um item como ativo intangível quando o item satisfaz a sua definição e os critérios para o seu reconhecimento. Este requisito aplica-se ao custo mensurado no reconhecimento e aos custos suportados subsequentemente para adicionar, substituir uma parte ou dar assistência ao mesmo.

Após o reconhecimento como ativo, o ativo intangível é registado pelo seu custo, menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A quantia amortizável dos ativos intangíveis é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil.

O método utilizado é o das quotas constantes do qual resulta um gasto linear durante a vida útil do ativo.

Relativamente aos ativos intangíveis da entidade, as respetivas amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas: programas de computador - 3 anos.

### 2.1.2. Ativos fixos tangíveis

A entidade avalia todos os custos do ativo fixo tangível no momento em que são suportados. Estes custos incluem os custos suportados inicialmente para construir ou adquirir um bem do ativo fixo tangível e custos suportados subsequentemente para adicionar, substituir uma parte ou dar assistência a esse ativo.

Um bem do ativo fixo tangível que satisfaça as condições de reconhecimento como ativo é inicialmente mensurado pelo seu custo.

Após o reconhecimento como ativo, um bem do ativo fixo tangível é registado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A quantia depreciável de um ativo é imputada numa base sistemática ao longo da sua vida útil.

A depreciação de um ativo começa quando este fica disponível para uso, isto é, quando estiver no local e nas condições necessárias para ser capaz de operar pela forma pretendida pelo órgão de gestão. A depreciação de um ativo cessa quando é desreconhecido. Assim, a depreciação não cessa quando o ativo se tornar ocioso ou for retirado de uso e ficar detido para alienação, a menos que esteja completamente depreciado.

É aplicado de forma consistente o método das quotas constantes refletindo um gasto linear ao longo da vida útil do ativo.

O custo de um ativo construído para a própria entidade é determinado aplicando os mesmos princípios relativos a um ativo adquirido.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as seguintes vidas úteis esperadas:

Quadro C.2 – Vida útil esperada

Rubrica	Vida útil do bem (anos)
Habitacões e edificações para serviços	5
Equipamento básico	3 - 8
Equipamento de Transporte	4
Equipamento administrativo	8 - 20
Outros Ativos fixos tangíveis	3 - 16

### *2.1.3. Propriedades de investimento*

A MM reconhece inicialmente as propriedades de investimento pelo seu custo, incluindo os custos de transação. A propriedade de investimento referida na rubrica do balanço é composta por um terreno detido para valorização de capital e integra o património da MM como resultado da realização em espécie da entrada de capital da CP, conforme referido na Nota 5, ao qual ainda não foi atribuído uso futuro pelo que, não foi ainda determinado o seu justo valor para efeitos de divulgação.

### *2.1.4. Inventários*

Os Inventários englobam os trabalhos em curso produzidos pela própria entidade e estão mensurados ao custo. O custo dos inventários inclui todos os custos suportados para colocar esses inventários no local e condições atuais.

O custo dos inventários é determinado através da identificação específica dos respetivos custos individuais aplicando a mesma fórmula de custeio a todos os inventários que tenham natureza e uso semelhantes.

### *2.1.5. Rendimentos de transações com contraprestação*

O rendimento é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização, ou seja, quando a empresa incorre em gastos necessários para a obtenção do mesmo.

### *2.1.6. Rendimentos de transações sem contraprestação*

As transferências relacionadas com a aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidas no capital próprio sendo, subsequentemente, imputadas numa base sistemática (proporcional às amortizações e depreciações dos ativos subjacentes) como rendimento durante o período de vida útil dos ativos com os quais se relacionam.

### *2.1.7. Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes*

As provisões são obrigações presentes que revestem a natureza de passivos, de momento e quantia incertos, sendo apenas reconhecidos quando for provável que existirão exfluxos de recursos da entidade para pagar as obrigações, e for possível fazer uma estimativa fiável das mesmas.

Quando a dependência da confirmação da obrigação é determinada pela ocorrência de determinados acontecimentos futuros que não estão totalmente sobre o controlo da empresa, é divulgado um passivo ou ativo contingente.

A empresa avalia no final de cada período todos os processos suscetíveis de contingência e, sempre que algum dos critérios de reconhecimento não seja cumprido, reconhece uma provisão.

#### *2.1.8. Instrumentos financeiros*

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor. Os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro são incluídos no custo de aquisição. Os ativos e passivos financeiros da entidade estão mensurados ao seu custo.

A entidade avalia em cada data de relato a imparidade dos seus ativos financeiros e se existir evidência objetiva de imparidade, a entidade reconhece a perda por imparidade na demonstração dos resultados. Até 31 de dezembro de 2022 não foram reconhecidas perdas por imparidade.

A entidade desreconhece um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes desse ativo financeiro expiram.

A entidade desreconhece um passivo financeiro, ou parte deste, apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

#### *2.1.9. Benefícios dos empregados*

Os benefícios dos empregados incluem benefícios de curto prazo tais como: salários, ordenados e contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e/ou Segurança Social; ausências permitidas de curto prazo remuneradas (tais como férias anuais pagas e ausências por doença pagas) em que a compensação pelas ausências ocorre dentro de 12 meses após a data de relato; benefícios não monetários (tais como seguro de saúde).

## *2.2. Outras políticas relevantes*

Além das anteriormente referidas, a MM adota na preparação das suas demonstrações financeiras as seguintes políticas contabilísticas:

### *2.2.1. Imposto sobre o rendimento*

O imposto sobre o rendimento do período é calculado de acordo com a legislação aplicável.

Existindo matéria coletável para efeitos de liquidação de imposto sobre o rendimento, este é o resultado da aplicação da taxa de 21% sobre a mesma, da derrama

considerada à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, ao que acresce a tributação autónoma, tal como definida pela legislação legal em vigor.

#### *2.2.2. Apresentação em conformidade com as NCP*

As demonstrações financeiras, em conformidade com as NCP, apresentam apropriadamente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da MM.

#### *2.2.3. Informação comparativa*

Os elementos presentes nas demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com as demonstrações financeiras do exercício anterior.

#### *2.2.4. Consistência na apresentação*

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras é mantida de um período para o outro.

#### *2.2.5. Materialidade e agregação*

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes quantidades de transações ou de outros acontecimentos que são agregados em classes e contas principais de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que constituem as linhas de itens das diferentes demonstrações financeiras. Se uma linha de um determinado item não for individualmente material, é agregada com outros itens, quer naquelas demonstrações quer nas notas às demonstrações financeiras. Um item que não seja suficientemente material para ter uma apresentação separada naquelas demonstrações pode, apesar de tudo, ser suficientemente material para ser apresentado separadamente nas notas às demonstrações financeiras.

#### *2.2.6. Compensação*

Os ativos e os passivos, assim como os rendimentos e gastos, não são compensados exceto se for exigido ou permitido numa NCP.

#### *2.2.7. Continuidade*

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

#### *2.2.8. Principais fontes de incerteza e estimativas*

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de

ativos e passivos, assim como, as quantias relatadas de gastos e rendimentos do período. É o caso da determinação dos trabalhos efetuados para a própria entidade.

### 2.2.9. Principais pressupostos relativos ao futuro

Os principais pressupostos relativos ao futuro, envolvendo risco significativo de provocar futuro ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos, foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como, na experiência de eventos passados ou correntes.

## Nota 3 – Ativos Intangíveis

Durante os períodos findos em 31/12/2021 e 31/12/2022 o movimento ocorrido na quantia escriturada na rubrica de ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

### 3.1. Ativos Intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Quadro C.3 - Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Rubricas	Início do período				Fim do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
Programas de computador e sistemas de informação	144.656,17	119.883,54	0,00	24.772,63	153.446,00	134.233,16	0,00	19.212,84
	<b>144.656,17</b>	<b>119.883,54</b>	-	<b>24.772,63</b>	<b>153.446,00</b>	<b>134.233,16</b>	-	<b>19.212,84</b>

### 3.2. Ativos Intangíveis – adições

Após a avaliação da estrutura informática quanto à sua estabilidade e funcionamento, foi identificada a necessidade de incremento da segurança. Neste seguimento foi lançado um procedimento de contratação pública através de ajuste direto com o objetivo de adquirir hardware e software para o efeito. As adições, no montante de € 11.112, são o resultado do investimento efetuado nesse sentido.

### 3.3. Ativos Intangíveis – diminuições

Em 2022 foi dada continuidade ao processo de abate de bens do ativo da empresa por motivo de obsolescência dos mesmos. Foram abatidos itens totalmente amortizados desta rubrica do ativo no montante de € 2.322.

O valor das amortizações regulares registadas no período relativamente aos bens do ativo fixo intangível foi de € 16.671,79.

## Nota 4 – Ativos Fixos Tangíveis

Durante os períodos findos em 31/12/2022 e 31/12/2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

### 4.1. Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Quadro C.4 - Variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Rubricas	Início do Período			Fim do Período				
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>								
Edifícios e outras construções	76.171,25	15.234,25	-	60.937,00	126.424,02	50.569,60	-	75.854,42
Equipamento básico	9.461,45	9.461,45	-	-	3.561,78	3.561,78	-	-
Equipamento de transporte	45.965,21	43.066,59	-	2.898,62	45.965,21	43.839,56	-	2.125,65
Equipamento administrativo	265.128,91	246.675,11	-	18.453,80	197.449,94	173.493,69	-	23.956,25
Outros	5.944,28	5.377,07	-	567,21	534,28	534,28	-	-
Ativos fixos tangíveis em curso	47.614.193,20	-	-	47.614.193,20	49.510.043,03	-	-	49.510.043,03
	<b>48.016.864,30</b>	<b>319.814,47</b>	<b>-</b>	<b>47.697.049,83</b>	<b>49.883.978,26</b>	<b>271.998,91</b>	<b>-</b>	<b>49.611.979,35</b>
<b>Total</b>	<b>48.016.864,30</b>	<b>319.814,47</b>	<b>-</b>	<b>47.697.049,83</b>	<b>49.883.978,26</b>	<b>271.998,91</b>	<b>-</b>	<b>49.611.979,35</b>

### 4.2. Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

Em 2022 os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos fixos tangíveis resultam essencialmente dos seguintes acontecimentos:

- venda de terrenos ("parcelas sobranter");
- obras de adaptação/remodelação do piso 2 das instalações do edifício sede;
- aquisição de equipamentos informáticos bem como mobiliário de escritório em resultado da ampliação do espaço e crescimento da estrutura da empresa;
- abate de bens do ativo por obsolescência, registados ao custo de aquisição de € 90.356, por doação a Instituições da Cidade.
- abate de bens seguráveis, por motivo de sinistro, registados ao custo de aquisição de € 927.

Quadro C.5 - Quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações do período						Quantia escriturada final	
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais		Diminuições
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>									
Terrenos e recursos naturais	-	-	349.300,00	-	-	-	-	(349.300,00)	-
Edifícios e outras construções	60.937,00	50.252,77	-	-	-	(35.335,35)	-	-	75.854,42
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	2.898,62	-	-	-	-	(772,97)	-	-	2.125,65
Equipamento administrativo	18.453,80	12.294,24	-	-	-	(6.791,79)	-	-	23.956,25
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	567,21	-	-	-	-	(54,02)	-	(513,19)	-
Ativos fixos tangíveis em curso	47.614.193,20	2.245.149,83	(349.300,00)	-	-	-	-	-	49.510.043,03
<b>Total</b>	<b>47.697.049,83</b>	<b>2.307.696,84</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(42.954,13)</b>	<b>-</b>	<b>(349.813,19)</b>	<b>49.611.979,35</b>

#### 4.3. Ativos fixos tangíveis – adições

Além do descrito no ponto 4.2., a entidade, enquanto empresa de projeto, capitaliza na rubrica de ativos fixos tangíveis em curso, não só todos os gastos inerentes ao investimento no Sistema de Mobilidade do Mondego [SMM], mas também, uma percentagem determinada (recorrendo a juízos de valor) dos gastos suportados com a aquisição de fornecimentos e serviços externos e pessoal.

O valor reconhecido internamente é imputado aos resultados do exercício como trabalhos para a própria entidade.

Em 2022 foram capitalizadas as seguintes quantias:

Quadro C.6 – Trabalhos para a própria entidade

Rubrica	2022	% Imputação	Total
Fornecimentos e Serviços Externos	192.006,30	90%	172.805,67
Gastos com o Pessoal	702.310,75	98%	688.264,54
<b>Total rubrica trabalhos para a própria entidade</b>			<b>861.070,21</b>

#### 4.4. Ativos fixos tangíveis – diminuições

Até 31 de agosto de 2021, a MM estava a suportar o custo dos Serviços Alternativos mediante uma fatura que recebia mensalmente da CP pela gestão do serviço. Esta fatura incluía, entre outros, o custo do défice de exploração, o qual, desde 2019, se viu agravado pelo Plano de Apoio à Redução Tarifária [PART].

A partir de 1 de setembro de 2021 a MM passou a gerir diretamente o contrato com o operador de transportes dos serviços alternativos, embora sem ter a funcionar um sistema próprio de bilhética que lhe permita emitir de forma autónoma títulos de transporte. Assim, por forma a habilitar a CP a efetuar a emissão desses títulos, foi celebrado entre as duas entidades o protocolo relativo à “Venda de Títulos de Transporte do Sistema de Mobilidade do Mondego”.

A MM capitaliza em ativos fixos tangíveis em curso o valor dos encargos com os serviços prestados pela CP e pelo operador de transporte.

No que concerne à compensação do impacto do PART na empresa, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra [CIM RC] protocolou com a MM a compensação pelo aumento do défice de exploração. Este valor não é considerado como rendimento do exercício uma vez que é um abatimento direto ao valor capitalizado na conta de ativos fixos tangíveis em curso.

Tratamento semelhante tem a fatura que a MM emite agora mensalmente à CP pelo valor das vendas mensais de títulos de transporte.

A Lei de Execução Orçamental [LEO] determina que só é permitido tratar receita como abatimento à despesa em situações muito particulares. Assim, as contrapartidas recebidas da CIM ao abrigo do PART foram refletidas na contabilidade da seguinte forma: Orçamental: receita (segundo instruções recebidas da Direção Geral do Orçamento [DGO]: 02100501 – Transferências de Capital – Administração local – Continente); Financeira: crédito da 453 – Ativos fixos tangíveis em curso; Fluxos de caixa: recebimentos provenientes de Ativos fixos tangíveis.

O valor diminuído aos ativos fixos tangíveis em curso, inclui ainda € 349.300 que resultaram do desreconhecimento do valor da venda de imóveis que estavam afetos ao projeto, mas sem utilidade para o mesmo, já anteriormente denominadas como “parcelas sobrantes”.

#### **Nota 5 – Propriedades de Investimento**

A propriedade de investimento é constituída por uma parcela de terreno com área total de 2.250 m<sup>2</sup> na freguesia de Santa Cruz (atual união de Freguesias de Coimbra). Esta parcela confronta a norte com a Rua do Arnado, Nascente/Sul e Poente com a CP.

Este terreno constitui a realização em espécie da participação da CP no capital social da MM em 1996.

A parcela foi incluída nos estudos urbanísticos da Câmara Municipal de Coimbra [CMC], nomeadamente a designada ARU Baixa-Rio, esteve inserida no programa “Estações com vida” e num protocolo de parceria com a REFER (atual IP, SA) e CMC (20 de julho de 2001). Neste protocolo estava prevista uma permuta do terreno com a construção da sede da MM na nova estação (Coimbra-B). Em 2007, no quadro da revisão da execução do projeto, a localização da sede em Coimbra-B foi reconsiderada e feita a opção pela possível localização em Sobral de Ceira, junto ao PMO previsto.

Entretanto, as alterações ao projeto levaram a uma reorientação dos investimentos que certamente envolverão também o destino desta parcela. Atualmente não existe definição concreta para o destino a dar a esta propriedade de investimento. Contudo, além de valorizar o capital, é convicção do órgão de gestão que esta reúne condições para continuar assim classificada pois dela são esperados benefícios económicos futuros.

Tal facto leva a que não tenha sido ainda determinado o justo valor da propriedade de investimento, que neste momento se encontra mensurada ao custo pelo valor de €

192.516,29. No entanto, é convicção do órgão de gestão que o justo valor do ativo é superior ao valor de mensuração.

#### **Nota 6 – Inventários**

Em 2020 arrancou a empreitada de desconstrução/demolição, construção e reabilitação dos edifícios para a abertura do canal do SMM na baixa de Coimbra. Desta empreitada resultarão dois Edifícios, denominados A1 – Edifício Ponte (Rua da Sofia) e A2 – Edifício da Rua Nova, integrando, cada um deles, 15 frações em regime de propriedade horizontal, destinadas a habitação, escritórios e comércio.

A empreitada foi adjudicada pelo valor de € 3.443.977 e a fiscalização por € 112.294 com prazo de conclusão de 690 dias a contar da data de consignação, 24 de julho de 2020. A Portaria n.º 760/2022, de 11 de novembro, veio revogar a Portaria n.º 141/2020, de 14 de fevereiro e autorizar a reprogramação dos encargos relativos ao contrato de empreitada para 2023, assim como o aumento dos encargos com a mesma para € 4.276.841. Consequentemente, a Portaria n.º 759/2022, de 11 de novembro, veio revogar a Portaria n.º 142/2020, de 14 de fevereiro e autorizar a repartição dos encargos com a fiscalização da empreitada para 2023 assim como, o aumento dos encargos até ao valor global de € 166.944.

Uma vez concluída a obra em causa, iniciar-se-á então a comercialização das referidas frações.

Os gastos com a empreitada e fiscalização são imputados diretamente às frações (de acordo com a permutagem de cada uma) e reconhecidos em igual montante nos resultados do exercício.

Os gastos imputados em 2022 representam a uma variação positiva nos Inventários da produção no montante correspondente a € 852.250,37.

#### Quadro C.7 – Inventários

Rubrica	Quantia bruta	Imparidade	Quantia Escriturada
Produtos e trabalhos em curso	1.958.632,42		1.958.632,42
Total	<b>1.958.632,42</b>		<b>1.958.632,42</b>

#### **Nota 7 – Rendimentos de transações com contraprestação**

Em 2022, os rendimentos que constituem transações com contraprestação, são os rendimentos relacionados com a venda de ativos fixos tangíveis, conforme referido no ponto 4.4., no montante de € 349.300.

## Nota 8 – Rendimentos de transações sem contraprestação

A dotação da Administração Central para financiamento da atividade da MM, para 2022, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado foi de € 2.384.087.

Em 12 de dezembro de 2022 foi aprovado pela tutela o pedido de abertura de crédito especial a favor da MM, no montante de € 3.000.000, para reforço do orçamento da MM.

Depois de deduzido o valor correspondente a impostos diferidos, estas transferências representam uma variação no Património Líquido de € 4.226.508.

O reconhecimento destas transferências é efetuado como subsídio ao investimento. Assim, no momento do recebimento, o montante transferido é reconhecido no Património Líquido sendo, subseqüentemente, imputado numa base sistemática (igual às amortizações e depreciações dos ativos subjacentes) como rendimento durante o período de vida útil dos ativos com os quais se relacionam.

Em 2022 foram reconhecidos rendimentos na conta *Imputação de subsídios e transferências para investimentos*, no montante de 409.439,11 €. Este valor resulta não só das depreciações e amortizações do período (conforme descrito anteriormente) mas também, do reconhecimento do subsídio ao investimento relacionado com a venda dos ativos referidos na Nota 7.

Constituem ainda rendimentos sem contraprestação as reposições não abatidas aos pagamentos (RNAP) no montante de € 276,70 assim como, a indemnização por danos seguráveis no seguimento da inundação ocorrida nas instalações do edifício sede da MM, no montante de € 1.951,38.

Quadro C.8 – Transações sem contraprestação

Tipo de Rendimento	Reconhecimento do rendimento do período	
	Resultados	Património Líquido
Transferência com condição	409.439,11	4.118.852,16
Outros	2.228,08	-
<b>Total</b>	<b>411.667,19</b>	<b>4.118.852,16</b>

## Nota 9 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

Decorre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco uma ação de contencioso pré-contratual entreposta contra a MM no âmbito do "Concurso Público Internacional para o Fornecimento de Autocarros Elétricos para Transporte Urbano de Passageiros, Equipamentos de Carregamento e Serviços de Manutenção" adjudicado pelo valor de

€ 43.227.673,98 euros (a que acresce o IVA à taxa legal em vigor), relativamente à qual foi já proferida decisão de primeira instância totalmente favorável à MM.

Em caso de recurso e decaimento total da ação, cenário que se reputa muito pouco provável, a MM poderia ter que pagar o correspondente a uma indemnização pelas custas processuais da autora.

#### **Nota 10 – Acontecimentos após a data de relato**

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão a 7 de fevereiro de 2023.

A decisão final de aprovação de contas é conferida em sede de Assembleia Geral.

Não obstante o clima de instabilidade decorrente da Pandemia por Covid-19, da crise geopolítica vivida na Europa em consequência da guerra na Ucrânia, aumentos generalizados dos preços e perturbações com a disponibilidade de matérias primas e energia, e, atendendo a que a sua duração e seu o alcance, sendo imprevisíveis, não permitem avaliar com rigor os impactos que resultam desta instabilidade, dá-se nota que não foram recebidas informações acerca de alterações que indiciem poder estar em risco o pressuposto da continuidade.

Eventuais impactos serão objeto de revisão periodicamente e serão tomadas as medidas que se afigurem adequadas no sentido de atenuar e mitigar os potenciais impactos.

#### **Nota 11 – Instrumentos financeiros**

A MM desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros de acordo com a sua política de gestão. Em 31.12.2022 e 31.12.2021, o detalhe do balanço por categorias de instrumentos financeiros apresentava o seguinte detalhe:

Quadro C.9 – Ativos e Passivos Financeiros

Rúbricas	Notas	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Diferimentos	11.3	420,92	1.965,31
Outros ativos financeiros	11.8	1.709,00	687,03
		<u>2.129,92</u>	<u>2.652,34</u>
<b>Ativo não corrente</b>			
Cientes, contribuintes e utentes	11.1	187.620,82	201.421,67
Estado e Outros Entes Públicos	11.7	49.539,98	84.615,67
Outras contas a receber	11.2	174.176,53	0,00
Diferimentos	11.3	29.182,54	9.625,19
		<u>440.519,87</u>	<u>295.662,53</u>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Outras Contas a Pagar	11.4	13.521.788,37	12.390.800,64
		<u>13.521.788,37</u>	<u>12.390.800,64</u>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11.5	5.625,30	4.203,68
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	11.6	144.000,00	0,00
Estado e Outros Entes Públicos	11.7	94.383,64	32.179,82
Fornecedores de investimentos	11.5	553,50	1.377,60
Outras contas a pagar	11.4	72.061,90	64.054,93
Diferimentos	11.3	0,00	0,00
		<u>316.624,34</u>	<u>101.816,03</u>

### 11.1. Clientes, contribuintes e utentes

Em 31/12/2022 o valor inscrito na conta a receber de clientes é relativo a valor não vencido.

### 11.2. Outras contas a receber

Por despacho de Sua Excelência o Ministro das Infraestruturas e da Habitação, de 4 de outubro de 2022, publicado no dia 23 de novembro de 2022, na 2ª série do Diário da República, foi declarada a utilidade pública e a autorização da tomada de posse administrativa de parcelas de terreno para a execução do Parque de Materiais e Oficinas do SMM.

Assim, do total do valor inscrito nesta rubrica do balanço, importa referir que, € 173.621 resultam da constituição de depósitos bancários (caução) em conta aberta exclusivamente para o efeito no IGCP, em nome da MM.

O restante saldo diz respeito a uma caução a favor das Águas de Coimbra no âmbito de serviços prestados na obra da Baixa (€ 125) e a saldos contrários na conta de fornecedores.

### 11.3. Diferimentos ativos e passivos

No período findo não existiam diferimentos passivos a considerar. Os valores inscritos nas rubricas do ativo corrente e não corrente correspondem ao valor dos gastos orçamentais de 2022 que serão reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício de 2023 e seguintes, de acordo com o princípio do acréscimo.

### 11.4. Outras contas a pagar

O saldo não corrente da rubrica *outras contas a pagar* reflete:

- a diferença temporária associada ao reconhecimento do subsídio ao investimento<sup>2</sup>;
- a constituição de cauções provenientes de obrigações contratuais, conforme detalhado no Quadro C.10.

Quadro C.10 – Cauções

<b>Fornecedores de Investimentos</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
ETAC - Empresa de Transportes António Cunha, Lda.	17.862,50	17.862,50
A Nova Democrática, Lda.	5.000,00	5.000,00
Bento & Bento, Lda	3.222,69	3.222,69
MC2E - Consultores de Engenharia, Lda	24.244,34	
ROSETE - Engenharia e Construção, Lda.	8.171,44	5.100,27
	<u>58.500,97</u>	<u>31.185,46</u>

O saldo corrente desta rubrica reflete o valor resultante das obrigações contratuais que, de acordo com a legislação laboral em vigor, corresponde ao montante relativo a férias e subsídio de férias a atribuir em 2023.

### 11.5. Fornecedores e Fornecedores de Investimentos

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam saldos significativos nesta rubrica.

<sup>2</sup> De acordo com a Portaria 218/2015, nas notas de enquadramento, relativamente à conta 593 – Subsídios refere que “Inclui os subsídios associados a ativos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para a conta 7883 - Imputação de subsídios para investimentos, à medida em que forem contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitem. Aquando do seu registo inicial, o subsídio prefigura um aumento nos benefícios económicos durante o período contabilístico que resulta em aumento do capital próprio. Porém, e uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação, o aumento do capital próprio apenas se circunscreve à quantia do subsídio (a registar a crédito da conta 5931 - Subsídios atribuídos, por débito de meios financeiros líquidos ou de uma subconta da conta 278 - Outros devedores e credores), deduzida da quantia do imposto que lhe está associado (a registar a débito da conta 5932 - Ajustamentos em subsídios, por crédito de uma subconta da conta 278 - Outros devedores e credores). Em cada um dos períodos subsequentes em que o subsídio é reconhecido como rendimento na demonstração dos resultados, é também reconhecido o correspondente imposto, sendo, então, debitada a conta 5931 - Subsídios atribuídos por crédito da conta 7883 - Imputação de subsídios para investimentos e creditada a conta 5932 - Ajustamentos em subsídios por débito da subconta da conta 278 - Outros devedores e credores.”

### 11.6. Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes

O valor inscrito relativo esta rubrica, é consequência do contrato promessa de compra e venda (no âmbito da venda de "parcelas sobrantes" na Baixa de Coimbra) celebrado em 7 de dezembro de 2022 e que pressupõe que escritura de venda seja realizada até 31 de março de 2023.

### 11.7. Estado e outros Entes Públicos

Os valores inscritos no Balanço são os resultantes do cumprimento das obrigações fiscais exigidas em sede de IVA, IRC e demais legislação laboral.

Quadro C.11 – Estado e Outros Entes Públicos

Estado e Outros Entes Públicos	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IRS - Retenção imposto s/ rend.		10.489,00		8.588,00
IVA - Reembolsos pedidos	49.539,98		84.615,67	
IRC - A Pagar		69.515,86		11.822,65
Contribuição p/ Sistemas de proteção		14.378,78		11.769,17
	<u>49.539,98</u>	<u>94.383,64</u>	<u>84.615,67</u>	<u>32.179,82</u>

### 11.8. Outros ativos financeiros

O valor inscrito nesta rubrica é relativo apenas ao *Fundo de Compensação do Trabalho* [FCT]. O FCT é um fundo autónomo, com personalidade jurídica, dirigido por um conselho de gestão. É financiado pelas entidades empregadoras, sendo a entidade gestora o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. São abrangidos os trabalhadores cujos contratos de trabalho sejam celebrados após entrada em vigor da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, isto é, 01 de outubro de 2013.

### Nota 12 – Benefícios dos empregados

Em 31/12/2022 a MM contava com 18 pessoas no seu quadro de pessoal. De referir que este número inclui dois administradores executivos, um não executivo, e um colaborador com licença sem vencimento desde 2018.

Quadro C.12 – Benefícios dos empregados

Gastos com o pessoal	31/12/2022	31/12/2021
<b>Remunerações</b>		
Remunerações dos órgãos sociais	162.030,75	161.868,90
Remunerações do pessoal	<u>394.306,00</u>	<u>325.030,37</u>
	<u>556.336,75</u>	<u>486.899,27</u>
<b>Encargos sociais</b>		
Encargos sobre remunerações	129.333,09	111.863,40
Seguro de acidentes de trabalho	6.162,12	5.523,33
Outros gastos com pessoal	<u>10.478,79</u>	<u>12.847,22</u>
	<u>145.974,00</u>	<u>130.233,95</u>
	<b>702.310,75</b>	<b>617.133,22</b>

## Nota 13 - Outras Informações relevantes

### 13.1. Imposto sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, a MM encontra-se sujeita ao pagamento de IRC, incluindo derrama e tributações autónomas.

A reconciliação da taxa efetiva de imposto com a taxa nominal é a seguinte:

Quadro C.13 – Taxa média efetiva de Imposto

<b>Reconciliação da Taxa Efetiva de Impostos</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Resultados Antes de Impostos	314.526,07	171.852,51
Impostos à taxa de 21%	65.702,17	7.226,69
Correções a acrescentar (Q.07 - Mod.22 IRC)	848,04	211,45
Tributação Autónoma	4.867,08	4.327,50
Derrama Municipal	4.730,61	2.580,96
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	75.299,86	14.135,15
<b>Taxa média efetiva de imposto</b>	<b>24,01%</b>	<b>8,24%</b>

Dedução de prejuízos fiscais, considerando as alterações previstas na Lei n.º 12/2022, de 27 de junho de 2022 – Orçamento de Estado para 2022:

Quadro C.14 – Prejuízos fiscais dedutíveis

<b>Ano de Apuramento</b>	<b>Prejuízo fiscal</b>	<b>Prazo limite</b>	<b>Prejuízo deduzido em 2021</b>	<b>Prejuízo deduzido em 2022</b>
2020	25.391,30	2030	22.884,67	2.506,63
Total	25.391,30		22.884,67	2.506,63

### 13.2. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é o que a seguir se apresenta:

Quadro C.15 – Detalhe dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos

<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Subcontratos</b>	<b>794.572,68</b>	<b>610.820,67</b>
<b>Serviços especializados</b>	<b>152.871,83</b>	<b>214.666,74</b>
Trabalhos especializados	103.477,63	206.129,63
Publicidade e propaganda	45.924,35	1.808,72
Vigilância e segurança	947,80	1.286,30
Honorários	0,00	0,00
Conservação e reparação	2.465,05	5.413,56
Outros	57,00	28,53
<b>Materiais</b>	<b>3.403,39</b>	<b>2.835,86</b>
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	246,46	122,31
Livros e documentação técnica	20,74	132,97
Material de escritório	583,72	2.048,67
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	204,95	0,00
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	1.640,56	0,00
Outros	706,96	531,91
<b>Energia e fluidos</b>	<b>15.419,26</b>	<b>9.708,61</b>
Electricidade	8.879,06	4.164,55
Combustíveis	5.997,93	5.236,33
Água	542,27	307,73
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>6.017,48</b>	<b>3.875,13</b>
Deslocações e estadas	5.847,17	3.815,63
Transportes de pessoal	170,31	59,50
<b>Serviços diversos</b>	<b>71.972,03</b>	<b>62.652,69</b>
Rendas e alugueres	54.490,16	47.725,02
Comunicação	6.889,93	4.421,42
Seguros	1.839,32	2.113,63
Contencioso e notariado	766,00	915,00
Despesas de representação	2.097,49	1.668,17
Limpeza, higiene e conforto	5.889,13	5.505,45
Outros serviços	0,00	304,00
	<b>1.044.256,67</b>	<b>904.559,70</b>

### 13.3. Outros gastos e perdas

Durante os anos de 2022 e 2021 registaram-se os seguintes valores nas rubricas de outros gastos e perdas:

Quadro C.16 – Outros gastos e perdas

<b>Outros Gastos e Perdas</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Impostos e Taxas</b>	<b>417,33</b>	<b>863,43</b>
Impostos indiretos	289,83	325,42
Taxas	127,50	538,01
<b>Outros</b>	<b>3.851,03</b>	<b>2.676,53</b>
Abates	513,19	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	826,98	211,45
Quotizações	2.489,80	2.465,08
Outros	21,06	0,00
	<b>4.268,36</b>	<b>3.539,96</b>

#### 13.4. Outras informações

Em 17 de maio de 2021 foi submetido no portal da Autoridade Tributária [AT] um pedido de Informação Vinculativa com o seguinte assunto: *Pedido de informação vinculativa para o enquadramento em sede de IVA do Protocolo a celebrar entre a CP e a MM para a venda de Títulos de Transporte do SMM*. Este pedido foi sancionado por despacho de 27 de dezembro de 2022 cujo conteúdo a seguir se transcreve.

(...)18. Sendo assim, respondendo diretamente ao questionado pela Requerente, nos pontos 8 e 9 da presente informação, o enquadramento a realizar em sede de IVA é o seguinte: i. A CP vende os títulos de transporte, nos quais constam o seu número fiscal, para titular a realização dos serviços de transporte, procedendo à liquidação do imposto à taxa reduzida, por inclusão das operações na verba 2.14 da Lista I anexa ao CIVA, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do CIVA. Nesse pressuposto, é a entidade responsável pela entrega do imposto que incidiu sobre o valor dos títulos de transporte vendidos, nos cofres do Estado. Pela leitura do número 5 da Cláusula 6.ª da minuta do Protocolo, entende-se que a receita cobrada nas bilheteiras é entregue, na sua totalidade, à Requerente, isto é, a CP entrega àquela, a totalidade do valor cobrado aos adquirentes dos títulos de transporte. Em contrapartida, deve a Requerente proceder à emissão de fatura à CP para titular os correspondentes serviços de transporte já efetuados aos respetivos utentes. ii. A CP, face ao previsto no número 1 da Cláusula 6.ª da minuta do Protocolo, deve emitir faturação mensal à Requerente, pelos serviços prestados e previstos nos termos do Protocolo sendo, a estes, aplicável IVA à taxa normal de 23%, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do CIVA, devido aos serviços prestados não terem acolhimento na verba 2.14, da Lista I, anexa ao CIVA

#### 13.5. Proposta de aplicação de resultados

A exploração do exercício de 2022 saldou-se por um resultado positivo de € 239.226,21 (duzentos e trinta e nove mil, duzentos e vinte e seis euros e vinte e um cêntimos), propondo-se que sejam aplicados, na sua totalidade, na cobertura de prejuízos ou seja, transferidos para a conta de resultados transitados.

## Subsistema de Contabilidade Orçamental

As demonstrações orçamentais da MM foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com as disposições do SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Foram aplicados os requisitos das NCP emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2022.

Foram também considerados os requisitos para a integração de informação contabilística, orçamental e económico-financeira, no Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas [S3CP].

De acordo com a NCP 26 - Contabilidade e relato orçamental do SNC-AP, o objetivo das demonstrações orçamentais é proporcionar informação que indique se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente adotado e com os requisitos legais e contratuais, incluindo limites financeiros estabelecidos pelas autoridades legislativas competentes.

Desta forma, as demonstrações orçamentais traduzem uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental da entidade, proporcionando, entre outra, informação sobre o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e os pagamentos e recebimentos.

As demonstrações orçamentais que incluem as demonstrações previsionais e as demonstrações de relato orçamental, foram aprovadas pelo Órgão de Gestão da Empresa, em 17 de fevereiro de 2023 e são expressas em euros.

## **B.1. Demonstrações Orçamentais**

### **1.1. Demonstrações previsionais**

As demonstrações previsionais são o reflexo financeiro das políticas públicas que se prevê aplicar, traduzindo de que forma e em que montante se prevê arrecadar recursos e os fins previstos para a sua utilização.

O PAO 2022 contempla o funcionamento da atividade corrente, com destaque para os Serviços Alternativos, a que acresce o reforço de responsabilidades na gestão do projeto do SMM, com impacto direto ao nível da atividade corrente e na realização de estudos para o lançamento de concursos públicos, de que é exemplo o concurso público internacional para a aquisição de autocarros elétricos para transporte urbano de passageiros, equipamentos de carregamento e serviços de manutenção ou ainda a construção do Parque de Materiais e Oficinas.

#### **1.1.1. Orçamento plurianual**

A dotação da Administração Central para financiamento da atividade da MM, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado para 2022, foi de € 2.384.087, com autorização para utilização de Saldo de Gerência no montante de € 1.781.305. Neste âmbito, tendo presente as necessidades e compromissos a assumir, a concretização do PAO 2022, à semelhança de 2021, só seria possível através de nova autorização para a utilização de saldo de gerência ou obtenção de crédito especial.

## Orçamento plurianual por rubrica - Receita

Rubrica	Descrição	Orçamento 2022			Plano Orçamental Plurianual			
		Ano Anterior	Valor	Total	2023	2024	2025	2026
<b>Receitas Correntes</b>								
R1	Receita Fiscal							
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e sul	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes							
R5.1	Transferências correntes							
R5.1.1	Administrações Públicas							
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	0,00	1.875.209,00	1.875.209,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R7	Outras Receitas Correntes	0,00	716.286,00	716.286,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Receitas Correntes</b>		<b>0,00</b>	<b>2.591.495,00</b>	<b>2.591.495,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Receitas de Capital</b>								
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital							
R9.1	Transferências de capital							
R9.1.1	Administrações Públicas							
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	2.384.087,00	2.384.087,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	127.200,00	127.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	1.880.900,00	1.880.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Receitas de Capital</b>		<b>0,00</b>	<b>4.392.187,00</b>	<b>4.392.187,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Receitas não efetiva</b>								
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Receitas não efetiva</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	0,00	1.781.305,00	1.781.305,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Geral (Receitas Correntes)</b>		<b>0,00</b>	<b>2.591.495,00</b>	<b>2.591.495,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral (Receitas Capital)</b>		<b>0,00</b>	<b>4.392.187,00</b>	<b>4.392.187,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral (Receitas Não Efetivas)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Orçamento</b>		<b>0,00</b>	<b>8.764.987,00</b>	<b>8.764.987,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## Orçamento plurianual por rubrica – Despesa

Rubrica	Descrição	Orçamento 2022			Plano Orçamental Plurianual			
		Ano Anterior	Valor	Total	2023	2024	2025	2026
<b>Despesas Correntes</b>								
D1	Despesas com o pessoal							
D1.1	Remunerações certas e permanentes	0,00	689.194,00	689.194,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	67.321,00	67.321,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D1.3	Segurança social	0,00	157.899,00	157.899,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D2	Aquisição de bens e serviços	0,00	323.045,00	323.045,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4	Transferências e subsídios correntes							
D4.1	Transferências correntes							
D4.1.1	Administrações Públicas							
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes	0,00	232.025,00	232.025,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Despesas Correntes</b>		<b>0,00</b>	<b>1.469.484,00</b>	<b>1.469.484,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Despesas de Capital</b>								
D6	Aquisição de bens de capital	0,00	7.295.503,00	7.295.503,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7	Transferência e subsídios de capital							
D7.1	Transferências de capital							
D7.1.1	Administrações Públicas							
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Despesas de Capital</b>		<b>0,00</b>	<b>7.295.503,00</b>	<b>7.295.503,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Despesas não efetivas</b>								
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Despesas não efetivas</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral (Despesas Correntes)</b>		<b>0,00</b>	<b>1.469.484,00</b>	<b>1.469.484,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral (Despesas Capital)</b>		<b>0,00</b>	<b>7.295.503,00</b>	<b>7.295.503,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral (Despesas não efetivas)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Orçamento</b>		<b>0,00</b>	<b>8.764.987,00</b>	<b>8.764.987,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## **1.2. Demonstração de Relato Individual**

As demonstrações orçamentais são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental da entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidade geral são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental.

O relato orçamental pode também proporcionar aos utilizadores informação que evidencie se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente adotado e usados de acordo com requisitos legais e contratuais, incluindo limites financeiros estabelecidos pelas autoridades legislativas competentes.

Para dar satisfação a estes objetivos, as demonstrações orçamentais proporcionam informação de uma entidade sobre: dotações de despesa e previsões de receita; alterações orçamentais; cabimentos, compromissos, obrigações e receitas liquidadas; despesas pagas e receitas cobradas; grau de execução orçamental (despesas e receitas) e desempenho orçamental.

### **1.2.1. Demonstração de desempenho orçamental**

A demonstração de desempenho orçamental, evidencia importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Nesta demonstração também se evidenciam os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, saldo global, saldo corrente, saldo de capital e saldo primário).

## Fontes de Financiamento 2022

Rubrica	Recebimentos	Fontes de Financiamento 2022					2021	
		RP	RG	UE	EMPR	Fundos Alheios	Total	
	Saldo de gerência anterior	2.703.792,50	3.329.124,44	0,00	0,00	31.397,46	6.064.314,40	4.237.476,60
	Operações orçamentais [1]	2.703.792,50	3.329.124,44	0,00	0,00	0,00	6.032.916,94	4.224.183,64
	Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	31.397,46	31.397,46	13.292,96
	<b>Receita corrente</b>	<b>4.493.917,40</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.493.917,40</b>	<b>2.985.550,36</b>
<b>R1</b>	<b>Receita Fiscal</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>R2</b>	<b>Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>R3</b>	<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>R4</b>	<b>Rendimentos de propriedade</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>955,98</b>
<b>R5</b>	<b>Transferências e subsídios correntes</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>2.400.000,00</b>
R5.1	Transferências correntes	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	2.400.000,00
R5.1.1	Administrações Públicas	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	2.400.000,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	2.400.000,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>R6</b>	<b>Venda de bens e serviços</b>	<b>1.206.461,43</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.206.461,43</b>	<b>201.298,50</b>
<b>R7</b>	<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>287.455,97</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>287.455,97</b>	<b>383.295,88</b>
	<b>Receita de Capital</b>	<b>164.595,30</b>	<b>2.314.647,96</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.479.243,26</b>	<b>2.384.879,40</b>
<b>R8</b>	<b>Venda de bens de investimento</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>R9</b>	<b>Transferências e subsídios de capital</b>	<b>164.595,30</b>	<b>2.314.647,96</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.479.243,26</b>	<b>2.384.879,40</b>
R9.1	Transferências de capital	164.595,30	2.314.647,96	0,00	0,00	0,00	2.479.243,26	2.384.879,40
R9.1.1	Administrações Públicas	164.595,30	2.314.647,96	0,00	0,00	0,00	2.479.243,26	2.384.879,40
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	2.314.647,96	0,00	0,00	0,00	2.314.647,96	2.314.647,96
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	164.595,30	0,00	0,00	0,00	0,00	164.595,30	70.231,44
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>R10</b>	<b>Outras receitas de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>R11</b>	<b>Reposições não abatidas aos pagamentos</b>	<b>2.608,63</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.608,63</b>	<b>150,00</b>
	<b>Receita efetiva [2]</b>	<b>4.661.121,33</b>	<b>2.314.647,96</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.975.769,29</b>	<b>5.370.579,76</b>
	<b>Receita não efetiva [3]</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>R12</b>	<b>Ativos financeiros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>R13</b>	<b>Passivos financeiros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>Soma [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>7.364.913,83</b>	<b>5.643.772,40</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>13.008.686,23</b>	<b>9.594.763,40</b>
	Recebimentos de operações de tesouraria [B]					27.315,51	27.315,51	18.104,50

		Fontes de Financiamento 2022					2021	
Rubrica	Pagamentos	RP	RG	UE	EMPR	Fundos Alheios	Total	
	<b>Despesa corrente</b>	<b>77.213,20</b>	<b>871.277,76</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>948.490,96</b>	<b>777.764,82</b>
D1	<b>Despesas com o pessoal</b>	<b>0,00</b>	<b>720.569,47</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>720.569,47</b>	<b>614.513,35</b>
D1.1	Remunerações certas e permanentes	0,00	540.004,40	0,00	0,00	0,00	540.004,40	472.883,79
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	53.096,45	0,00	0,00	0,00	53.096,45	32.510,66
D1.3	Segurança social	0,00	127.468,62	0,00	0,00	0,00	127.468,62	109.118,90
D2	<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>71.429,20</b>	<b>150.708,29</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>222.137,49</b>	<b>163.251,47</b>
D3	<b>Juros e outros encargos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
D4	<b>Transferências e subsídios correntes</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
D4.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>5.784,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.784,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>Despesa de Capital</b>	<b>1.584.594,99</b>	<b>1.989.269,99</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.573.864,98</b>	<b>2.784.081,64</b>
D6	<b>Aquisição de bens de capital</b>	<b>1.584.594,99</b>	<b>1.989.269,99</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.573.864,98</b>	<b>2.784.081,64</b>
D7	<b>Transferência e subsídios de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	<b>Outras despesas de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>Despesa efetiva [5]</b>	<b>1.661.808,19</b>	<b>2.860.547,75</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.522.355,94</b>	<b>3.561.846,46</b>
	<b>Despesa não efetiva [6]</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
D9	<b>Passivos financeiros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
D10	<b>Ativos financeiros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>Soma [7]=[5]+[6]</b>	<b>1.661.808,19</b>	<b>2.860.547,75</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.522.355,94</b>	<b>3.561.846,46</b>
	Pagamentos de operações de tesouraria [C]	0,00	0,00	0,00	0,00	125,00	125,00	0,00
	<b>Saldos para gerência seguinte</b>	<b>5.703.105,64</b>	<b>2.783.224,65</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>58.587,97</b>	<b>8.544.918,26</b>	<b>6.064.314,40</b>
	Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	5.703.105,64	2.783.224,65	0,00	0,00	0,00	8.486.330,29	6.032.916,94
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[8]-[C]	0,00	0,00	0,00	0,00	58.587,97	58.587,97	31.397,46
	<b>Saldo global [2]-[5]</b>	<b>2.999.313,14</b>	<b>-545.899,79</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.453.413,35</b>	<b>1.808.733,30</b>
	Despesa primária	1.661.808,19	2.860.547,75	0,00	0,00	0,00	4.522.355,94	3.561.846,46
	Saldo corrente	4.416.704,20	-871.277,76	0,00	0,00	0,00	3.545.426,44	2.207.785,54
	Saldo de capital	-1.419.999,69	325.377,97	0,00	0,00	0,00	-1.094.621,72	-399.202,24
	Saldo primário	2.999.313,14	-545.899,79	0,00	0,00	0,00	2.453.413,35	1.808.733,30
	<b>Receita total [1]+[2]+[3]</b>	<b>7.364.913,83</b>	<b>5.643.772,40</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>13.008.686,23</b>	<b>9.594.763,40</b>
	<b>Despesa total [5]+[6]</b>	<b>1.661.808,19</b>	<b>2.860.547,75</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.522.355,94</b>	<b>3.561.846,46</b>

## 1.2.2. Demonstração de execução orçamental da receita

A demonstração de execução orçamental — receita — tem como finalidade permitir o controlo da execução orçamental da receita durante o período contabilístico, sendo as receitas desagregadas de acordo com as contas do Plano de Contas Multidimensional usadas no orçamento. Esta demonstração permite controlar todas as fases da execução do orçamento da receita, nomeadamente as liquidações e quais os valores cobrados e por receber. Contempla também informação das previsões corrigidas, obtidas por ligação à demonstração de alterações orçamentais da receita, que consta do Anexo.

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receita liquidada	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida			Por cobrar no final do período	Grau exec. orç.	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anterior	Período corrente
<b>Receitas Correntes</b>														
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5	Transferências e subsídios correntes	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00	0,00	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	100,00%	100,00%
R5.1	Transferências correntes	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00	0,00	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	100,00%	100,00%
R5.1.1	Administrações Públicas	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00	0,00	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	100,00%	100,00%
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00	0,00	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	100,00%	100,00%
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R6	Venda de bens e serviços	1.875.209,00	166.388,37	1.212.643,88	0,00	1.206.461,43	0,00	0,00	166.388,37	1.040.073,06	1.206.461,43	172.570,82	8,87%	55,46%
R7	Outras Receitas Correntes	713.675,00	510,00	287.995,97	0,00	287.455,97	0,00	0,00	510,00	286.945,97	287.455,97	1.050,00	0,07%	40,21%
<b>Total das Receitas Correntes</b>		<b>5.588.884,00</b>	<b>166.898,37</b>	<b>4.500.639,85</b>	<b>0,00</b>	<b>4.493.917,40</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>166.898,37</b>	<b>4.327.019,03</b>	<b>4.493.917,40</b>	<b>173.620,82</b>	<b>2,99%</b>	<b>77,42%</b>
<b>Receitas de Capital</b>														
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9	Transferências e subsídios de capital	4.392.187,00	34.673,30	2.458.569,96	0,00	2.479.243,26	0,00	0,00	34.523,30	2.444.719,96	2.479.243,26	14.000,00	0,79%	55,66%
R9.1	Transferências de capital	4.392.187,00	34.673,30	2.458.569,96	0,00	2.479.243,26	0,00	0,00	0,00	2.444.719,96	2.479.243,26	14.000,00	0,79%	55,66%
R9.1.1	Administrações Públicas	2.511.287,00	34.673,30	2.458.569,96	0,00	2.479.243,26	0,00	0,00	0,00	2.444.719,96	2.479.243,26	14.000,00	1,37%	97,35%
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	2.384.087,00	0,00	2.314.647,96	0,00	2.314.647,96	0,00	0,00	0,00	2.314.647,96	2.314.647,96	0,00	0,00%	97,09%
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.1.5	Administração Local	127.200,00	34.673,30	143.922,00	0,00	164.595,30	0,00	0,00	34.523,30	130.072,00	164.595,30	14.000,00	27,14%	102,26%
R9.1.2	Exterior - U E	1.880.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>Total das Receitas de Capital</b>		<b>4.392.187,00</b>	<b>34.673,30</b>	<b>2.458.569,96</b>	<b>0,00</b>	<b>2.479.243,26</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>34.523,30</b>	<b>2.444.719,96</b>	<b>2.479.243,26</b>	<b>14.000,00</b>	<b>0,79%</b>	<b>55,66%</b>
<b>Receitas não efetivas</b>														
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R13	Receita com Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>Total das Receitas não efetivas</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	2.611,00	0,00	2.608,63	0,00	2.608,63	0,00	0,00	0,00	2.608,63	2.608,63	0,00	0,00%	100,00%
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	1.781.305,00	0,00	6.032.916,94	0,00	6.032.916,94	0,00	0,00	0,00	6.032.916,94	6.032.916,94	0,00	0,00%	422,42%
<b>Total Geral (Receitas Correntes)</b>		<b>5.588.884,00</b>	<b>166.898,37</b>	<b>4.500.639,85</b>	<b>0,00</b>	<b>4.493.917,40</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>166.898,37</b>	<b>4.327.019,03</b>	<b>4.493.917,40</b>	<b>173.620,82</b>	<b>2,99%</b>	<b>99,91%</b>
<b>Total Geral (Rec. de Capital)</b>		<b>4.392.187,00</b>	<b>34.673,30</b>	<b>2.458.569,96</b>	<b>0,00</b>	<b>2.479.243,26</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>34.523,30</b>	<b>2.444.719,96</b>	<b>2.479.243,26</b>	<b>14.000,00</b>	<b>0,79%</b>	<b>338,68%</b>
<b>Total Geral (Receitas Não Efetivas)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>Total Geral</b>		<b>11.764.987,00</b>	<b>201.571,67</b>	<b>12.994.735,38</b>	<b>0,00</b>	<b>13.008.686,23</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>201.421,67</b>	<b>12.807.264,56</b>	<b>13.008.686,23</b>	<b>187.620,82</b>	<b>1,71%</b>	<b>108,86%</b>

### 1.2.3. Demonstração de execução orçamental da despesa

Rubrica	Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau exec. orç.		
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente	
<b>Despesas Correntes</b>														
D1	<b>Despesas com o pessoal</b>	<b>20.739,06</b>	<b>914.414,00</b>	<b>0,00</b>	<b>744.617,08</b>	<b>744.558,25</b>	<b>20.739,06</b>	<b>699.830,41</b>	<b>720.569,47</b>	<b>58,83</b>	<b>23.988,78</b>	<b>2,27%</b>	<b>76,53%</b>	
D1.1	Remunerações certas e permanentes	12.351,24	689.194,00	0,00	554.115,44	554.115,44	12.351,24	527.653,16	540.004,40	0,00	14.111,04	1,79%	76,56%	
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	57,89	67.321,00	0,00	53.170,76	53.111,93	57,89	53.038,56	53.096,45	58,83	15,48	0,09%	78,78%	
D1.3	Segurança social	8.329,93	157.899,00	0,00	137.330,88	137.330,88	8.329,93	119.138,69	127.468,62	0,00	9.862,26	5,28%	75,45%	
D2	<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>3.686,17</b>	<b>323.045,00</b>	<b>0,00</b>	<b>286.223,56</b>	<b>226.048,58</b>	<b>1.518,62</b>	<b>220.618,87</b>	<b>222.137,49</b>	<b>60.174,98</b>	<b>3.911,09</b>	<b>0,47%</b>	<b>68,29%</b>	
D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4	<b>Transferências e subsídios correntes</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	
D4.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D5	<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>0,00</b>	<b>232.025,00</b>	<b>0,00</b>	<b>75.299,86</b>	<b>75.299,86</b>	<b>0,00</b>	<b>5.784,00</b>	<b>5.784,00</b>	<b>0,00</b>	<b>69.515,86</b>	<b>0,00%</b>	<b>2,49%</b>	
<b>Total das Despesas Correntes</b>		<b>24.425,23</b>	<b>1.469.484,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.106.140,50</b>	<b>1.045.906,69</b>	<b>22.257,68</b>	<b>926.233,28</b>	<b>948.490,96</b>	<b>60.233,81</b>	<b>97.415,73</b>	<b>1,51%</b>	<b>63,03%</b>	
<b>Despesas de Capital</b>														
D6	<b>Aquisição de bens de capital</b>	<b>13.717,76</b>	<b>10.295.503,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.975.765,67</b>	<b>3.576.581,16</b>	<b>13.502,51</b>	<b>3.560.362,47</b>	<b>3.573.864,98</b>	<b>2.399.184,51</b>	<b>2.716,18</b>	<b>0,13%</b>	<b>34,58%</b>	
D7	<b>Transferência e subsídios de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	
D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
D8	<b>Outras despesas de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	
<b>Total das Despesas de Capital</b>		<b>13.717,76</b>	<b>10.295.503,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.975.765,67</b>	<b>3.576.581,16</b>	<b>13.502,51</b>	<b>3.560.362,47</b>	<b>3.573.864,98</b>	<b>2.399.184,51</b>	<b>2.716,18</b>	<b>0,13%</b>	<b>34,58%</b>	
<b>Despesas não efetivas</b>														
D9	<b>Despesa com ativos financeiros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	
D10	<b>Despesa com passivos financeiros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	
<b>Total das Despesas não efetivas</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0%</b>	
<b>Total Geral (Despesas Correntes)</b>		<b>24.425,23</b>	<b>1.469.484,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.106.140,50</b>	<b>1.045.906,69</b>	<b>22.257,68</b>	<b>926.233,28</b>	<b>948.490,96</b>	<b>60.233,81</b>	<b>97.415,73</b>	<b>1,51%</b>	<b>63,03%</b>	
<b>Total Geral (Despesas Capital)</b>		<b>13.717,76</b>	<b>10.295.503,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.975.765,67</b>	<b>3.576.581,16</b>	<b>13.502,51</b>	<b>3.560.362,47</b>	<b>3.573.864,98</b>	<b>2.399.184,51</b>	<b>2.716,18</b>	<b>0,13%</b>	<b>34,58%</b>	
<b>Total Geral (Despesas não efetivas)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	
<b>Total Geral</b>		<b>38.142,99</b>	<b>11.764.987,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.081.906,17</b>	<b>4.622.487,85</b>	<b>35.760,19</b>	<b>4.486.595,75</b>	<b>4.522.355,94</b>	<b>2.459.418,32</b>	<b>100.131,91</b>	<b>0,30%</b>	<b>38,14%</b>	

## B.2. Anexo às demonstrações orçamentais

### 2.1. Alterações orçamentais da receita

As demonstrações orçamentais ocorridas no período de relato são apresentadas de acordo com o quadro que se segue.

Quadro D.1 – Alterações orçamentais da receita

Rubrica	Descrição	Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais da Receita			Previsões Corrigidas
			Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Créditos Especiais	
<b>Receitas Correntes</b>						
<b>R1</b>	<b>Receita Fiscal</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>R2</b>	<b>Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>R3</b>	<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>R4</b>	<b>Rendimentos de propriedade</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>R5</b>	<b>Transferências e subsídios correntes</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>3.000.000,00</b>
R5.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	3.000.000,00
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	3.000.000,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	3.000.000,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>R6</b>	<b>Venda de bens e serviços</b>	<b>1.875.209,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.875.209,00</b>
<b>R7</b>	<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>716.286,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.611,00</b>	<b>0,00</b>	<b>713.675,00</b>
<b>Total das Receitas Correntes</b>		<b>2.591.495,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.611,00</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>5.588.884,00</b>
<b>Receitas de Capital</b>						
<b>R8</b>	<b>Venda de bens de investimento</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>R9</b>	<b>Transferências e subsídios de capital</b>	<b>4.392.187,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.392.187,00</b>
R9.1	Transferências de capital	4.392.187,00	0,00	0,00	0,00	4.392.187,00
R9.1.1	Administrações Públicas	2.511.287,00	0,00	0,00	0,00	2.511.287,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	2.384.087,00	0,00	0,00	0,00	2.384.087,00
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	127.200,00	0,00	0,00	0,00	127.200,00
R9.1.2	Exterior - UE	1.880.900,00	0,00	0,00	0,00	1.880.900,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>R10</b>	<b>Outras receitas de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total das Receitas de Capital</b>		<b>4.392.187,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.392.187,00</b>
<b>Receitas não efetiva</b>						
<b>R12</b>	<b>Receita com ativos financeiros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>R13</b>	<b>Receita com Passivos financeiros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total das Receitas não efetiva</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>R11</b>	<b>Reposições não abatidas aos pagamentos</b>	<b>0,00</b>	<b>2.611,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.611,00</b>
<b>R14</b>	<b>Saldo da gerência anterior - operações orçamentais</b>	<b>1.781.305,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.781.305,00</b>
<b>Total Geral (Receitas Correntes)</b>		<b>2.591.495,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.611,00</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>5.588.884,00</b>
<b>Total Geral (Receitas Capital)</b>		<b>4.392.187,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.392.187,00</b>
<b>Total Geral (Receitas Não Efetivas)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>8.764.987,00</b>	<b>2.611,00</b>	<b>2.611,00</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>11.764.987,00</b>

A inscrição de receitas não previstas no orçamento inicial carece de registo de alteração orçamental.

Em 2022 foram registadas as seguintes alterações orçamentais: alteração orçamental permutativa para inscrição de valor de estorno de encargos com seguros pagos em

2021; crédito especial: transferência de receitas do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção [IMPIC] para reforço do orçamento da MM.

## 2.2. Alterações orçamentais da despesa

Quadro D.2 – Alterações orçamentais da despesa

Rubrica	Descrição	Dotações Iniciais	Alterações Orçamentais da despesa			Dotações Corrigidas
			Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Créditos Especiais	
<b>Despesas Correntes</b>						
<b>D1</b>	<b>Despesas com o pessoal</b>	<b>914.414,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>914.414,00</b>
D1.1	Remunerações certas e permanentes	689.194,00	0,00	0,00	0,00	689.194,00
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	67.321,00	0,00	0,00	0,00	67.321,00
D1.3	Segurança social	157.899,00	0,00	0,00	0,00	157.899,00
<b>D2</b>	<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>323.045,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>323.045,00</b>
<b>D3</b>	<b>Juros e outros encargos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>D4</b>	<b>Transferências e subsídios correntes</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>D4.1</b>	<b>Transferências correntes</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>D4.1.1</b>	<b>Administrações Públicas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>D5</b>	<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>232.025,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>232.025,00</b>
<b>Total das Despesas Correntes</b>		<b>1.469.484,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.469.484,00</b>
<b>Despesas de Capital</b>						
<b>D6</b>	<b>Aquisição de bens de capital</b>	<b>7.295.503,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>10.295.503,00</b>
<b>D7</b>	<b>Transferência e subsídios de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>D7.1</b>	<b>Transferências de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>D7.1.1</b>	<b>Administrações Públicas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>D8</b>	<b>Outras despesas de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total das Despesas de Capital</b>		<b>7.295.503,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>10.295.503,00</b>
<b>Despesas não efetivas</b>						
<b>D9</b>	<b>Despesa com ativos financeiros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>D10</b>	<b>Despesa com passivos financeiros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total das Despesas não efetivas</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<i>Total Geral (Despesas Correntes)</i>		<b>1.469.484,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.469.484,00</b>
<i>Total Geral (Despesas Capital)</i>		<b>7.295.503,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>10.295.503,00</b>
<i>Total Geral (Despesas não efetivas)</i>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>8.764.987,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.238.155,00</b>	<b>1.549.000,00</b>	<b>11.764.987,00</b>

## 2.3. Operações de tesouraria

Em 2022 os movimentos ocorridos nas rubricas extraorçamentais referem-se essencialmente à constituição de garantia resultado de obrigações contratuais relativas à adjudicação do contrato de *Prestação de Serviços de Fiscalização* de Fiscalização e

Coordenação de Segurança em Obra das Empreitadas Geral e Complementar de construção do Parque de Material e Oficinas e Empreitada de Remodelação do Edifício Sede.

Quadro D.4 – Operações de tesouraria

Recebimentos	Pagamentos	Designação	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
<b>07</b>		<b>Operações de Tesouraria</b>				
<b>071</b>	<b>072</b>	<b>Recebimentos/pagamentos por operações de tesouraria</b>				
0711	0721	Intermediação de fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>0712</b>	<b>0722</b>	<b>Receita por conta de outrem</b>				
<b>07121</b>	<b>07221</b>	<b>Receita fiscal</b>				
071211	072211	Região Autónoma dos Açores	0,00	0,00	0,00	0,00
071212	072212	Região Autónoma da Madeira	0,00	0,00	0,00	0,00
071213	072213	Autarquias locais	0,00	0,00	0,00	0,00
07122	07222	Receita não Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00
0713	0723	Cauções e garantias	31.155,46	27.315,51	0,00	58.470,97
0714	0724	Recursos próprios comunitários	0,00	0,00	0,00	0,00
0715	0725	Receitas próprias - duplo cabimento	0,00	0,00	0,00	0,00
0716	0726	Retenções - Transição para o SNC-AP	0,00	0,00	0,00	0,00
0719	0729	Outras operações tesouraria	242,00	0,00	125,00	117,00
<b>Total</b>			<b>31.397,46</b>	<b>27.315,51</b>	<b>125,00</b>	<b>58.587,97</b>

## 2.4. Contratação administrativa

No ponto 2.4.1 é prestada informação sobre todos os contratos celebrados no período de relato e que foram objeto de execução financeira em 2022, indicando a data do primeiro pagamento e os pagamentos ocorridos no período e acumulados, ou seja, não inclui os contratos que, apesar de celebrados em 2022, não tiveram execução financeira no período de relato.

A relação a estes, importa referir pela sua relevância, os contratos que, entretanto, já obtiveram visto do Tribunal de Contas e cuja execução financeira terá início em 2023.

Quadro D.5 – Contratos Visados

Denominação	Valor do Contrato	Visto do Tribunal de Contas	
		N.º do registo	Data
Empreitada Geral de Construção do Parque de Material e Oficinas (PMO) do Sistema de Mobilidade do Mondego".	6.665.183,00	1341 / 2022	15/11/2022
Empreitada de Execução de Postos de Transformação para o Sistema de Mobilidade do Mondego	965.195,37	1441 / 2022	11/11/2022
Fornecimento de Autocarros Elétricos para Transporte Urbano de Passageiros, Equipamentos de Carregamento e Serviços de Manutenção	43.227.673,98	1511 / 2022	21/11/2022

## 2.4.1. Situação dos contratos / Adjudicação por tipo de procedimento

Quadro D.5 – Contratos com pagamentos em 2022

Entidade	Contrato			Visto do TC		Pagamentos no período				Pagamentos acumulados									
	Denominação	NIPC	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Base	N.º de registo	Data	Data do 1.º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos menos
INFO INFORMATICA UNIPessoal, LDA	508248449		Bens e serv. - Ajuste direto	29/07/2022	4.558,00	4.558,00			30/09/2022	6.079,28	-	-	-	-	6.079,28	-	-	-	-
ACINTECH SOLUTIONS, LDA	511136560		Bens e serv. - Ajuste direto	30/09/2022	550,00	550,00			03/11/2022	676,50	-	-	-	-	676,50	-	-	-	-
ARMANDO AUTO BRANCO DE VES	205251750		Bens e serv. - Ajuste direto	15/12/2020	2.000,00	2.000,00			22/12/2020	600,00	-	-	-	-	2.000,00	-	-	-	-
AGRI - PROGRAMA CONSULTORIA, S.A.	502614471		Bens e serv. - Ajuste direto	17/05/2021	19.700,00	19.700,00			28/12/2021	6.801,90	-	-	-	-	23.552,05	-	-	-	-
ALMADISON - CONSULTOR DE DESENVOLVIMENTO DE DESIGN,	503847992		Bens e serv. - Ajuste direto	19/08/2022	21.015,00	21.015,00			22/12/2022	16.715,70	-	-	-	-	16.715,70	-	-	-	-
ANTONIO MARRAS VENTURA UNIPessoal, LDA	515054255		Bens e serv. - Ajuste direto	23/03/2022	12,26	12,26			29/03/2022	13,00	-	-	-	-	13,00	-	-	-	-
ARTE E MEIOS - PUBLICIDADE, LDA	503045420		Bens e serv. - Ajuste direto	17/11/2022	1.980,00	1.980,00			15/12/2022	2.435,40	-	-	-	-	2.435,40	-	-	-	-
ARTE E MEIOS - PUBLICIDADE, LDA	503045420		Bens e serv. - Ajuste direto	29/11/2022	393,70	393,70			27/12/2022	484,25	-	-	-	-	484,25	-	-	-	-
BARATA E MARTELINO - ENGENHARIA ENERGETICA, S.A.	501369380		Bens e serv. - Ajuste direto	17/11/2022	310,00	310,00			25/11/2022	381,30	-	-	-	-	381,30	-	-	-	-
CARLOS BRALI - PRODUTOS METALICOS E DESIGNACAO, LUN	502406794		Bens e serv. - Ajuste direto	15/11/2022	4.900,00	4.900,00			22/12/2022	6.515,96	-	-	-	-	6.515,96	-	-	-	-
CATARINA MENDES	212619020		Bens e serv. - Ajuste direto	03/02/2022	1.300,00	1.300,00			10/03/2022	1.300,00	-	-	-	-	1.300,00	-	-	-	-
CP - COMERCIO DE PORTUGAL, P. E.	500498860		Bens e serv. - Ajuste direto	27/09/2021	306.460,00	306.460,00			18/10/2021	180.131,78	-	-	-	-	248.667,36	-	-	-	-
DIARIO DE COMBURA, LDA	500005605		Bens e serv. - Ajuste direto	19/03/2022	250,00	250,00			23/03/2022	307,50	-	-	-	-	307,50	-	-	-	-
DIARIO DE COMBURA, LDA	500005605		Bens e serv. - Ajuste direto	13/12/2021	135,00	135,00			18/05/2022	153,75	-	-	-	-	153,75	-	-	-	-
DIARIO DE COMBURA, LDA	500005605		Bens e serv. - Ajuste direto	19/04/2022	122,64	122,64			20/04/2022	130,00	-	-	-	-	130,00	-	-	-	-
DIARIO DE COMBURA, LDA	500005605		Bens e serv. - Ajuste direto	02/12/2022	720,00	720,00			06/12/2022	885,60	-	-	-	-	885,60	-	-	-	-
DOWL, LDA	510770140		Bens e serv. - Ajuste direto	23/06/2022	4.640,00	4.640,00			27/02/2022	1.438,80	-	-	-	-	1.438,80	-	-	-	-
EDP COMERCIAL - COMERCIALIZACAO DE ENERGIA, S.A.	503504564		Bens e serv. - Consulta Prévia	30/01/2021	10.000,00	10.000,00			27/01/2021	9.852,50	-	-	-	-	9.852,50	-	-	-	-
ELECTROLIMA - ELECTRICIDADE E CLIMATIZACAO, LDA	500918837		Bens e serv. - Ajuste direto	25/02/2022	4.100,00	4.100,00			16/05/2022	5.043,00	-	-	-	-	5.043,00	-	-	-	-
ELECTROLIMA - ELECTRICIDADE E CLIMATIZACAO, LDA	500918837		Bens e serv. - Ajuste direto	21/03/2022	235,00	235,00			22/12/2022	289,00	-	-	-	-	289,00	-	-	-	-
ENGINMIND - CONSULTORES DE ENGENHARIA E PLANEJAMENTO	507387277		Bens e serv. - Ajuste direto	14/02/2022	13.775,00	13.775,00			11/09/2022	16.943,25	-	-	-	-	16.943,25	-	-	-	-
ENIGOS E ARGUMENTOS UNIPessoal, LDA	513654305		Bens e serv. - Ajuste direto	31/08/2022	2.800,00	2.800,00			27/10/2022	3.696,15	-	-	-	-	3.696,15	-	-	-	-
ENSORGINIS, LDA	510609312		Bens e serv. - Consulta Prévia	26/02/2021	44.280,00	44.280,00			30/03/2021	18.154,80	-	-	-	-	33.283,80	-	-	-	-
E-REDES - DISTRIBUICAO DE ELECTRICIDADE, S.A.	504394029		Bens e serv. - Ajuste direto	09/02/2022	1.678,82	1.678,82			04/02/2022	2.065,07	-	-	-	-	2.065,07	-	-	-	-
E-REDES - DISTRIBUICAO DE ELECTRICIDADE, S.A.	504394029		Bens e serv. - Ajuste direto	10/02/2022	3.041,71	3.041,71			10/02/2022	3.741,30	-	-	-	-	3.741,30	-	-	-	-
E-REDES - DISTRIBUICAO DE ELECTRICIDADE, S.A.	504394029		Bens e serv. - Ajuste direto	09/05/2022	263.394,28	263.394,28			11/06/2022	323.972,97	-	-	-	-	323.972,97	-	-	-	-
E-REDES - DISTRIBUICAO DE ELECTRICIDADE, S.A.	504394029		Bens e serv. - Ajuste direto	23/06/2022	19.299,80	19.299,80			26/06/2022	23.738,75	-	-	-	-	23.738,75	-	-	-	-
E-REDES - DISTRIBUICAO DE ELECTRICIDADE, S.A.	504394029		Bens e serv. - Ajuste direto	14/02/2022	24,00	24,00			13/02/2022	29,00	-	-	-	-	29,00	-	-	-	-
ESPECTRO - SISTEMAS DE INFORMACAO, S.A.	503115231		Bens e serv. - Ajuste direto	13/12/2021	465,20	465,20			20/12/2021	572,20	-	-	-	-	572,20	-	-	-	-
ESPECTRO - SISTEMAS DE INFORMACAO, S.A.	503115231		Bens e serv. - Ajuste direto	19/12/2022	839,30	839,30			22/12/2022	1.032,34	-	-	-	-	1.032,34	-	-	-	-
ETEC - EMPRESA DE TRANSPORTES ANTONIO CUNHA, S.A.	500192079		Bens e serv. - Consulta Prévia	28/09/2021	2.619.833,24	2.619.833,24	2164 / 2021	03/03/2022	20/09/2022	1.264.950,00	-	-	-	-	2.264.950,00	-	-	-	-
F.B.A. - FERRAO, BICKER E ASSOCIADOS, LDA	504265717		Bens e serv. - Consulta Prévia	14/01/2022	1.941,00	1.941,00			23/02/2022	24.527,42	-	-	-	-	24.527,42	-	-	-	-
F.B.A. - FERRAO, BICKER E ASSOCIADOS, LDA	504265717		Bens e serv. - Consulta Prévia	23/12/2021	1.700,00	1.700,00			27/12/2021	1.045,50	-	-	-	-	1.045,50	-	-	-	-
FABIANE LUIZ MENDES	288245108		Bens e serv. - Ajuste direto	23/03/2022	1.272,00	1.272,00			08/05/2022	1.564,56	-	-	-	-	1.564,56	-	-	-	-
FERNANDO DANIEL DA COSTA PRINTE	183487474		Bens e serv. - Ajuste direto	13/12/2021	3.366,00	3.366,00			15/11/2022	3.298,68	-	-	-	-	3.298,68	-	-	-	-
FIJANDI - COMPANHIA DE SEGUROS SA	500918880		Bens e serv. - Ajuste direto	07/02/2022	471,07	471,07			10/02/2022	471,07	-	-	-	-	471,07	-	-	-	-
GANCO INTERNACIONAL	LU26141926		Bens e serv. - Ajuste direto	14/01/2022	49,86	49,86			18/01/2022	49,86	-	-	-	-	49,86	-	-	-	-
GANCO INTERNACIONAL	LU26141926		Bens e serv. - Ajuste direto	21/03/2022	24,00	24,00			29/03/2022	29,00	-	-	-	-	29,00	-	-	-	-
GAPLET - CONSULTORIA SERVICOS, LDA	514208422		Bens e serv. - Ajuste direto	14/02/2020	65.040,65	65.040,65			26/05/2020	4.428,00	-	-	-	-	42.681,00	-	-	-	-
GARRA PUBLICIDADE, S.A.	503087870		Bens e serv. - Ajuste direto	28/01/2022	4.500,00	4.500,00			03/02/2022	5.535,00	-	-	-	-	5.535,00	-	-	-	-
GARRA PUBLICIDADE, S.A.	503087870		Bens e serv. - Ajuste direto	29/07/2022	1.000,00	1.000,00			19/08/2022	1.230,00	-	-	-	-	1.230,00	-	-	-	-
GENERALI SEGUROS, S.A.	500940231		Bens e serv. - Ajuste direto	29/12/2021	19.596,71	19.596,71			13/01/2022	12.188,45	-	-	-	-	12.188,45	-	-	-	-
GENERALI SEGUROS, S.A.	500940231		Bens e serv. - Ajuste direto	19/09/2022	765,11	765,11			21/09/2022	765,11	-	-	-	-	765,11	-	-	-	-
GENERALI SEGUROS, S.A.	500940231		Bens e serv. - Ajuste direto	06/12/2022	625,58	625,58			19/12/2022	625,55	-	-	-	-	625,55	-	-	-	-
GLOBAL NOTICIAS - MEDIA GROUP, S.A.	502535399		Bens e serv. - Ajuste direto	28/11/2022	3.096,00	3.096,00			06/01/2023	3.808,00	-	-	-	-	3.808,00	-	-	-	-
GONCALO BYRNE - ARQUITECTURA, LDA	502606448		Bens e serv. - Ajuste direto	23/06/2022	19.989,20	19.989,20			22/07/2022	15.983,21	-	-	-	-	15.983,21	-	-	-	-
GONCALO RIBEIRO FERREIRA DA SILVA	212421959		Bens e serv. - Ajuste direto	22/12/2022	3.314,40	3.314,40			22/12/2022	3.314,40	-	-	-	-	3.314,40	-	-	-	-
GRANCOCCIO UNIPessoal, LDA	510879608		Bens e serv. - Ajuste direto	16/09/2022	17.220,00	17.220,00			06/12/2022	15.623,38	-	-	-	-	15.623,38	-	-	-	-
GRANCOCCIO UNIPessoal, LDA	510879608		Bens e serv. - Ajuste direto	06/12/2022	601,60	601,60			15/12/2022	738,23	-	-	-	-	738,23	-	-	-	-
GRUPEME - SERVICOS DE SEGURANCA, LDA	501710495		Bens e serv. - Ajuste direto	15/06/2022	947,80	947,80			23/06/2022	1.165,79	-	-	-	-	1.165,79	-	-	-	-
R DESIGN GRAFICO, LDA	509756360		Bens e serv. - Ajuste direto	29/11/2022	575,00	575,00			26/12/2022	707,25	-	-	-	-	707,25	-	-	-	-
IDEIA NOVO - ARQUITECTURA E PLANEJAMENTO, LDA	504024170		Bens e serv. - Ajuste direto	29/12/2021	4.480,00	4.480,00			13/01/2022	1.277,60	-	-	-	-	1.277,60	-	-	-	-
IGOO FILIPE DE FREITAS ROCHA COELHO	205401060		Bens e serv. - Ajuste direto	08/11/2021	1.900,00	1.900,00			04/06/2022	1.631,00	-	-	-	-	1.631,00	-	-	-	-
IB CONSULTING - CONSULTORIA, FORMACAO E SERVICOS,	504016520		Bens e serv. - Ajuste direto	12/08/2022	19.870,00	19.870,00			07/09/2022	24.009,60	-	-	-	-	24.009,60	-	-	-	-
ICONOMONDA BUSINESS SOLUTIONS PORTUGAL, UNIPES	502120070		Bens e serv. - Ajuste direto	19/09/2021	4.055,04	4.055,04			18/01/2021	1.533,56	-	-	-	-	2.087,76	-	-	-	-
IGES PLAN PORTUGAL - COMERCIO E ALUGUER DE AUTOMOV	500236130		Bens e serv. - Consulta Prévia	23/01/2021	33.819,71	33.819,71			14/12/2021	3.244,33	-	-	-	-	3.244,33	-	-	-	-
LOGOWORDS - PUBLICIDADE, LDA	508889700		Bens e serv. - Ajuste direto	14/01/2022	70,00	70,00			25/01/2022	86,10	-	-	-	-	86,10	-	-	-	-
LOGOWORDS - PUBLICIDADE, LDA	508889700		Bens e serv. - Ajuste direto	02/03/2022	34,99	34,99			08/03/2022	43,04	-	-	-	-	43,04	-	-	-	-
LOGOWORDS - PUBLICIDADE, LDA	508889700		Bens e serv. - Ajuste direto	29/03/2022	4.060,65	4.060,65			16/05/202										

## 2.5. Transferências e subsídios

Informação relativa a transferências e subsídios correntes e de capital, concedidos e obtidos no exercício de 2022.

### 2.5.1. Transferências e subsídios – Despesa

Não aplicável em 2022 uma vez que a entidade não concedeu subsídios durante o período de relato.

### 2.5.2. Transferências e subsídios – Receita

Quadro D.6 – Transferências e subsídios recebidos em 2022

Tipo de Receita	Disposições Legais	Finalidade	Entidade Fianciadora	Receita Prevista	Receita recebida
Transferências correntes:	Crédito Especial		IMPIC		3.000.000
<b>Total de Transferências Correntes</b>					<b>3.000.000</b>
Transferências de capital:	OE 2022		GPIAAF	2.384.088	2.314.648
<b>Total de Transferências de Capital</b>				<b>2.384.088</b>	<b>2.314.648</b>

Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção  
Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e de Acidentes Ferroviários

## 2.6. Outras divulgações

De acordo com a orientação da DGO na Circular Série A n.º 1404 – Instruções para preparação do OE 2022 a MM adota o regime simplificado na classificação das receitas e despesas. Assim, efetua o registo do orçamento diretamente no SIGO/SOE, adotando uma versão simplificada do classificador económico das receitas e despesas públicas, disponíveis no “Anexo XV – Classificador de Receita e Despesa aplicável ao orçamento das EPR – Regime Simplificado”.

Data e assinatura

Coimbra, 7 de fevereiro de 2022

A CONTABILISTA CERTIFICADA

---

Dra. Dora Isabel Sarabando Ferro

# Certificação legal das Contas



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Metro Mondego, SA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 60 769 908,95 € e um total de fundos próprios 46 931 496,24 €, incluindo um resultado líquido de 239 226,21 €), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Metro Mondego, SA** em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfase

Conforme consta do ponto 5.3 do relatório de gestão e da nota 1.3 – derrogações das disposições do SNC-AP, do anexo às contas, por força do contrato de concessão do Sistema de Mobilidade do Metro-Mondego, atualizado pelo Decreto-Lei nº 21/2022 de 4 de fevereiro, a empresa deveria transferir as Infraestruturas que já construiu para o domínio do Estado, conforme resulta do contrato de concessão e da aplicação do normativo contabilístico aplicável (IFRIC 12). No entanto, e atendendo a que a construção da infraestrutura vai ocorrer até ao final de 2024, constituindo, neste período, esta a principal obrigação do contrato de concessão, e que as infraestruturas atualmente em construção pela IP – infraestruturas de Portugal só serão entregues à metro-durante o ano de 2024, julgamos aceitável que aquela transferência e por consequência a aplicação plena da IFRIC 12, só venha a ocorrer com a finalização do construção das infraestruturas, (por facilidade na quantificação daqueles gastos e na



2/4  
J

prestação de contas) e por consequência que só venha a ter aplicação efetiva com a entrada em exploração do sistema e por conseguinte com o controlo efetivo pelo Estado.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicámos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

#### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

##### Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 13 008 686,23 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 4 522 355,94 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

6/6

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

#### Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Entroncamento, 15 de fevereiro de 2023

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C., Lda

representada por

José de Jesus Gonçalves Mendes

(ROC nº 833 – CMVM nº 20160459)

# Relatório e Parecer do Fiscal Único



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

1/2

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

### Senhores Acionistas:

1. Nos termos do mandato que nos foi conferido e nas demais disposições legais e estatutárias apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de gestão, bem como sobre proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da **METRO MONDEGO, S.A.**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.
2. No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhámos, com a periodicidade e extensão consideradas adequadas, a atividade da empresa, tendo recebido da Administração e dos Serviços Administrativos da empresa todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.
3. Emitimos parecer favorável sobre instrumentos previsionais para o ano de 2023 apresentado pela empresa.
4. Analisámos as demonstrações financeiras semestrais e respetiva documentação de suporte no âmbito das nossas atribuições, tendo emitido o correspondente Relatório.
5. Verificámos a concordância da informação financeira constante do Relatório do Conselho de Administração com a informação veiculada pelos demais documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.
6. A empresa deu igualmente cumprimento às demais orientações legais vigentes para o SEE, designadamente as reduções remuneratórias.
7. Nos termos do disposto no artigo 7º do Estatuto do gestor público (DL nº 71/2007 de 27 de Março), o membro não executivo do órgão de administração, expressou uma opinião positiva, sobre o desempenho individual dos gestores executivos, bem como sobre as estruturas e mecanismos de governo em vigor na empresa.
8. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas da empresa, procedemos a emissão da Certificação Legal das Contas, com ênfase, que para todos os efeitos, aqui se dá como integralmente reproduzida.
9. Na qualidade de Fiscal Único, e em cumprimento do disposto no nº 2 do art.º 54º do Decreto-Lei nº133/2013 de 3 de Outubro, entendemos que o "Relatório de Boas Práticas de Governo Societário" cumpre os deveres de relato estabelecidos.
10. Entendemos que os documentos de prestação de contas apresentados permitem, quando lidos em

conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da **METRO MONDEGO, S.A.**, em 31 de dezembro de 2022, bem como o resultado das suas operações do exercício findo naquela data.

11. Embora por força do contrato de concessão a empresa devesse apresentar as suas contas nos termos do disposto na IFRIC12, entendemos que enquanto as infraestruturas em construção pela Metromondego não passem para o efetivo controlo do Estado, a empresa possa não aplicar aquele normativo contabilístico vindo a efetuar a transferência da propriedade logo que seja possível a sua quantificação inicie a sua exploração.

12 Nestes termos somos de parecer:

- a) Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração, bem como o Balanço, a Demonstração de resultados por natureza e por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos apresentados, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.
- b) Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

13. Finalmente o Fiscal Único deseja agradecer a Administração e nos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Entroncamento, 15 de fevereiro de 2023

O FISCAL ÚNICO



José de Jesus Gonçalves Mendes

# ANEXO I

## Cumprimento das Orientações Legais

# 1. Objetivos de Gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

- a) Não estão atribuídos objetivos de gestão pelo acionista.
- b) A execução realizada por comparação com ao Plano de Atividades e Orçamento é apresentada no Quadro I.1

Quadro I.1

Descrição	2022	2022	Desvio	Observações
	PAO	EXECUÇÃO		
Fornecimento e Serviços Externos	274 310	192 006	-82 304	
Pessoal	781 931	702 311	-79 620	
<b>Total</b>	<b>1 056 241</b>	<b>894 317</b>	<b>-161 924</b>	

Para permitir diminuir a complexidade da análise comparativa da execução face ao orçamentado foram expurgados, da análise de custos de estrutura, os custos de empreitada e fiscalização que têm reflexo em inventários e que, como tal, são agregados na análise do investimento.

De notar que neste exercício, já sem efeitos de pandemia, o nível de atividade é notoriamente crescente. Fica, contudo, aquém da atividade esperada (plano) que resulta das dificuldades existentes na obtenção das aprovações necessárias em tempo útil ou na aderência aos programas de trabalhos definidos, como é exemplo disso a dificuldade que a empreitada da Baixa de Coimbra tem evidenciado e contribuído para a derrapagem temporal dos trabalhos.

Na componente do pessoal, verificou-se um ligeiro atraso nos processos de recrutamento, todos iniciados em 2022, mas apenas um concluído nesse exercício (2 em curso e 2 terminados já em 2023).

Por outro lado, e complementarmente, não houve aprovação do regulamento de carreias pela tutela financeira, tendo sido aproveitado para elaborar uma adequada revisão em função da proximidade da nova fase de exploração do SMM, enquadrando agora também o pessoal afeto a toda a área operacional, documento este – Regulamentos de carreias (Acordo de Empresa, enviado (em janeiro de 2023) à Secretaria de Estado do Tesouro para apreciação. Por este motivo não se verificou o impacto no reposicionamento e valorização de carreias, conferindo a manutenção do seu congelamento.

- Conforme se poderá constatar, ao analisar os dados reportados no Quadro I.2, a execução do Investimento também apresenta um desvio, tendo ficado aquém do planeado, nomeadamente em consequência de um tempo associado à obtenção de relevantes, com particular destaque para a RCM nº 36/2022, de 1 de abril, que formalizou a expressa autorização da MM realizar despesa relativa à operacionalização do SMM, em particular na aquisição de autocarros, no fornecimento de postos de carregamento e a manutenção dos veículos e à realização dos estudos e empreitada do Parque de Materiais e Oficinas [PMO]. Só a partir daqui é que se tornou possível iniciar com os respetivos procedimentos concursais.

Quadro I.2

Investimento	2022	2022	Desvio	Observações
	PAO	EXECUÇÃO		
Equipamentos Fixos e de Funcionamento	127 250	71 005	-56 245	Adiada para 2023 a viatura todo terreno
Comunicação e Marketing	20 000	10 500	-9 500	
Implementação da 1ª fase	1 611 160	1 588 114	-23 046	Gestão direta S. Alternativos
Libertação da Baixa de Coimbra	2 026 279	890 703	-1 135 576	Empreitada com atraso de execução
Empreitada de Construção PMO	1 363 603	169 317	-1 194 286	Adjudicação Empreitada 1 em Jan/2023 Aguarda pub. RCM para concurso empreita 2
Material Circulante	720 000	296 719	-423 281	Adjudicado. Veículos em produção
Assessorias e estudos	399 996	95 519	-304 477	
<b>Total</b>	<b>6 268 288</b>	<b>3 121 879</b>	<b>-3 146 409</b>	

- c) No que se refere à execução na perspetiva orçamental, conforme reporte realizado no SIGO, no âmbito da integração do perímetro de consolidação orçamental, enquanto Entidade Pública Reclassificada [EPR]

Para além das diferenças que resultam da contabilidade na perspetiva orçamental (inclui IVA e diferenças de interpretação entre afetação como despesa FSE ou Pessoal), a leitura dos dados reportados nos Quadros I.3 e I.4 permite perceber que a execução abaixo do estimado é suportada pela argumentação apresentada no âmbito da alínea b) deste ponto.

Quadro I.3

Descrição	2022	2022	Desvio	Observações
	PAO	EXECUÇÃO		
Fornecimento e Serviços Externos	323 210	222 137	-101 073	
Pessoal	785 109	720 569	-64 539	
<b>Total</b>	<b>1 108 319</b>	<b>942 707</b>	<b>-165 612</b>	

Quadro I.4

Investimento	2022	2022	Desvio	Observações
	PAO	EXECUÇÃO		
Equipamentos Fixos e de Funcionamento	155 885	93 464	-24 396	Adiada viatuta todo terreno
Comunicação e Marketing	24 600	8 327	-27 582	
Serviços Alternativos	1 738 797	1 713 614	-175 271	Gestão direta S. Alternativos
Libertação da Baixa	2 068 456	896 138	-717 506	Empreitada com atraso de execução
Empreitada de construção PMO	1 418 185	379 870	-492 000	Em fase de Projeto
Material Circulante	885 600	364 965		Concurso Público a decorrer
Estudos e Assessorias	491 995	117 488	-867 426	
<b>Total</b>	<b>6 783 517</b>	<b>3 573 865</b>	<b>-2 304 181</b>	

Quanto à execução do investimento, na perspetiva orçamental (lógica do pagamento) para além do IVA temos a registar uma alteração, com efeitos a partir de setembro 2021, relativamente aos Serviços Alternativos que passaram a ter gestão direta pela MM e neste exercício de 2022 representaram um ano completo neste modelo. Deste modo, o custo de operação passa a ter o débito direto à MM e a venda dos bilhetes passam a registar-se nas receitas (em registo orçamental). Desta forma fundamenta-se o registo de acréscimo nos Serviços Alternativos, comparativamente ao exercício anterior, mas em linha com o orçamentado

Por fim, de notar que ficou por receber no final do exercício:

- receita relativa a operação dos serviços alternativos, em dívida pela Comboios de Portugal [CP], no montante de 172 570,82 euros (exclui receita PART);
- receita do Programa de Apoio à Redução Tarifária [PART], em dívida pela CIM RC, no montante de 14 000 euros (procedimento que resulta da operação direta dos Serviços Alternativos a partir de setembro).

## 2. Gestão do Risco Financeiro

A MM não detém qualquer empréstimo contratado desde 2014, pelo que não suporta juros com passivos remunerados nem outros encargos financeiros análogos.

### **3. Limite de crescimento do endividamento**

Não aplicável.

## 4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP)

No que concerne ao prazo médio de pagamentos, foram aplicadas as orientações em vigor.

Quadro I.5

Descrição	2022	2021	2022/2021	
			Δ Absol.	Var. %
Prazo (dias)	15	14	1	7,1%

A 31 de dezembro de 2022, como habitual, não se registavam pagamentos em atraso.

Quadro I.6

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º do DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de bens e serviços	5 625	-	-	-	-
Aq. de capital	554	-	-	-	-
Total	6 179	-	-	-	-

## 5. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito das recomendações do acionista

As recomendações do acionista traduziram-se nas alterações propostas pelo acionista Estado e aprovados por unanimidade no seu ponto 5<sup>3</sup> da ordem de trabalhos da Assembleia Geral Ordinária de 2022.03.30

O Quadro I.7 abaixo evidencia o cumprimento dos limites propostos:

Quadro I.7

Descrição	2022	2022	2021	Limite	Observações
	PAO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO		
Pessoal	781 931	702 311	617 133	899 644	abaixo do limite
Admissão de Trabalhadores	4	1	4	5	cumprido
Deslocações e estadas	9 890	6 017	3 896	45 307	Σ de 29 885 euros [inferior ao limite de 45 307 euros]
Custos associados frota automóvel	36 562	23 868	18 316		

Foi cumprido o limite dos custos totais com Pessoal bem como o limite das 5 contratações autorizadas para reforço do Quadro de Pessoal da MM, tendo concluído apenas em 2022 a admissão de um colaborador

O aumento dos encargos com deslocações, alojamento e custos associados com a frota automóvel foi também cumprido, registando-se abaixo do limite de 29 885 euros.

No que concerne às contratações de novas viaturas em regime de AOV, as dificuldades no fornecimento de viaturas e o aumento continuado dos preços, conduziu à obtenção de uma autorização excecional por parte do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais<sup>4</sup>, conduzindo à encomenda de uma viatura elétrica em 5 de setembro de 2022. A data de entrega inicialmente prevista seria para fevereiro de 2023, atualmente prevista para abril.

<sup>3</sup> No ponto 5 da ordem de trabalhos da AG sobre o PAO 2022/2024, sob proposta do Estado, os acionistas deliberaram por unanimidade: “Deliberar votar favoravelmente a aprovação do relatório sobre o Plano de Atividades e Orçamento para 2022, e correspondente autorização para:

- A contratação de 5 trabalhadores, nos termos constantes do Relatório de Análise n.º 30/2022 da UTAM;
- O aumento dos gastos com pessoal, nos termos do relatório acima referido, limitado o valor de Gastos com Pessoal, em 2022, a €899 644,13;
- O aumento dos Encargos com deslocações, ajudas de custos e alojamento, bem como os associados à frota automóvel, limitado os encargos, em 2022, a € 45 307.” O ponto foi aprovado por unanimidade.

<sup>4</sup> Através da Informação n.º 00306 22 NVEL, de 30/06/2022 da eSPap I.P., sobre a qual foi exarado o Despacho n.º 147/2022.XXIII, de 14/07/2022, com o seguinte teor “Nos termos das competências que me foram delegadas ao abrigo das alíneas xx) e yy) do n.º 4 do Despacho n.º 8273/2022, de 7 de julho, autorizo o proposto na presente informação, com os seus fundamentos e termos”.



## 6. Remunerações/Honorários

Apresentam-se nesta secção as informações relativas ao estatuto remuneratório, e respetivas remunerações auferidas, dos membros dos Órgãos Sociais.

### 6.1 Mesa da Assembleia Geral

Em 2022 realizou-se unicamente a Assembleia Geral [AG] Ordinária a 30 de março cujas remunerações<sup>5</sup> foram as seguintes:

Quadro I.8

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada	Paga
2019/2021	Presidente	Luís Miguel Correia Antunes	500	-
2019/2021	Vice Presidente	António Miguel Costa Batista	425	-
2019/2021	Secretária	Sónia Serrano Pujalrás	350	333

### 6.2 Conselho de Administração

Composição do Conselho de Administração [CA] é apresentada no Quadro I.9.

Quadro I.9

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO <sup>(2)</sup>			Nº Mandatos	Observ.
			Forma <sup>(1)</sup>	Data	Sim/Não	Ent. Origem	Ent. Pagadora		
2019/2021	Presidente executivo	João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	AG	24/07/2019	Não	-	MM	1	a)
2019/2021	Vogal executivo	Eduardo Jorge Gonçalves Barata	AG	24/07/2019	Não	-	MM	1	b)
2019/2021	Vogal não executivo	Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo	AG	24/07/2019	Não	-	MM	1	-

1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - previstas no n.º 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-origem/D-Destino)

a) Acordo de cedência ocasional (Metro do Porto)

b) Acordo de cedência de interesse público (Universidade de Coimbra)

<sup>5</sup> Às remunerações fixadas aplicam-se as reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, e nos termos do artigo 209.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, bem como outras que se encontrem vigentes ou que vierem eventualmente a ser aprovadas.

Quadro I.10 - Estatuto do Gestor Público, aplicável ao CA

Conselho de Administração [Membro]	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Vencimento <sup>1)</sup>	Despesas de Representação <sup>1)</sup>
Presidente	Sim	C	4 578	1 831
Administrador Executivo	Sim	C	3 663	1 465
Administrador não executivo	Sim	C	916	0

<sup>1)</sup> Não inclui o corte de 5%, conforme artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

As remunerações auferidas pelo CA em 2022 foram as que se apresentam nos Quadros I.11 e I.12

Quadro I.11

Mandato	Conselho de Administração	Remuneração Anual 2022 (€)		
		Fixa <sup>(a)</sup>	Variável	Bruta
2019/2021	João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	86 070	0	86 070
2019/2021	Eduardo Jorge Gonçalves Barata	68 856	0	68 856
2019/2021	Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo	12 819	0	12 819

a) Não inclui o corte de 5%, conforme artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

Quadro I.12

Mandato	Conselho de Administração	Remuneração Anual 2022 (€)				Valor Bruto
		Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Final (5)=(3)-(4)
2019/2021	João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	86 070	0	86 070	4 303	81 767
2019/2021	Eduardo Jorge Gonçalves Barata	68 856	0	68 856	3 443	65 413
2019/2021	Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo	12 819	0	12 819	641	12 178

1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções)

4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

A MM cumpre com as reduções remuneratórias em vigor e não líquida prémios de gestão.

## Quadro I.13

Mandato	Conselho de Administração	Benefícios Sociais								
		Valor Subsídio Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro Ac. Trabalho	Seguro de Saúde	Outros		
		Diário <sup>1</sup>	Encargo Anual da Empresa	[Identificar]	Encargo Anual da Empresa	Encargo Anual da Empresa	Encargo Anual da Empresa	[Identificar]	Encargo Anual da Empresa	
2019/2021	João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	5,45	1 173	Seg. Social	21 473		1 019	565	SHT	72
2019/2021	Eduardo Jorge Gonçalves Barata	5,45	1 168	CGA	15 566		732	565	SHT	72
2019/2021	Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo	0	0	Seg. Social	2 892		0	0	-	-

1 - o valor do subsídio de refeição foi atualizado para 5,45 €/dia com efeito a 1 de abril, de acordo com a Portaria n.º 218/2022, de 1 de setembro.

2 - Ao valor do encargo anual da empresa com a Segurança Social suportado em 2022, acresce a correção dos encargos não incluídos em 2021 relativos a 5 meses de Despesas de Representação que, por falha informática, não foram calculados no processamento de remunerações do Eng.º João Marrana.

## Quadro I.14 - Acumulação de funções do CA

Mandato (Início-Fim)	Membro do Conselho de Administração	Acumulação de Funções			Identificação	
		Entidade	Função	Regime	Data	
2019/2021	Presidente executivo João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	Universidade Portucalense Infante D. Henrique		Privado	13/04/2020	
2019/2021	Vogal executivo Eduardo Jorge Gonçalves Barata	Faculdade Economia Universidade Coimbra		Público	13/04/2020	
2019/2021	Vogal não executivo Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo	SMTUC		Público	-	

a) Autorização concedida por Despacho Conjunto das Secretarias de Estado das Finanças e Infraestruturas e Habitação

Existe uma viatura cedida pela Metro do Porto, S.A, ao Presidente do Conselho de Administração enquanto não é concluído o processo de aquisição de viatura em regime AOV, cujo custo mensal é suportado pela MM.

## Quadro I.15

Mandato	Conselho de Administração	Gastos Anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
		Deslocações em Serviço <sup>(1)</sup>	Custo com alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto Total
					Identificar	Valor	
2019/2021	João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	9 078	619	n/a	D. Representação	895	10 592
2019/2021	Eduardo Jorge Gonçalves Barata	2 334	0	n/a	D. Representação	773	3 106
2019/2021	Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo	0	0	n/a	D. Representação	77	77

1) Inclui despesas de avião, estacionamento, portagem, combustível, refeição e títulos de transporte

## 6.3 Fiscal Único

No que se refere ao Fiscal Único, não houve lugar a prestação de serviços adicionais para além dos trabalhos desenvolvidos no âmbito das funções de Fiscal Único na sociedade.

Quadro I.16

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação		nº anos funções exercidas
		Nome	Nº inscrição OROC	Nº registo CMVM	Forma	Data	
2019/2021		Rosa Lopes, Gonçalves Mendes, SROC	-	20161435		24/07/2019	13
2019/2021	Fiscal Único Efetivo	José de Jesus Gonçalves Mendes	833	20160459	AG <sup>(1)</sup>	24/07/2019	13

1) O estatuto remuneratório do Fiscal Único foi revisto em Assembleia Geral de 2019, passando ao limite máximo de 22,5% da quantia correspondente a 12 meses de remuneração global ilíquida atribuída nos termos legais ao Presidente do Conselho de Administração.

Quadro I.17

Nome	Valor anual do contrato de prestação de serviços - 2022 (€)		
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Rosa Lopes, Gonçalves Mendes, SROC	12 361	618	11 743

## 7. Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do EGP

Na MM os gestores públicos não têm cartões de crédito nem outros instrumentos de pagamento atribuídos e não utilizam quaisquer meios eletrónicos nem outros instrumentos de pagamento da sociedade que possam ter por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa. Igualmente, não existe o reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que recaiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

As despesas relacionadas com comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet, foram as que constam do Quadro I.18.

Quadro I.18

Mandato	Conselho de Administração	Gastos com Comunicações (€)		
		Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
2019/2021	João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	80	397	-
2019/2021	Eduardo Jorge Gonçalves barata	80	753	-
2019/2021	Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo	0	0	-
Total			1 150	

Quanto aos gastos com combustível e portagens, registaram-se seguintes valores.

Quadro I.19

Mandato	Conselho de Administração	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a viaturas (€)			Observações
			Combustível	Portagens	Total	
2019/2021	João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana <sup>1</sup>	458	4 362	2 468	6 830	-
2019/2021	Eduardo Jorge Gonçalves barata	366	1 548	594	2 142	-
2019/2021	Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo	-	0	0	0	-
Total					8 972	

<sup>1</sup> - Inclui Portagem e Combustíveis no exercício de funções no montante de 336,45 € e 999,88 €, respetivamente

## **8. Despesas não documentadas ou confidenciais**

Não existem e nunca existiram despesas não documentadas (nº2 do artigo 16º do Decreto-Lei nº 133/2013).

## 9. Relatório sobre Remunerações

A MM, procede à elaboração do Relatório sobre Remunerações por Género dando cumprimento à obrigação legal estabelecida no ponto 2 e 3 da RCM n.º 18/2014, de 7 de março, que visa diagnosticar e prevenir qualquer eventual diferença remuneratória não justificada na estrutura remuneratória da Empresa. O relatório, encontra-se disponibilizado no sítio da internet da MM, nos termos da RCM n.º 18/2014, de 7 de março.

A MM não pratica e repudia explicita e ativamente quaisquer práticas discriminatórias de género. A liquidação de remunerações tem por base a categoria e experiência laboral, nos termos do regulamento de carreiras em processo de apreciação superior, e independente do sexo. Do histórico de processamento de remunerações para categorias iguais, as remunerações processadas são iguais, seja homem ou mulher.

## 10. Plano de Gestão de Risco e Infrações Conexas

A MM remeteu ao Conselho de Prevenção da Corrupção o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas), ao abrigo da Recomendação n.º 1/2009, de 1 de julho. Em 07.04.202, após ampla análise e discussão interna em que participaram todos os Administradores e Colaboradores da MM, foi aprovada a revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas). O Plano está publicado no sítio da empresa na internet.

O Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas) da MM foi elaborado em 6 de fevereiro de 2023 e será publicado oportunamente.

## 11. Contratação Pública

- A despesa, independentemente do valor, é sustentada por informação fundamentada do Departamento que a propõe superiormente, com sujeição à apreciação e aprovação do Conselho de Administração. A necessidade de contratar é, nesse contexto, cuidadosamente analisada, quer do ponto de vista económico, quer na análise efetuada sobre a ausência de soluções internas, bem como ainda da explicitação dos objetivos a alcançar;
- Estão implementados critérios internos para a utilização da figura do Ajuste Direto, com consultas muito frequentes ao mercado, de forma a evitar distorção aquando da formulação dos convites;
- As consultas prévias ao mercado são sempre elaboradas por técnicos da MM e as decisões finais são determinadas pelo Conselho de Administração;
- Internamente, opera-se a segregação de funções, por ser um fator chave de controlo de todos os procedimentos implementados e para garantir que mais do que uma pessoa esteja envolvida nos processos de aquisição;
- É efetuado o acompanhamento e monitorização contínua da execução das tarefas, atividades e custos de custo (projetos);
- Em virtude da implementação do novo regime contabilístico SNC-AP, em funcionamento desde 2018, houve uma alteração de procedimentos, em particular com o reflexo da introdução do lançamento contabilístico do cabimento e compromisso;
- É efetuado o controlo da execução dos contratos celebrados com terceiras entidades, designadamente, quanto a eventuais atrasos na execução, adequação das prestações, etc.;
- É efetuado o controlo jurídico das cláusulas a inserir nas peças dos procedimentos concursais, de tal forma que as mesmas só são aprovadas após apreciação do Departamento Jurídico;
- Relativamente a contratos com valor superior a 5 M €, identificam-se os seguintes:
  - i. Concurso público para a empreitada geral de construção do Parque de Material e Oficinas do Sistema de Mobilidade do Mondego - RAMALHO ROSA COBETAR, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, S.A e CONTRATAS Y VENTAS, S.A.U. (CONVENSA) - 6.665.183,00 €;

- ii. AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES PARA A EXECUÇÃO DA EMPREITADA DENOMINADA "CONCEÇÃO/CONSTRUÇÃO DOS SISTEMAS DE TELEMÁTICA GERAIS, POSTO DE COMANDO CENTRAL (PCC) E MANUTENÇÃO DO SISTEMA MOBILIDADE DO MONDEGO" - EFACEC – ENGENHARIA E SISTEMAS, S.A - 2.508.112,12 €;
- iii. CONTRATO DE FORNECIMENTO DE AUTOCARROS ELÉTRICOS PARA TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS, EQUIPAMENTOS DE CARREGAMENTO E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO - Energia Fundamental – Mobilidade Eléctrica, Lda - 43.227.673,98 €.

## 12. Sistema Nacional de Compras Públicas

A dimensão (pequena) atual da empresa conduz a que as encomendas de material de aprovisionamento/funcionamento sejam realizadas à medida das necessidades em cada momento, pelo que as encomendas são formalizadas com um prazo de entrega muito curto. Contudo, realiza-se, sempre que possível, uma consulta prévia a três entidades diferentes e efetua-se a adjudicação à entidade que apresenta valor mais baixo. Pese embora a prática aqui descrita, a Metro Mondego aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas, na qualidade de entidade compradora voluntária a 4 de junho de 2020.

Em 15 de novembro de 2021, foi efetuada a adesão à Central Nacional de Compras Municipais.

## 13. Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

Para aferir o nível de atividade da empresa, a MM apresentou o seguinte indicador alternativo - Indicador de Otimização da Estrutura de Gastos operacionais [IOEGG]:

$$IOEGG = \frac{\text{Gastos Operacionais}}{\text{Investimento realizado (rubrica económica 07)}}$$

Este indicador (alternativo) da eficiência operacional foi reconhecido<sup>6</sup> como adequado à análise do peso que os gastos operacionais representam no trabalho desenvolvido na empresa (investimento), em cada ano. É importante assinalar que a MM está numa fase de transição de um cenário de fortíssima contenção de custos para um contexto dominado pela necessidade de realização de elevados níveis de investimento, conduzindo a rácios decrescentes numa primeira fase para depois tender a estabilizar.

Deste modo, a redução absoluta dos gastos operacionais não se verifica pelo que deverá ser tido em conta o peso que estes assumem no investimento realizado, conforme o indicador alternativo aprovado.

---

<sup>6</sup> O recurso ao IOEGG, nos termos aqui definidos, foi aprovado pelo Despacho n.º 1250/19-SET, a 15 de outubro de 2019. Em conformidade com o n.º2 do art.º 158º do DL n.º 84/2019, de 28 de junho (Lei de Execução Orçamental) a utilização deste indicador deve ser mantida nos exercícios de Planeamento da MM em 2019, 2020 e 2021.

Quadro I.20

Eficiência Operacional	2022	2022	2021	2019	2022/2021		2022/2019	
	exec.	orçam.	exec.	exec.	Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	374 152	838 001	208 526	4 651	165 626	-	369 501	-
(1) CMVMC			0	0	-	-	-	-
(2) FSE (AA)	192 006	274 310	141 958	149 100	50 049	35,3%	42 906	28,8%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos I), II), III)	759 091	781 931	617 133	433 723	141 958	23,0%	325 368	75,0%
(3.I) Indemnizações pagas por rescisão		0	0	0	-	-	-	-
(3.II) Valorizações remuneratórias		0	0	0	-	-	-	-
(3.III) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro		0	0	0	-	-	-	-
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)	951 097	1 056 241	759 091	582 823	192 006	25,3%	368 274	63,2%
(5) Impactos pandemia por COVID-19 nos Gastos Operacionais (CMVMC, FSE e G. Pessoal)		0	0	0	0	-	-	-
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(3)+(4)-(5)	951 097	1 056 241	759 091	582 823	192 006	25,3%	368 274	63,2%
(7) Volume de negócios (VN) b)	0	0	0	0	-	-	-	-
(7.I) Perda de receita decorrente da pandemia por COVID-19 (+)	0	0	0	0	-	-	-	-
(8) Volume de Negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+7.I)	0	0	0	0	-	-	-	-
(9) Peso dos gastos / VN = (6)/8)	-	-	-	-	-	-	-	-
(I) Gastos com Deslocações (FSE)	6 017	9 890	3 896	1 194	2 122	54,5%	4 824	404,1%
(II) Gastos com Ajudas de Custo e Alojamento (G c/ pessoal)	-	-	-	-	-	-	-	-
(III) Gastos associados à frota automóvel c)	23 868	36 562	18 316	11 337	5 552	30,3%	12 531	110,5%
(10) Total = (I) + (II) + (III)	29 885	46 452	22 212	12 531	7 674	34,5%	17 354	138,5%
(11) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	-	-	-	-	-	-	-	-
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	18	21	17	11	1	5,9%	7	63,6%
Nº Órgãos Sociais (OS)	3	3	3	3	0	0,0%	0	0,0%
Nº Cargos Direção (CD)	2	3	2	2	0	0,0%	0	0,0%
Nº Trabalhadores (sem OS e sem CD)d)	13	15	12	6	1	8,3%	7	116,7%
Nº Trabalhadores /Nº CD	7	5	6	3	1	8,3%	4	116,7%
Nº de viaturas	3	4	3	3	0	0%	0	0%

AA) Ao montante apresentado na conta de FSE acresce o montante de 852.250 €, que dizem respeito à construção (empreitada, fiscalização e revisão de projetos) dos Edifícios A1 e A2, anulado pela 73 e com reflexo na conta de inventários [36] no balanço.

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMCMC+FSE+Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e d) um colaborador encontra-se em licença sem vencimento desde 2018, não tendo gerado qualquer custo.

7) Os estudos, pareceres, projetos e consultoria, sendo a Metro Mondego uma empresa de projeto são considerados investimento.

O Quadro I.21 abaixo permite uma análise da evolução operacional, tendo por base o indicador alternativo (IOEGG).

Quadro I.21

Descrição	2022	2022	2021	2020	2019
	PAO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO
FSE's	274 310	192 006	141 958	169 739	149 100
Pessoal	781 931	702 311	617 133	514 966	433 723
Investimento (económica 07)	6 268 288	3 121 879	2 485 286	1 900 676	1 058 883
$\Delta$ Pessoal (1)	93,2%	35,3%	-16,4%	13,8%	
$\Delta$ Fornecimento e Serviços Externos (2)	26,7%	13,8%	19,8%	18,7%	
IOEGG (1+2)/(3)	16,9%	28,6%	30,5%	36,0%	55,0%

Quadro I.22

Investimento Realizado	2022	2021	2020	2019	2018
Equipamento fixo e de funcionamento	71 005	18 805	84 703	10 568	4 845
Comunicação e Marketing	10 500	9 239	2 800	0	0
Implementação da 1ª fase	1 588 114	1 251 206	1 077 560	660 376	577 140
Libertação da Baixa de Coimbra	890 703	758 157	513 596	9 172	9 605
Empreitada de Construção PMO	169 317	271 652	0	0	0
Material Circulante	296 719	0	0	0	0
Estudos e Assessorias	95 519	176 226	222 018	220 850	5 819
<b>TOTAL</b>	<b>3 121 879</b>	<b>2 485 286</b>	<b>1 900 676</b>	<b>900 965</b>	<b>591 590</b>

Apesar do crescimento das rubricas operacionais (FSE e Pessoal), o IOEGG evidencia uma redução em valor absoluto para 28,6%, demonstrando a significativa eficiência operacional alcançada. Na base do alcance deste resultado está o incremento do investimento realizado, registando um aumento de 25,6% quando comparado com a execução em 2021.

A admissão de 1 trabalhador<sup>7</sup> ocorreu já no último trimestre de 2022, pese embora tenham sido iniciados os processos de recrutamento para as 4 vagas em aberto. Os gastos decorrentes na admissão e processos decorridos e em curso foram os seguintes:

<sup>7</sup> Autorização obtida através do Despacho nº 225/202-SET, de 24 de fevereiro, emitida por Sua. Exa. O Secretário de Estado do Tesouro.

Quadro I.23

Descrição	2022	2022
	PAO	EXECUÇÃO
Impacto Remuneratório (4 contratações)	58 225	5 163
Custos de recrutamento <sup>i</sup>	-	600
<b>Total</b>	<b>58 225</b>	<b>5 763</b>

<sup>i</sup> - inclui custos de recrutamento iniciados no exercício de 2022.

As admissões registaram um custo inferior ao estimado por ter sido apenas possível de concretizar uma contratação (técnico de contabilidade) relativamente às quatro previstas (na revisão orçamental) para o exercício de 2022. Mas os processos de recrutamento foram iniciados em 2022 e em 2023 já deu entrada em janeiro um colaborador (técnico de sistemas técnicos) e em fevereiro dará entrada outro técnico (técnico de qualidade, ambiente e segurança).

Em 2022, o regresso à normalidade, marcou em definitivo um exercício normalizado sem efeitos da Pandemia a registar.

Quadro I.24

Descrição	2022	2022	Variação
	PAO	EXECUÇÃO	
Receitas PART	<b>120 000</b>	<b>135 917</b>	13,3%
Receitas Operação	<b>600 000</b>	<b>678 626</b>	-
Despesa			
Serviços Alternativos	<b>1 611 160</b>	<b>1 588 114</b>	<b>-1,4%</b>
Operação	1 596 160	1 577 550	-1,2%
Manutenção	15 000	10 564	-29,6%

A execução obtida foi a seguinte:

Quadro I.25

Perdas COVID 19	2022	2021
	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO
Receitas PART	<b>135 917</b>	<b>99 755</b>
Receitas Operação	<b>678 626</b>	<b>157 120</b>
Despesa	<b>1 588 114</b>	<b>1 251 206</b>
Serviços Alternativos Operação	1 577 550	1 237 934
Normal	1 577 550	1 022 952
COVID-19	0	214 982
Serviços Alternativos Manutenção	10 564	13 272
Normal	10 564	13 272
COVID-19	0	0

No que diz respeito aos Serviços Alternativos, em 2022 confirmou-se o aumento das receitas face às expectativas orçamentais que já excluía perda de receita, confirmando o regresso à normalidade.

## 14. Contratação de Estudos, pareceres, projetos e consultoria

Em 2022, a MM deu pleno cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 59.º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho (LOE2022):

- Autorização para contratação de prestação de serviços de assessoria jurídica especializada em matéria de contratação pública e contencioso pré-contratual;
- Autorização para contratação de prestação de serviços de Produção de Imagens 3D para apresentação pública das integrações urbanas do SMM;
- Autorização para contratação de consultoria para a coordenação de segurança em projeto tendo em vista a preparação do procedimento de contratação da empreitada de fornecimento e construção dos Postos de Transformação para alimentação elétrica das estações de carregamento dos veículos do SMM;
- Autorização para contratação do Projeto de Execução para a via distribuidora principal adjacente ao Parque de Material e Oficinas (PMO);
- Autorização para contratação da prestação de serviços de imagem gráfica e paginação do relatório e contas;
- Autorização para contratação da prestação de serviços de expropriações para a execução da empreitada de construção do Parque de Material e Oficinas (PMO) do Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM);
- Autorização para contratação da prestação de serviços de adaptação e atualização de levantamento topográfico no quarteirão da Casa Aninhas;
- Prestação de serviços de desenvolvimento de conteúdos gráficos e digitais para as redes sociais;
- Autorização para contratação de prestação de serviços de produção e colocação de outdoors para apresentação pública das integrações urbanas do SMM;
- Aquisição de Serviços para Adaptação do Projeto de Execução da Via Distribuidora adjacente ao Parque de Material e Oficinas (PMO) do Sistema de Mobilidade do Mondego;
- Contratação de prestação de serviços para elaboração do PSS e coordenação de segurança em projeto para a empreitada dos PT's;
- Prestação de serviços para a análise de uma solução alternativa para a inserção urbana do canal do SMM na Rua General Humberto Delgado, em Coimbra.

Autorizações atribuídas pelo Senhor MIH:

- Contratação de "serviços relacionados com telecomunicações móveis";
- Prestação de serviços para elaboração de projeto de demolição e remate da "Casa Aninhas"

- Assessoria à preparação da operação do Sistema de Mobilidade do Mondego;
- Prestação de serviços de implementação do reforço da estrutura arbórea – Cidade de Coimbra – Solum;
- Prestação de serviços de produção de vídeo institucional.

Nos termos das disposições conjugadas dos artigos 44.º a 50.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, com as alterações constantes da Lei n.º 72/2020, de 16 de novembro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo, do n.º 5 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 32/2022, de 9 de maio, que aprova o regime de organização e funcionamento do XXIII Governo Constitucional, e do n.º 2 do artigo 59.º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, que aprova o Orçamento de Estado para 2022, autorizou o Presidente do Conselho de Administração da Metro Mondego, pelo Senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação, por despacho de 27/07/2022, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 16/08/2022:

- Aquisição de Serviços de Assessoria, Fiscalização e Coordenação de Segurança em Obra das Empreitadas Geral e Complementar de Construção do Parque de Material e Oficinas e da Empreitada de Execução de Postos de Transformação do Sistema de Mobilidade do Mondego
- Assessoria à configuração da imagem do Sistema de Mobilidade do Mondego - lançamento de procedimento de contratação;
- Assessoria à elaboração do plano de operação preliminar do Sistema de Mobilidade do Mondego - lançamento de procedimento de contratação;
- Prestação de serviços de adaptação das redes de dados informáticos, telecomunicações e elétricas no piso 2 da sede da Metro Mondego, S.A.;
- Elaboração / Adaptação de Projeto de Arquitetura da Praça da "Estação Câmara"
- Assessoria Jurídica Especializada em Matéria Laboral;
- Fornecimento e Manutenção de Hardware e Software (Firewall);
- Fornecimento e Manutenção de Equipamentos de Bilhética para a Estação do Alto de S. João.
- Suporte e manutenção do site institucional da Metro Mondego;
- Prestação de serviços de adaptação e atualização de levantamento topográfico no quarteirão da "Casa Aninhas" ou futura estação "Câmara de Coimbra" do Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM);
- Prestação de serviços para a adaptação do projeto elétrico para a alimentação socorrida no PT de Coimbra B e para instalação de Analisadores de Energia adicionais em todos os PT.

## 15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Desde 2018 que a MM concentra a totalidade da tesouraria no IGCP não detendo qualquer outra conta na Banca Comercial. Deste modo, também não existem aplicações financeiras na Banca Comercial.

Quadro I.26

IGCP	1º	2º	3º	4º
	Trimestre	Trimestre	Trimestre	Trimestre
	€	€	€	€
Disponibilidades	6 312 663	6 184 852	6 319 408	8 543 918
Aplicações Financeiras	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>6 312 663</b>	<b>6 184 852</b>	<b>6 319 408</b>	<b>8 543 918</b>

## 16. Tribunal de Contas

Não existem recomendações por cumprir.

## 17. Plano para a Igualdade

Foi aprovado em 25 de novembro de 2022 pelo Conselho de Administração o Plano para a Igualdade do Género para 2023, sendo disponibilizado no site institucional da empresa.

## 18. Elaboração e divulgação da demonstração não financeira

A apresentação da demonstração não financeira, prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais [CSC] possui natureza obrigatória para empresas com um número médio acima de 500 trabalhadores, ou seja, conquanto no caso da MM a sua apresentação ser facultativa, foi aprovado a 25 de fevereiro de 2022, pelo Conselho de Administração o Relatório de Sustentabilidade de 2021, encontrando-se disponibilizado no site institucional da empresa. Está em curso o processo de revisão e atualização para 2022 do Relatório de Sustentabilidade da MM.

# 19. Informação divulgada no site do Setor Empresarial do Estado (SEE) a 31 de dezembro de 2021

Quadro I.27

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	s	2020	
Caracterização da Empresa	s	2020	
Função de tutela e acionista	s	2020	
Modelo de Governo/Membros dos Órgãos Sociais			
- Identificação dos Órgãos Sociais	s	2020	
- Estatuto Remuneratório Fixado	s	2020	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	s	2020	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	s	2020	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	s	2020	
Esforço Financeiro Público	s	2020	
Ficha Sintee	s	2020	
Informação Financeiras histórica e atual	s	2020	
Princípios de Bom governo			
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	s	2020	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	s	2020	
- Outras transações	s	2020	
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:			
Económico	s	2020	
Social	s	2020	
Ambiental	s	2020	
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	s	2020	
- Código de Ética	s	2020	

Foram solicitadas instruções, em janeiro de 2022, quanto à atualização desta informação anual no site do SEE, aguardando pelas indicações necessárias.

## 20. Quadro Resumo

## Quadro I.28

Cumprimento das Orientações legais - 2022	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
<b>Objectivos de Gestão:</b>			
Objetivo 1	N.A.		Não existem objetivos de gestão contratados
Objetivo 2	N.A.		Não existem objetivos de gestão contratados
<b>Metas a atingir no PAO 2022</b>	S		O PAO 2021 contempla o incremento de investimento e de despesa. Registou-se o incremento de investimento assim como a melhoria do indicador alternativo que mede a eficiência operacional (IOEGG).
<b>Princípios Financeiros de Referência</b>			
Investimento	S	3 121 879	Execução face ao PAO 2022 de 49,8%
Gastos Com Pessoal	S	702 311	Execução de 89,9 % do PAO 2022
Gastos de Funcionamento	S	192 006	Execução de 70 % do PAO 2022
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S	4 522 356	Execução de 51,5% face LOE
Gestão do Risco Financeiro	N.A.		Sem financiamento bancário
Limites de Crescimento do Endividamento	N.A.		Sem financiamento bancário
Evolução do PMP a fornecedores	S	15	Em 2021 foi de 14 dias
Divulgação do Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	N.A.		Não há pagamentos em atraso
<b>Recomendações do acionista na última aprovação de contas:</b>			
- limite de contratação de 5 trabalhadores	S		1 Limite cumprido. Processo de recrutamento dos restantes iniciado em 2022 mas não concluído.
- aumento de custos pessoal até limite 899.644,13 euros	S	720 569	Execução na respetiva orçamental. Limite cumprido
- aumento dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel, limitando os encargos em 2022 ao limite 45.307 euros	S	29 885	Limite cumprido
<b>Reservas Emitidas na última CLC</b>	N.A.		
<b>Remunerações/honorários</b>			
Não atribuição de prémios de gestão.	S	0 €	Não existem prémios de gestão
Órgãos sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2022	S	8 387 €	Artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho
Fiscalização (Fiscal Único) - reduções remuneratórias vigentes em 2022	N.A.	618 €	Artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho
<b>EGP - Artigo 32º e 33.º do EGP</b>			
Não utiliza cartões de crédito	S	0 €	Os gestores públicos não tem cartão de crédito
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	0 €	Não existem despesas desta natureza
Valor máximo de despesas associadas a comunicações	S	80 €	Valor mensal por gestor público
Valor máximo de combustíveis e portagens afecto mensalmente às viaturas de serviço	S	824 €	Relativo aos gestores públicos
<b>Despesas não documentadas ou confidenciais - nº2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP</b>	S	0 €	Não existem despesas desta natureza
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S	0 €	Não existem despesas desta natureza
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - nº2 da RCM nº 18/2014	S		Encontra-se disponibilizado no site institucional
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S		Elaborado em 2021, aprovado em CA em 24 de novembro de 2021
<b>Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção</b>	S		Encontra-se disponibilizado no site institucional
<b>Contratação Pública</b>			
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	S		Em total conformidade com a legislação aplicável
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.		Não existem participadas
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	50 858 053	3 contratos
Auditoria do Tribunal de Contas	N.A.		Sem recomendações por cumprir
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S		Como entidade compradora voluntária
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S	28,6%	Melhoria de eficiência comparativamente ao que em 2020 o rácio IOEGG registava (30,5%)
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (artigo 49.º da DLEO 2019)	S		Aplicação do Código dos Contratos Públicos e nos regimes simplificados a prática de consulta a 3 entidades.
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)	S		Cumprido
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	100%	Cumprido
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	0	Não existem contas na Banca Comercial
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	0	Não existem contas na Banca Comercial
Auditoria do Tribunal de Contas	NA		Sem recomendações
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º, da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto	S		Encontra-se disponibilizado no site institucional
Apresentação de demonstração não financeira			ver secção da Análise de Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental no RGS e Relatório de Sustentabilidade disponibilizado no site institucional